

CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina Ano 31 - n. 49 - Dez. 2018 - ISSN 2175-0173

território, migração
e diversidade

49


UNOCHAPECÓ

CEOM

CADERNOS DO CEOM

Território, migração e diversidade

v. 31, n. 49

(Dez/2018)

<http://dx.doi.org/10.22562/2018.49>

Cadernos do CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

Rua Líbano, 111-D, CEP: 89805-510, Chapecó-SC (Brasil)
Fone: (49) 3323-4779
E-mail: ceom@unochapeco.edu.br
Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores

Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Conselho Editorial Nacional

Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco
Elison Antônio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará
Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará
Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco
Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional

Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)
Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores

Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2018:

Ademir Miguel Salini – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Alexandra Begueristain da Silva – Universidade Federal de Santa Maria
Alexandre Maurício Mattiello – Universidade Federal da Fronteira Sul
André Campelo – Universidade Federal de Pernambuco

André Martinello – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Anna Siebel – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Antonio Marcos Myskiw – Universidade Federal da Fronteira Sul
Arão Davi Oliveira – Universidade Católica Dom Bosco
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Áureo Haag – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Carla Fernandes da Conceição – Universidade Federal de São Carlos
Carlos Costa – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Carmentilla das Chagas Martins – Universidade Federal do Amapá
Darlan Kroth – Universidade Federal da Fronteira Sul
Delcio Marquetti – Universidade Federal da Fronteira Sul
Denise Argenta – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos – Universidade Estadual de Goiás
Elaine Meire Vilela – Universidade Federal de Minas Gerais
Eliara Müller – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Elisandra Forneck – Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Erivaldo Sales Nunes – Instituto Federal da Bahia
Ernelo Schallenberger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Giovana Galvão Tavares – Centro Universitário de Anápolis
Gladis Hoerlle – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Izabel Missagia de Mattos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
João Carlos de Andrade Marques Graça – Universidade de Lisboa
José Carlos da Silva Cardozo – Universidade Federal do Rio Grande
Juciêdo Ferreira Alexandre – Universidade Federal do Cariri
Leonel Piovezana – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Luciana Ferreira da Costa – Universidade Federal da Paraíba
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará
Manuelina Maria Duarte Cândido – Universidade Federal de Goiás
Marcos Alesandro Neves – Universidade Federal da Paraíba
Maria Luiza Silva Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Marine Lila Corde – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Onivan de Lima Correa – Universidade Católica Dom Bosco
Paulo Pinheiro Machado – Universidade Federal de Santa Catarina
Paulo Ricardo Bavaresco – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Reginaldo Pereira – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Reinaldo Lindolfo Lohn – Universidade Federal de Santa Catarina
Ricardo Visser – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rosicler Theodoro da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Rui Aniceto Nascimento Fernandes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Silvana Winckler – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Syrleá Marques Pereira – Centro Universitário de Volta Redonda

Revisão de textos e diagramação: Editora Tribo da Ilha

Capa: CEOM/Unochapecó

Fotografia de capa: Acampamento de imigrantes teuto-russos em Riqueza (SC).
Década de 1930. Acervo CEOM/Unochapecó

905

Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. --

Vol. 28, (jan./jul. 2008) - , - Chapecó :
Unochapecó, 2008-

Semestral.

Modo de acesso: Internet

<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54> >

Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013)

ISSN: 2175-0173

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.



REITOR: Claudio Alcides Jacoski

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO E VICE-REITORA: Silvana Muraro Wildner

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: Leonel Piovezana

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: Márcio da Paixão Rodrigues

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: José Alexandre de Toni

Indexadores:

ICAP – Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos

LATINDEX - Sistema Regional de Información para las Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

SUMÁRIOS.ORG – Sumários de Revistas Brasileiras

WORLD WIDE SCIENCE – The Global Science Gateway

SUMÁRIO

- 7** **Apresentação**
Arlene Renk
- 10** **A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional**
The socioeconomic formation of the western region of Santa Catarina – a narrative about fringes and fragments of regional identity
Arlene Renk, Silvana Winckler
- 23** **As tropas de ordenanças na Ilha de Santa Catarina durante os setecentos**
The ordenanças of troops on the Island of Santa Catarina during the seven hundred
Jeferson dos Santos Mendes
- 33** **Ascensão social e mobilidade espacial de sírios e libaneses em Porto Alegre (1890-1949)**
Social ascent and spacial mobility of syrian and lebanese in Porto Alegre (1890-1949)
Júlio C. Bittencourt Francisco
- 47** **Atuação das Associações Escolares Notre Dame no contexto da colonização em Maravilha/SC (1954-1976)**
Act of the Notre Dame School Associations in the context of colonization in Maravilha/SC (1954-1976)
Vitor Marcelo Vieira
- 57** **Crise econômica e espaços de origem ressignificados: rearranjos de imigrantes brasileiros retornados da Itália**
Economic crisis and spaces of origin re-signified: rearrangements of immigrants and the returnees of Italy
Joao Carlos Tedesco
- 72** **Memórias de migração na Amazônia: um estudo a partir das narrativas orais dos sujeitos no território da Transxingu**
Memories of migration in the Amazon: a study from the narratives subjects in the territory of Transxingu
Francivaldo José da Conceição Mendes, César Martins de Souza, José Queiroz de Miranda Neto

- 83** **O discurso da insegurança: os imigrantes perigosos – uma etnografia no Bairro Veronetta (Verona, Itália, 2015-2016)**
The discourse of insecurity: the dangerous immigrants – ethnography in Veronetta (Verona, Italy, 2015-2016)
Fabiane Cristina Albuquerque
- 92** **O Museu de Favela e a produção do espaço no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Rio de Janeiro/RJ)**
Museu de Favela and the and space production in Pavão-Pavãozinho and Cantagalo (Rio de Janeiro/RJ)
Aline dos Santos Portilho
- 103** **Práticas de “racialização” observadas em narrativas de camponeses que se deslocaram na década de 1950 a cidade de Sobral/Ceará**
Practices of “racialization” observed in narratives of peasants who moved in the 1950s to the city of Sobral/Ceará
Maria Antonia Veiga Adriaio

Apresentação

Arlene Renk*

Ler os Cadernos Ceom 49 é um passeio no Jardim [Terreno] das Delícias de Hieronymus Bosch, imaginando que reservou um espaço aos prazeres da vida intelectual sem culpa. Incluso nele, no século XVI, propiciaria a nós o prazer, o conhecer, de pesquisar e publicar sem prazos, os quais ainda não governados pela pressão dos tiranos que metrificam a publicação. O aceno de Bosch foi pouco lembrado porque, à época, os teólogos estavam ocupados com outras questões, tais como se os habitantes do novo continente tinham alma ou não... E assim por diante. Então, voltemos ao nosso jardim.

Ler o conjunto de textos que será disponibilizado ao público oficialmente após a materialização deste periódico é um privilégio. Apresentar os Cadernos Ceom é uma dádiva redobrada; mas, revestida de responsabilidade porque, por maior que seja o esforço, é permeada involuntariamente pela visão míope da formação. Assumindo essa condição e na qualidade de companheira de viagem, aqui estou.

Os textos, tirando o primeiro, no qual tenho a digital, são amarrados pela perspectiva de deslocamento espacial, uma questão crucial que acompanha e persegue os povos e grupos. Coletores, caçadores, sedentários, navegadores, conquistadores, formadores de impérios acionam lemas que justificam e implantam colonizações à revelia dos estabelecidos, fazendo tábula rasa desses, quando não os eliminam fisicamente. Em outros momentos, a sanha voraz por terra leva a constituir os latifúndios. O invariante reside na entrada da casa do outro sem pedir licença para expropriação. Imagine um quadro, de autoria de uma grande celebridade artística, no qual um colonizador e seu séquito, com as vênias, pedem licença, para a

usurpação das riquezas e tomadas de suas terras, em nome de seu rei? Não, não pedem. Declaram em nome de um rei que está no trono, do outro lado dos mares, e declara em nome rei, abençoado por Deus, a tomada de posse dos teres, haveres, homens e mulheres, em uma língua ininteligível. E essa grande pintura pode ser imagetivamente representada na Primeira Missa em Victor Meirelles. Registrar pictoriamente a conquista, tal qual o registro da batalha, não foi necessário, nem provável. Foi reproduzido toscamente nas apropriações secundárias, porque sempre houve alguém que julgou possuir o direito de adentrar em terras de minorias, transformados em “Outros”. O sinal de mais (+) para alguns representou a subtração (-) para outros. Dizem que a aritmética é exata. E as resistências foram muitas, mas ainda mal contadas.

No entanto, no século XXI, com rajadas de globalização, ora deslocamentos individuais, ora levas de imigrantes, não em busca de terra, mas de trabalho, de teto, de refúgio. Batem à porta dos supostos países humanitários, fraternos. E o que se vê com cenas de deportação, cenas de salvamento de naufrágio, campos de refugiado? O que muitos leem como uma nova barbárie e restringem a franquia àqueles que outrora entraram sem pedir licença? “Não recebemos visitas sem hora marcada!”

As paisagens de deslocamentos mudaram historicamente. Em alguns momentos, era possível haver formas hegemônicas de deslocamento, como as grandes levas de e/imigração que estruturalmente no século XIX deixaram o Velho Mundo e vieram “fazer Mérica”. Também do Oriente Médio, tivemos contingentes populacionais, como trata o texto **Ascensão social e mobilidade espacial de sírios e libaneses em Porto Alegre (1890-1949)**, de Julio Bittencout Francisco, enfocando a imigração de

* Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Unochapecó.
E-mail: <arlene@unochapeco.edu.br>.

sírio e libaneses, de suas estratégias econômicas, dos deslocamentos espaciais pelos diversos bairros, das disputas internas no grupo, da ascensão pela educação como estratégia de reconversão utilizada pelo grupo. É uma oportunidade para aprender acerca desses grupos, entender alguns elementos dos conflitos do Oriente Médio na contemporaneidade.

Quanto aos descendentes de alemães e italianos vindos do velho continente, estabelecidos no Rio Grande do Sul, que passou a nominar-se por “colônias velhas”, estabelecidos, repetiram o processo: a ocupação de grupos chamados para civilizar as áreas de matas, em processo de colonização. Depois, repetidas décadas depois, em processos internos no território nacional, fenômeno que o geógrafo francês Jean Roche (1969) chama de “enxamagem”. Nesse caso, adentram em Santa Catarina, na área que veio a chamar-se município de Maravilha. Esse foi objeto do estudo de Vitor Marcelo Vieira, intitulado **Atuação das Associações Escolares Notre Dame no contexto da colonização em Maravilha/SC (1954-1976)**. É um estudo com vasta análise documental, reconstruindo historicamente o panorama da época.

Geograficamente centremo-nos ao norte, à Amazônia, ao artigo de Francivaldo José da Conceição Mendes, César Martins de Souza, José Queiroz de Miranda Neto, intitulado **Memórias de migração na Amazônia: um estudo a partir das narrativas orais dos sujeitos no território da Transxingu**. Os autores abordam a migração ao norte do país, que ocorreu a partir da década de 1970, quando contingentes populacionais buscaram o território da Transxingu, área entre o rio Xingu e a rodovia Transamazônica.

No século XXI, enfrentamos um novo processo dos filhos dos netos daqueles imigrantes europeus retornando às terras ancestrais, em busca de trabalho. O que nos move, senão o trabalho? E fazem o caminho inverso. Mas há o retorno. Esse é o tema abordado por João Carlos Tedesco. **Crise econômica e espaços de origem ressignificados: rearranjos de imigrantes brasileiros retornados da Itália**. Como a Pátria mãe gentil acolhe seus filhos e quais as estratégias destes na reinserção são alguns dos aspectos abordados.

Em termos de geopolítica, há processos coloniais internos de fixação para vigilância das fronteiras do Estado, para salvaguarda de seus territórios, para impedir a entrada dos indesejados. A entrada não é livre. Não foi e não é. No século XXI, nos Estados nacionais, infelizmente, o oficial Drogo de **O deserto dos tártaros**, encontra não os imaginários tártaros invadindo seu território, mas os “indesejados” imigrantes a entrar. A vigilância é necessária. Ontem, a invasão dos tártaros; hoje dos imigrantes. A fronteira é necessária. Muitos Drogos estão vigilantes nos postos e fora dos postos espalhando fobias.

Em contexto de globalização o artigo **O discurso da insegurança: os imigrantes perigosos – uma etnografia no Bairro Veronetta (Verona, Itália, 2015-2016)**, de autoria de Fabiane Cristina Albuquerque, apresenta uma etnografia a partir de imigrantes do bairro Veronetta, em Verona, quando se constituem ou são constituídos na categoria de “Outros” e sobre os quais recaem uma gama de estereótipos, a autora procura entender se os imigrantes incorporavam ou não a representação dominante sobre eles ligadas a problemas de segurança, ameaça à ordem, invasores, “roubo” dos postos de trabalho.

O trabalho de Jeferson dos Santos Mendes, **As tropas de ordenança na Ilha de Santa Catarina durante os setecentos**, aborda, a partir de relatos as tropas de ordenança, as dificuldades do corpo militar da ilha e suas funções estratégias no século XVIII.

As práticas espacializantes são analisadas por Aline dos Santos Portilho, no artigo **O Museu de Favela e a produção do espaço no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Rio de Janeiro/RJ)**, apresentando reflexões desenvolvidas por sujeitos mobilizados em torno do Museu de Favela (MUF). Tomou como fontes para a análise as representações instituídas no livro “Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela” (2012). Trabalhou com conceitos como espaço, comunidades imaginadas, problematizando e desencadeando práticas que os sujeitos fazem a respeito daquele lugar.

Práticas de “racialização” observadas em narrativas de camponeses que se deslocaram na década de 1950 a cidade de Sobral – Ceará, de Maria Antonia Veiga Adriaio. A autoria analisa as práticas de “racialização” observadas em narrativas de migrantes camponeses moradores da região “Sertão Centro Norte Cearense” que em grande medida teve como destino a cidade de Sobral, também situada nessa região. Seu trabalho ajudou a compreender como os entrevistados colocaram em prática seu aprendizado geracional para justificarem suas escolhas na convivência social nessa cidade.

Por última, a digital, do texto inicial, **A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional**, escrito em parceria com Silvana Winckler, como o título

aborda, é uma perspectiva narrativa de formação socioeconômica da região, procurando recuperar elementos da economia substantiva, inspiradas em Karl Polanyi. Não basta apenas apresentar os indicadores econômicos da região, mas levantar o que perdemos nas formas de produzir.

À leitura,
Abraço.

Referências

BUZZATTI, Dino. **O deserto dos tártaros**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

ROCHE, Jean. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional

*The socioeconomic formation of the western region of Santa Catarina –
a narrative about fringes and fragments of regional identity*

Arlene Renk*
Silvana Winckler**

Palavras-chave:
Processos Socioeconômicos
Trabalho
Meio Ambiente do Trabalho

Resumo: O texto aborda as transformações socioeconômicas da Região Oeste Catarinense, enfatiza relacionalmente os processos sociais que construíram e seguem construindo os eventos econômicos na região. Mostra as heterogeneidades de processos, e a erosão da economia substantiva com a instituição da economia formal, a substituição das formas solidárias de trabalho pelo assalariamento e a consolidação desta. Aponta a transformação da agricultura e a instalação da agroindústria. Como não poderia deixar de ser, também o meio ambiente do trabalho, principalmente nas grandes indústrias, mostra a outra face de Jano, com o adoecimento e as lesões que afetam os trabalhadores. Por fim, registra-se o ingresso da mão de obra Kaingang e de haitianos e senegalês no contexto regional.

Keywords:
Socioeconomic Processes
Job
Work Environment

Abstract: The text deals with the socioeconomic transformations of the Western Region of Santa Catarina, emphasizing relationally the social processes that have built and continue to build the economic events in the region. It shows the heterogeneities of processes, and erosion of the substantive economy with the institution of the formal economy, the substitution of forms of solidarity for work and the consolidation of it. It points to the transformation of agriculture and the installation of agribusiness. Of course, the work environment, especially in large industries, shows the other side of Jano, with illness and injuries that affect workers. Finally, there is the entry of the Kaingang labor force and of Haitians and Senegalese workers in the regional context.

Recebido em 31 de maio de 2018. Aprovado em 24 de julho de 2018.

Introdução

Uma região não surge espontaneamente; mas, é construída processualmente, com avanços e recuos, deixando ilhas a serem incorporadas posteriormente. Nos discursos de seus mediadores, isto é, daqueles que falam pela região, aparenta ser homogênea. No entanto, diferentes forças contribuem para que se elabore heterogeneamente, como mosaico. A região (substantivada) pressupõe sempre uma história comum, que será fatalmente uma história entre outras. A invenção de uma tradição comum é o passaporte para a constituição da identidade regional.

Mas, afinal, de que região se trata? De modo provisório, podemos afirmar que se trata dos contornos do município de Chapecó, tal como foi criado em 1917. No entanto, uma região – seja ela qual for – não se define pelo contorno, pelos limites geográficos. Estes podem, sim, ser acionados para legitimá-la.

Entre todos os argumentos para a construção discursiva de uma região, um deles tem jogado papel preponderante: a história construída acerca daquele espaço e os usos daquela história. Este também parece ser o caso do Oeste Catarinense, quando se toma a colonização como marco zero e se desconsideram os grupos e as narrativas anteriores.

* Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Unochapecó. E-mail: <arlene@unochapeco.edu.br>.

** Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona. Professora da Unochapecó. E-mail: <silvanaw@unochapeco.edu.br>.

Seja qual for a narrativa da história (ou a contrahistória que narra a região), é inevitável que esta apresente múltiplos planos. Estes planos, no entanto, não se encaixam uns aos outros, obrigatoriamente, na suposta linearidade dos contornos. Vejamos o caso da geopolítica, com seus limites. No caso em questão, do atual Oeste Catarinense, as fronteiras administrativas do Império do Brasil, no século XIX, têm um recorte indefinido entre o Brasil e a Argentina, somente resolvido em 1895. Depois, na República, de leste e a norte, acentua-se o conflito referente aos limites internos entre Paraná e Santa Catarina, apenas clareados em 1916, após sucessivas disputas judiciais. A categoria “Oeste” foi precedida, até as duas primeiras décadas do Século XX, por “serra”, termo utilizado para designar tudo o que se situasse na Região Oeste do planalto catarinense. Instituições ali inseridas, como as eclesiásticas, tinham sede fora de seus limites, quando não fora do estado catarinense. Nas primeiras décadas da colonização feita por agricultores oriundos do Rio Grande do Sul (século XX), o atendimento médico, os jornais que circulavam pelas colônias, o comércio para a banha, entre outros, eram recursos buscados naquele Estado.

Há, portanto, dificuldades em delimitar-se o Oeste Catarinense¹. Podemos trabalhar esse conceito por aproximação. Para não procurar a gênese da gênese, podemos tomar como ponto de partida a Lei de Terras, de 1850, e sua regulamentação, quando áreas são legalizadas nessa fronteira por serem terras de campo e campina: a Campina do Gregório, as terras do Goio-En e as fazendas de criar de Campo-Erê. As demais áreas, de mata, são desprezadas. Também em decorrência da Lei de Terras, na década de 1880 do século XIX instala-se a Colônia Militar de Chapecó, onde hoje estão localizados os municípios de Xanxerê e adjacentes (RENK, 2006).

Essas são as primeiras ocupações formalizadas, desde o ponto de vista da presença estatal. Outras narrativas são encontradas, aqui e ali, em fragmentos da escrita e da memória que contam a história da região, da qual esmiuçaremos alguns elementos referentes à formação socioeconômica.

Terra e trabalho

O trabalho foi elemento constitutivo dos modos de inserção social no Oeste Catarinense.

O que se entendia por trabalho e os critérios para afirmar-se se alguém trabalhava, ou não, constituíram-se em fatores de distinção e de discriminação (RENK, 2000).

As primeiras atividades mercantis de que temos registros, na região, estavam relacionadas ao transporte de gado vacum e muar entre o Rio Grande do Sul e o centro consumidor, localizado em São Paulo e Minas Gerais. Os animais eram conduzidos em tropas por cavaleiros, em geral paulistas.

Na ocasião da “descoberta dos campos de Palmas”, no século retrasado, o tropeirismo abriu o caminho de tropas do Rio Grande do Sul para São Paulo. Ao longo da estrada, nasceram lugarejos e pontos de descanso. Mesmo entrando em declínio o chamado ciclo de tropeirismo, a atividade persistiu. Após a implantação da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, parte do deslocamento era feito nesta.

Os tropeiros deslocavam-se de São Paulo ao Rio Grande do Sul, inicialmente a cavalo e mais tarde em trem, levando consigo os “apetrechos” (equipamentos de montaria e de cozinha) necessários para o retorno, quando transitavam por picadas e estradas precárias. A travessia das tropas pelo rio Uruguai era feita a nado, espetáculo apreciado pelos ribeirinhos. O destino era a feira de Sorocaba, onde os animais eram comercializados e destinados ao consumo e ao trabalho nas lavouras de café e nas minas de ouro.

A disponibilidade de terras de campo nos Campos de Palmas, onde se inseriu o atual Oeste de Santa Catarina, favoreceu o estabelecimento das fazendas de criar. As posses foram estimuladas como consequência da Carta Régia de 1808 e legalizadas com a Lei de Terras (1850). Havia interesse da monarquia e, posteriormente, do Império no povoamento dessa região para a contenção do avanço dos argentinos em território brasileiro. A abundância de erva-mate – espécie arbórea com ocorrência nas florestas ombrófila mista e estacional decidual, características na região – era o principal atrativo para os extrativistas. Ao mesmo tempo, essa ocupação servia como “missão civilizadora” destinada a catequizar e/ou expulsar os indígenas (RENK, 2006).

Fazendas de criar estabeleceram-se nos Campos de Palmas (que abrangia todo o Oeste Catarinense e os municípios paraanaenses e Palmas e Clevelândia) e do Erê, este mais ao oeste, dando origem a latifúndios. Iniciado o processo de imigrações de agricultores procedentes do Rio Grande do Sul, já nas primeiras décadas do século XX, a dimensão territorial das fazendas destoaria do modelo de ocupação agrária regional. Nos parâmetros coloniais, as parcelas mediam 24 hectares, configurando pequenas propriedades.

Além da criação, em regime extensivo, de gado vacum para consumo humano e de muares para o trabalho, essas fazendas dispunham de invernadas para o descanso das tropas.

Os primeiros trabalhadores (assim considerados pela literatura) presentes na região estão representados na figura do serrano: “Fruto da revivescência do bandeirante e do cruzamento e recruzamento do português com o índio Tupi (mameluco), [...] tipo tradicional de gaúcho, ao qual se vincula por efeito da proximidade geográfica, criando características próprias” (BAVARESCO, 2005, p. 50). Acostumado à vida dura e às intempéries da natureza, dedicava-se ao trato com o gado, atividade essencial de integração das fazendas de criar aos mercados consumidores do Sudeste.

O estabelecimento das fazendas de criar ensejou conflitos com a população autóctone. Os enfrentamentos entre fazendeiros e indígenas foram frequentes e levaram ao confinamento destes em regiões mais afastadas (RENK, 2006)².

A atividade ervateira (corte e enfardamento em “raídos”) envolveu, igualmente, população acostumada à vida sem conforto e aos obstáculos naturais. A figura do caboclo, presente nos relatos das disputas de divisas territoriais entre Paraná e Santa Catarina, é marcante na região por sua história e cultura. Praticava a agricultura de subsistência, criava porcos e galinhas para consumo próprio e possuía hábitos nômades. Não estabelecia relação de apropriação com a terra, tampouco pensava em acumular bens, “fazendo para viver”. Sua forma de produzir e de consumir corresponde à noção de economia substantiva, baseada na domesticidade,

retribuição e redistribuição, nos moldes descritos por Karl Polanyi (1980).

As concepções de terra dessa população nos levam Polanyi (1980), quando estudou sociedades chamadas arcaicas, nas quais a terra não consistia em mercadoria. Dos embates entre valores e práticas das sociedades arcaicas com os da sociedade de economia de mercado autorregulável, observa o autor, em *A Grande Transformação*, publicada originalmente em 1944, que “a história e a etnografia conhecem várias espécies de economia” (POLANYI, 1980, p. 60). A Economia de Mercado é apenas uma delas:

Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo o trabalho, terra e dinheiro. [...] Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis de mercado. [...] O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* (grifo do autor) são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que é produzida pelo homem. [...] A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 1980, p. 83-86).

Tratar da economia substantiva requer que se abordem aspectos da dinâmica cultural de

grupos societários, nos quais o modo de vida está imerso (*embedded*) nas relações sociais (POLANY, 1980)³. Aqui entram em jogo os *puxirões*, a mútua ajuda e a partilha de bens comestíveis para posterior devolução. Os mutirões ou *puxirões* eram procedimentos de sociabilidade mediados pelo trabalho que aproximavam o ofício laboral a uma festividade. Quem recebia a ajuda deveria propiciar o almoço aos trabalhadores. Todos os membros da família se envolviam nos afazeres do dia de trabalho compartilhado. Retribuir a ajuda consistia em uma dívida moral a ser paga na primeira oportunidade. Insere-se aqui o que Marcel Mauss (2003), em *O Ensaio da Dádiva*, nomina por obrigação moral: a de doar, receber e a de retribuir. Clássico é o exemplo da carne: quando alguém caçava ou abatia um animal, distribuía pedaços à vizinhança e à parentela, contando como certo que estas devolveriam oportunamente a carne fresca, sempre apreciada.

Outra prática que merece destaque é o uso da terra em sistema de faxinal. Os faxinais situavam-se nas franjas da economia capitalista, adotando um modo de apropriação comum dos recursos naturais. Reuniam os pequenos sítios que compatibilizavam o criatório com o plantio, respeitando a floresta. Era um sistema compatível com áreas anchas, que se viu reduzido e ameaçado com a colonização, de modo a não restar nenhum na região do Oeste Catarinense. Algumas localidades (linhas, distritos e, também, municípios) conservam, ainda hoje, o nome faxinal, mas não há outro resquício daquela forma de vida organizada com base no coletivismo. No vizinho estado do Paraná, ao contrário, os faxinais não só se mantiveram mas também são acionados como identidade sociocultural na luta por direitos territoriais. Estão organizados na Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e contam com o apoio de diversas instituições, dentre as quais a Pastoral da Terra ⁴ (SOUZA, 2009).

O que resta das práticas de redistribuição, na região do estudo, são as festas de “adoar”. Podemos citar a Festa do Senhor Divino ou Festa do Divino (MARCON, 2003), visto que em algumas regiões ela desapareceu completamente. Foi revitalizada na Linha Almeida, interior de Chapecó, onde os

moradores dispunham dos instrumentos, como o estandarte. Originalmente, a bandeira percorria as moradas arrecadando gêneros alimentícios para a festa. Outra festa de resistência é a de São Sebastião, que ocorre nas linhas Barra dos Índios e Barra de São Pedro. As doações são centralizadas e, por ocasião da solenidade, redistribuídas aos participantes, independentemente da doação. Esse estilo de festa tem razão de ser na centralização e redistribuição, como figura na análise de Polanyi (1980)⁵. Durante o almoço, é anunciado que circulará a lista a ser subscrita com as doações para a próxima festa. Esta lista poderá contemplar alimentos e bebidas (não alcoólicas) e propiciará a participação de maior número de pessoas com menor poder de renda.

Polanyi (1980) aponta pistas para estudar a função redistributiva, como o caso das festas caboclas. A redistribuição e a reciprocidade são pilares da economia pré-capitalista, na qual a economia encontra-se “embebida” nas demais relações sociais e não autônoma como na sociedade capitalista. Na lógica tradicional dessa população, a terra não era mercadoria passível de compra e venda. A colonização introduz e generaliza a lógica mercantilista, o que contribui para provocar o fosso entre os grupos.

Em contraste com a perspectiva dos posseiros, para quem o *habitus* indicava que a terra pertencia a Deus ou ao Brasil, a colonização instaura um novo modo de produzir, de gerenciar, de pensar, isto é, um novo *habitus* (BOURDIEU, 1972). A apropriação privada da terra resulta na perda dos territórios ocupados, na desestruturação do modo de vida e na instauração de clivagem entre o colono e a população local.

As colonizadoras eram arregimentadoras de agricultores do Rio Grande do Sul, chamados colonos, que compravam parcelas em áreas de floresta por preço menor que os praticados naquele Estado. Quando se pergunta a um agricultor que imigrou nas décadas de 1930 ou 1940 do século passado o que o trouxe para o Oeste Catarinense, a resposta mais frequente é que veio em busca de terras baratas e de águas. A carência das águas, no Rio Grande do Sul, é algo recorrente nas narrativas dos colonos.

Outro traço comum desses imigrantes é a identidade étnica. Eram, na quase totalidade, descendentes de alemães, italianos e poloneses. Compravam as terras como estratégia de reprodução social camponesa. No discurso dos colonos encontramos alguns marcos fundantes, tais como a figura do herói fundador, o ascetismo justificando a sociodiceia e, eventualmente, a reconversão de trajetória de agricultor em comerciante ou congêneres. Cabe ressaltarmos que as companhias colonizadoras concorriam entre si para vender o maior número de lotes.

No período anterior à colonização, a extração da erva-mate era atividade exclusiva da população cabocla, praticada em dois períodos: o da safra, no inverno, e o da safrinha, no verão. Embora houvesse regulamentação para a extração, essa nem sempre era acompanhada de fiscalização, em face da amplidão das “manchas de ervais”. A rigor, a atividade extrativista da erva-mate é uma faina familiar, necessitando do concurso das formas plenas e marginais (TEPICHT, 1973). Considerando que não havia quem comprasse a erva “crua”, aquele foi o tempo da “erva sapecada”. Após o processo de desidratação, que compreendia a secagem dos maços de erva pelo calor do fogo, com remanejamento constante, a fim de evitar que se queimasse em excesso, a matéria-prima era enviada ao soque de beneficiamento.

Com a colonização, houve uma divisão étnica do trabalho na atividade ervateira. Os colonizadores que se dedicaram a essa atividade passaram a construir engenhos mecânicos, os chamados barbaquás, recolhendo a erva crua colhida pelos tarefeiros. Os meios de transporte contribuíram para tal, circulando longas distâncias para arrecadar os volumes desbastados.

Se os barbaquás estão nas mãos dos colonizadores, os caboclos, por sua vez, quando expropriados das terras, também foram desapropriados dos ervais anteriormente disponíveis. Perderam a autonomia e tornaram-se extratores, recebendo por tarefa, ou seja, por arroba extraída. Atualmente, a extração da erva-mate é um ofício étnico situado na mais baixa hierarquia das atividades laborativas. Nada estranho, portanto,

que ocorram denúncias de trabalho escravo entre extratores de erva-mate.

O corte da erva-mate exigia força física para os grandes deslocamentos no meio da mata, destreza no manuseio do facão e habilidades para sobreviver em condições precárias de alojamento. Eram comuns os acidentes com os instrumentos de trabalho e com animais peçonhentos, além das quedas do alto das árvores. Os conflitos (brigas) eram outro fator de risco frequente.

No início do século passado, a erva-mate era levada ao Rio Grande do Sul, Paraná e Argentina. Para a divisa seca de Dionísio Cerqueira, era carregada em bruacas de couro conduzidas por mulas, que retornavam trazendo víveres. Parte era escoada pela estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, pelo município de Cruzeiro (atual Joaçaba). Pelo rio Uruguai, desciam para o país vizinho embarcações chamadas piráguas. Estas eram feitas de madeira de lei, bem vedadas, de “feitio de caixão”, para comportar o produto (MALAN, 1919).

A erva-mate poderia ser vendida *in natura* ou industrializada. A industrialização era realizada em instalações rudimentares, consistindo em carijos e barbaquás, onde a erva era sapecada (submetida a altas temperaturas para perder a umidade) e posteriormente socada. A socagem era realizada em monjolos e pilões movidos por roda d'água ou roda “tocada” por bois. E esse processamento da erva-mate agregava-lhe valor de comercialização⁶.

Bavaresco (2005, p. 60), com base em Linhares (1969), aponta que a industrialização de erva-mate foi desestimulada pela majoração do imposto de importação cobrado pela Argentina para o produto processado: “Assim, a proteção para a indústria argentina proporcionava um aumento nas exportações da erva cancheada [seca e desgalhada, mas não socada], bem como do contrabando”. Nas décadas de 1920 e 1930, a indústria argentina da erva-mate prosperou, em detrimento da produção ervateira no Oeste Catarinense, onde remanesceu a atividade extrativista.

Com o início da colonização da região Oeste de Santa Catarina por agricultores oriundos do Rio Grande do Sul, diversificam-se as atividades laborais e econômicas. Os colonos passam a

exercer, nos novos núcleos coloniais, trabalhos agrícolas associados à criação de animais, em regime econômico de subsistência. Alguns desempenhavam ofícios variados, como a pequena indústria (produção de banha, embutidos, queijos, vinhos), além de alguma manufatura doméstica. Era relevante, no contexto de ocupação de terras inóspitas, conhecer os ofícios de marceneiro e ferreiro, entre outros.

Outras atividades desempenhadas pelos colonos foram a derrubada de matas e a abertura de estradas. Esse trabalho poderia ser exercido em benefício da própria família ou a serviço das companhias colonizadoras, como forma de pagamento pela terra. Os colonizadores dedicavam-se à venda da madeira e foram os primeiros madeireiros da região.

Conforme foi escasseando a mata nas proximidades do rio Uruguai, o corte da madeira passou a ser feito por caboclos, conhecedores da mata densa. As toras eram arrastadas até afluentes do rio Uruguai, utilizados como hidrovias (BAVARESCO, 2005).

As toras de madeiras nobres eram arrastadas por bois até o rio Uruguai, amarradas em forma de balsas e, nas épocas chuvosas em que as águas do rio subiam ao nível esperado, levadas rio abaixo até a Argentina. A condução da balsa era feita pelo “prático”, profissional experiente, conhecedor do rio e das corredeiras. O percurso rio abaixo era perigoso e aconteciam acidentes fatais.

Conforme Bavaresco (2005), a mão de obra para as madeiras era oriunda majoritariamente do Rio Grande do Sul. Registra-se, igualmente, a presença da população cabocla nesse ofício.

Quando se estabeleceram serrarias na região, parte da madeira era serrada em pranchas com medidas estabelecidas pelo mercado consumidor. Neste caso, as balsas eram amarradas com arame, em substituição ao cipó usualmente utilizado para fixar as toras. A necessidade de esperar as cheias do rio para comercializar a madeira fazia desta uma atividade sazonal.

A madeira foi fonte de riqueza regional (BELLANI, 1991). A atividade extrativa foi amplamente explorada, inicialmente escoada pela

água, em formações de balsas feitas de toras ou pranchas amarradas com cipó e arame. Os balseiros aguardavam as estações chuvosas para aproveitar as cheias do rio Uruguai e, assim, conduzir as balsas até a bacia do Prata.

Com a implantação de serrarias no interior do território, à medida que a colonização avançava, a madeira beneficiada foi fartamente utilizada na região, que carecia de casas, galpões e outras benfeitorias. A atividade madeireira deixou marcas como a devastação de florestas, sem a preocupação de reflorestamento. Nos últimos anos a paisagem apresentou alteração com a introdução de exemplares exóticas como eucalipto e pinus, para fins industriais e para a construção civil. A indústria moveleira surge como polo econômico relevante no Oeste Catarinense, atendendo ao mercado regional e encontrando demanda na exportação.

Os produtos cultivados nas colônias, comumente, eram: milho, mandioca, batata, feijão, arroz, trigo, cana-de-açúcar e fumo. As propriedades dispunham de pomar e horta para abastecimento das famílias. Parte da produção era destinada à criação de porcos e galinhas, pois não havia forma de escoar o excedente aos mercados consumidores.

Os núcleos coloniais geralmente dispunham de um armazém. A mediação com os espaços de trocas comerciais era feita pelo comerciante ou vendista, geralmente um colono oriundo do Rio Grande do Sul que já tinha experiência com comércio. “O colono criava uma dependência junto ao comerciante – econômica, por não saber quanto valia seu produto, e cultural, pois o comerciante passou a ser uma pessoa entendida, que sabia mais” (BAVARESCO, 2005, p. 128).

Nessa época, as mercadorias que abasteciam a região Oeste de Santa Catarina chegavam de trem a Joaçaba, provenientes de São Paulo e de Curitiba. A distribuição aos armazéns dos núcleos coloniais era feita em lombo de mulas, nos cargueiros de couro (bruacas) e em carroças. Havia, ainda, mascates que faziam o comércio nas colônias, percorrendo o Noroeste do Rio Grande do Sul e o Oeste de Santa Catarina.

As mulheres constituem o “outro” *da e na* economia de mercado. Por muito tempo, foram

representadas, “expressadas” e externalizadas. Não obstante o trabalho paritário, eram-lhes disponibilizados os produtos de menor monta, as chamadas “miudezas” (DORIGON; RENK, 2011), tais como ovos, queijo, leite, verduras, ou seja, recursos periféricos na propriedade, cuja renda era destinada à aquisição de ingredientes domésticos, aviamentos para costura etc. Correlata à designação da economia de periferia na propriedade, inseria-se a subalternização que consistia em ser nominada pelo nome do marido. Até muito recentemente, resquício desse hábito figurou nas placas indicativas das agroindústrias integradoras nas entradas das propriedades rurais, nas quais constavam somente os nomes dos “chefes de família”, desconsiderando que essa figura legal foi extinta pela Constituição de 1988. Ser nominada pelo sobrenome do marido não era tudo: muitas mulheres não possuíam título eleitoral e, em seus documentos, a qualificação era “do lar” em vez de agricultora; assim, elas não tinham direito à aposentadoria como trabalhadoras rurais.

As estruturas do mundo rural mudaram. As mulheres lutaram pela conquista de direitos. A Constituição de 1988 assegura a paridade homem-mulher, rural e urbano, a Aposentadoria Especial ao Trabalhador Rural, se forem cumpridas as exigências formais. O recurso entrante da aposentadoria permitiu às mulheres adquirir gêneros alimentícios e outros itens no mercado, o que, por sua vez, implementou o giro de recursos financeiros na primeira quinzena de cada mês nos pequenos municípios, predominantemente rurais. Estruturalmente, as mulheres empoderaram-se e passam a circular em outros espaços para além da propriedade rural.

Há, contudo, a outra face de Jano: as miudezas são surrupiadas. A integração vertical produz ovos em maior quantidade e menor preço, não compensando mais dedicar-se a essa atividade. Além disso, se a propriedade conta com aviário, não pode manter aves caipiras. O leite e o queijo, que foram recursos da economia feminina, passaram à esfera masculina. Melhor dito, a atividade leiteira é hoje essencialmente gerenciada pelos homens. As precárias instalações do passado são reordenadas

para incorporar novas tecnologias compatíveis com status da atividade na propriedade. O queijo que ainda é produzido vem sofrendo restrições de comercialização nos últimos anos. O serviço de vigilância sanitária interdita o modo tradicional de produção, à base de leite cru. E as adequações nem sempre são consideradas compensadoras.

Agroindustrialização e integração vertical

Nas primeiras décadas da imigração de colonos ao Oeste Catarinense, os porcos criados com o excedente da produção agrícola das famílias eram levados vivos, em tropas, para os centros consumidores do Rio Grande do Sul, ou até Joaçaba, onde eram embarcados em trens para São Paulo. Esse comércio com o Sudeste se intensificou na década de 1940.

Em virtude de as terras do Oeste Catarinense serem virgens e de qualidade, de a topografia ser favorável à produção de milho, da construção da estrada de ferro Rio Grande-São Paulo e do crescimento do mercado urbano de São Paulo (em processo de industrialização), a produção de suínos dessa região catarinense concorreu com Minas Gerais e acabou tornando-se, por excelência, a região abastecedora dos frigoríficos instalados em São Paulo. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 102).

Para os caboclos, no período anterior à colonização e depois desta, o porco foi elemento da economia e da dieta alimentar. A banha, a carne, o torresmo e o tocinho eram ingredientes da culinária. A criação dos animais, no chamado “sistema brasileiro”, consistia em dividir as áreas ocupadas em terras de plantar e terras de criar. Estas estavam situadas próximas às moradias, cerca dos cursos d’águas, onde os animais eram mantidos soltos. Esse procedimento era observado entre a população que “fazia para o gasto”, ou seja, em uma perspectiva de subsistência. A roça ficava mais afastada da casa.

Com a instalação de frigoríficos e fábricas de banha, uma fração da população autóctone

sucussora de fazendeiros em declínio econômico podia valer-se das “safras” (CORREA, 1970). Estas eram praticadas em áreas de baixa densidade demográfica e consistiam em cultivar milho e abóbora e, em seguida, soltar os porcos na área para que “criassem por si”. Ressaltamos que esta técnica também foi utilizada ocasionalmente por descendentes de alemães e italianos. Anteriormente à safra, houve o “sistema do porco alçado”, estudado por Roberto Lobato Correa (1970) no sudoeste do Paraná, cuja propriedade pode estender-se ao *locus* deste estudo. O suíno era criado solto em extensas áreas de mata, ocupando em média cinco hectares de terra por cabeça. O principal alimento dos animais eram a semente da imbuia e o pinhão.

A safra permitia aumentar a densidade de suínos por hectare, passando a quatro cabeças/ha, e era atividade econômica intercalada com a safra da erva-mate. Ou seja, não consistia em atividade de tempo integral. Os animais eram tropeados para outro safrista que poderia encerrar o ciclo de engorda, se fosse o caso, ou para comerciante que, por sua vez, os repassava ao intermediário com destino a frigoríficos instalados na região ou até a estrada de ferro.

Em outros locais de áreas mais concorridas, em municípios de população cabocla, ocorreu o procedimento de criação confinada em mangueirões de duas quartas. “A base da alimentação eram frutos silvestres e também abóboras, batata doce, milho e mandioca. No inverno, os porcos eram conduzidos para os pinheirais devido à abundância de pinhões” (CEOM, 2008, p. 29).

O espaço onde são criados os suínos diz a posição e a condição do caboclo, diferenciando internamente a população local. Aquele que cria o animal solto, próximo de casa, o faz para sua dieta alimentar. Aquele que visa a objetivos econômicos pode fazê-lo em cercado, no caso do mangueirão ou da safra.

A introdução da colonização, em regime de pequena propriedade, conflita com a criação cabocla, seja a do “sistema brasileiro”, a safra ou o mangueirão. É proscrita a prática dos caboclos de criar os animais soltos perto da casa. Instaura-se o “regime das cercas”. Os animais, confinados, são

criados pertos de casa. Os bovinos são alojados nos poteiros, com suas cercas, e os suínos são instalados nas pocilgas, os chamados chiqueirões, evitando que adentrassem nas lavouras. Em alguns casos, permitia-se a soltura dos suínos próximos aos chiqueiros, em área de tapumes, onde eram alimentados.

Inicialmente, nas pocilgas eram confinados os chamados porcos comuns, geralmente de pelagem escura e fornecedores de banha. Esta, além de ingrediente da dieta diária dos agricultores, era fonte de renda. Nos anos iniciais da colonização, os depoimentos apontam a dificuldade em escoar a banha e falta de compradores. O plantel de cada agricultor era motivo de orgulho e constava do roteiro de visitação entre os vizinhos. Se a estética arquitetônica do chiqueirão de madeira bruta não era para ostentação, o conteúdo poderia sê-lo. A força de trabalho da propriedade rural confluía para o sustento da maior fonte econômica da propriedade. Milho, mandioca, abóbora, aveia, cana-de-açúcar e outros cultivares serviam de alimento aos animais.

A modernização da agricultura e a demanda da indústria de carne, em expansão na região, introduzem o suíno de carne, em detrimento do suíno de banha. O óleo vegetal substitui esse ingrediente da culinária, tornando-a dispensável e de baixa demanda no mercado. Segundo Olinger (2006), Attilio Fontana, do grupo Sadia, importou dos Estados Unidos e da Europa matrizes de suíno tipo carne das raças Duroc-Jersey, Landrace, Hampshire, Large White. Outras experiências de importação ocorriam na região, como registra Jungblut (2006), ao atribuir ao Padre Oscar Puhl, em 1962, a criação de um posto de suinocultura em Sede Capela, Itapiranga, criando suínos das raças acima mencionadas e vendendo-os aos agricultores.

No hiato até a consolidação da integração vertical, coube à Acaresc (atual Epagri) a orientação para a substituição dos antigos chiqueirões e a introdução dos novos preceitos de manejo. Paulatinamente, ocorreu o processo de substituição do suíno tipo banha pelo suíno tipo carne, sendo implantada a integração vertical e iniciando-se o processo de concentração da suinocultura e de exclusão de suinocultores menos capitalizados.

Um dos traços evidentes da mudança na suinocultura são as terminologias adotadas: chiqueirão passou a ser sinônimo de atraso; adotou-se a nomenclatura “pocilga”, mais adequada à modernização. O habitante deixou de ser o porco e passou a ser o suíno. A arquitetura do estabelecimento, a dieta alimentar e as prescrições de higienização no desenvolvimento do plantel seguem os parâmetros da empresa integradora (agroindústria).

A relevância da produção de suínos na economia mercantil do Oeste Catarinense ensejou a instalação de frigoríficos na região. A indústria Perdigão S.A. foi fundada por Saul Brandalise em Videira, no vale do rio do Peixe, em 1934. Em 1944, Attilio Fontana, italiano oriundo do Rio Grande do Sul e estabelecido como comerciante em Joaçaba, liderou a fundação da Sadia (Sociedade Anônima Indústria e Comércio Concórdia), empresa que contava com 27 acionistas. Seguiram-se as fundações da Chapecó Industrial (1952), Frigorífico Seara (1956), Sociedade Anônima Frigorífica de Itapiranga (SAFRITA) (1962), Indústria e Comércio Marafon Ltda. (1956) sucedida pela Cooperativa Central Oeste Catarinense (1969) e pelo Frigorífico São Carlos (1975)⁷.

O surgimento das agroindústrias no Oeste de Santa Catarina teve influência do processo de industrialização por que passava o país. A tecnologia, nessa área, era proveniente dos Estados Unidos da América e da Itália. Também havia a participação de recursos estatais, via BNDE (federal) e PROCAPE (estadual) (ESPÍNDOLA, 1999; GOULARTI FILHO, 2007).

Em boa medida, a explicação para o bom desempenho dos grandes frigoríficos em Santa Catarina reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos. [...] A criação do Bando de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE, depois BESC) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), ambos em 1962, inaugurou uma nova fase do sistema de crédito no estado (SCHMITZ, 1991; FONSECA, 1988). O eixo central

do sistema financeiro se deslocou do crédito ao consumo para o crédito ao investimento de longo prazo. Após o reordenamento do BDE, ocorrido no final da década de 1960, foram criados outros mecanismos de fomento, como o Fundesc, o Procape e o Prodec, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc), todos com um propósito claro: fomentar e incentivar a indústria e a agroindústria catarinense. (GOULARTI FILHO, 2010, p. 49).

Uma dificuldade enfrentada para a manutenção dos níveis de produção industrial era a oscilação no fornecimento da matéria-prima. Neste aspecto, foi decisiva a iniciativa de Attilio Fontana ao introduzir o modelo de integração vertical de produção animal para o abastecimento dos frigoríficos, que já era utilizado na Europa e na América do Norte. A experiência pioneira consistiu na produção intensiva de suínos na Fazenda Santa Luzia, em Concórdia, em 1951, e estendeu-se à produção de aves, em 1960, no mesmo município (ESPÍNDOLA, 1999).

A integração vertical vem sendo estudada por diferentes áreas do conhecimento, tendo-se em conta a complexidade das relações socioeconômicas que enseja. É, ainda hoje, o arranjo produtivo dominante no ramo agroindustrial catarinense de processamento de carnes e derivados, beneficiando-se da prevalência do modelo agrário de pequenas unidades de produção familiar.

Esse modelo organizacional é conhecido no setor como integração, no qual o suinocultor se insere na cadeia produtiva vinculado a uma agroindústria de abate e processamento que, geralmente, também coordena os elos a montante da produção primária, sobretudo na fabricação de ração. A integração predomina na suinocultura da região Sul do País, mas cresce nas demais regiões acompanhando a expansão geográfica das agroindústrias líderes. Entretanto, há uma multiplicidade de formas organizacionais coexistindo, com um expressivo número de suinocultores não integrados, denominados no setor de independentes. (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 818).

A estrutura da integração vertical pressupõe obrigações de parte do integrador e do integrado. Ao primeiro compete fornecer os animais para reprodução, criação ou terminação (conforme o caso), a ração (no todo ou em parte), a assistência técnica e a atenção veterinária. Ao último compete o cuidado dos animais, o que implica aglutinar os esforços familiares no manejo e vigilância. Trata-se de trabalho intensivo, sem limite de jornada diária, nem direito a descanso semanal. Não há remuneração do trabalho, mas pagamento por lote de animais entregues à agroindústria. O preço do lote varia conforme a cotação do produto no mercado internacional e são abatidos os custos dos insumos fornecidos pela empresa integradora.

Nas últimas décadas, vem ocorrendo a diminuição na quantidade de produtores rurais integrados, paralelamente ao aumento da capacidade dos contingentes observados. Assim, por exemplo, cresceu o tamanho médio dos aviários, permitindo às empresas os benefícios de escala na produção, além de vantagens logísticas⁸. A contrapartida é o empobrecimento e o deslocamento dos numerosos produtores desligados, aspecto maior do panorama de intensos fluxos migratórios desde o Oeste o Meio-Oeste para os municípios litorâneos, sobretudo dirigidos à Grande Florianópolis (LINS; MATTEI, 2010)⁹.

Meio ambiente do trabalho

As agroindústrias, na sua constituição, primavam preferencialmente pela mão de obra de filhos de agricultores, pelo ethos do trabalho introjetado e por reproduzirem, na empresa, o padrão hierárquico da subordinação familiar. De outro lado, gerações de trabalhadores se autoenalteceram como integrantes de tal empresa, expressando sentimento de pertença. No entanto, hábitos e *habitus* mudam. O observado nos últimos anos é a recusa do trabalhador urbano a exercer atividades de abate e corte nas agroindústrias de carnes e derivados. Há relatos de lesões físicas, tais como Lesão por Esforço Repetitivo (LER), Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT) e de sofrimento psíquico, como

depressão relacionada a quadro de dor crônica. O documentário *Carne e Osso*¹⁰ registra o mal-estar que afeta trabalhadores do segmento de produção de carnes e derivados na região. Chapecó conta com duas associações de lesionados do trabalho, criadas para a defesa de direitos dos trabalhadores que contraem enfermidades laborais.

A escassez de mão de obra local gerou mudança na estratégia de recrutamento. Para suprir as vagas no chão de fábrica da agroindústria, inicialmente, foram arregimentados indígenas Kaingang e Guarani de diversas aldeias do norte do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina. São dezenas de ônibus precários que se deslocam a Chapecó e a outras cidades transportando trabalhadores indígenas para as agroindústrias. Mais intensamente a partir de 2010, foram recrutados também haitianos e senegaleses como trabalhadores do setor de abate e corte da agroindústria. No fábrica, são muitos os elementos que contribuem para o agravamento das condições do meio ambiente de trabalho: velocidade excessiva da nória, insuficiência de pausas para repor as forças físicas, temperatura muito baixa, ruído, pressão constante para aumentar a produtividade, entre outros fatores, geram desgastes aos trabalhadores.

O meio ambiente do trabalho da área rural afeta, de modo semelhante, os corpos dos agricultores. As extensas jornadas da atividade agrícola e as múltiplas atividades que têm sob sua responsabilidade levam os trabalhadores ao adoecimento. Com frequência queixam-se de dores lombares e nos membros, dores de cabeça e mal-estar gástrico (que dificilmente associam à aplicação de veneno, embora essa relação seja clara do ponto de vista das pesquisas em saúde). Os acidentes de trabalho são frequentes, apesar de subnotificados.

É significativo o número de trabalhadores, principalmente do segmento feminino, que alegam ter dificuldades para dormir e sofrer de “doença dos nervos”, recorrendo a ansiolíticos e antidepressivos. O sofrimento se faz presente nas situações críticas, como na ocorrência de intempéries e de problemas na família.

Considerações finais

Neste texto abordamos a região, relacionadamente, sob o prisma da construção histórica. Uma perspectiva substantiva não abarca as múltiplas faces e recortes que se faz e de que é feita uma determinada região. As narrativas das quais nos valemos pautaram-se nos aspectos multidimensionais, mostrando como o Oeste Catarinense foi se construindo.

Nessas narrativas um dos fios condutores foi o trabalho, que adquire o status de idioma de etnicidade, nos diferentes contextos históricos. Trabalho do tropeiro, trabalho do serrano, trabalho do ervateiro, trabalho nas fazendas de criar, trabalho nas balsas, trabalho nas colônias, trabalho na agroindústria. Este último caso, de modo especial, remete-nos ao chão de fábrica, por onde passaram filhos de colonos que, depois de décadas, recusam a atividade. O setor agroindustrial busca nas aldeias os índios Guarani e Kaingang para estes serem operários. Mais recentemente, haitianos e senegaleses realizam o ofício recusado pelos oestinos. A recusa de alguns, pela adversidade nas condições de trabalho, é a empregabilidade de outros. Por quanto tempo?

O habitus na relação com a terra tem posição polarizada entre caboclos e indígenas, de um lado, e os colonos descendentes de europeus, de outro. Tomando-se o caso dos caboclos, a concepção de terra é de que esta não é mercadoria. Como explicita Polanyi (1980), a Economia de Mercado é apenas uma das concepções possíveis. O que existe é um modo de vida imerso nas relações sociais. Logo, vicejam relações de reciprocidade, práticas de redistribuição, tais como as chamadas “festas de adoar”, diferentes daquelas trazidas pelos agricultores vindos do Rio Grande do Sul.

A colonização representou uma fricção interétnica, respaldada por novo esquema mental, novos *habitus*, e resultou na expropriação dos recursos naturais, dentre os quais a terra, criando uma clivagem de etnias. Instaura-se uma divisão étnica do trabalho na região.

Também no grupo de colonizadores instauram-se hierarquias e clivagens entre agricultores, comerciantes e bodegueiros que,

mais tarde, são reproduzidas entre agroindústrias e integrados, intensificando-se em relação àqueles excluídos da suinocultura e da avicultura. No interior do grupo familiar, na frágil economia doméstica, as mulheres gerenciavam o recurso advindo das “miudezas”, ocupando posição subalterna. Perdem esse recurso na medida em que a lucratividade aumenta, a exemplo da atividade leiteira, que se tornou masculina.

Falar do Oeste Catarinense pressupõe situar o momento a que nos referimos, em face das transformações por que passou e por que passa. Não se pode deixar de assinalar diacriticamente o empoderamento das mulheres que, ao contrário de algumas décadas atrás, conquistaram seus direitos civis e políticos e ocupam espaços em ONGs e instituições sociais. Já em relações aos jovens, fatia considerável deixa a área rural em busca de outros projetos de vida. As fronteiras entre rural e urbano tornam-se esgarçadas, vaticinando que rural não é necessariamente agrícola.

Notas

1 Exemplificando essa dificuldade, observa-se que os próprios critérios institucionais adotados pelos governos federal e estadual produzem diferentes morfologias: “Em 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiu o Estado de Santa Catarina em oito zonas fisiográficas, a região Oeste Catarinense sendo entendida como Zona do Oeste. Novos estudos em 1966, pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), estabeleceram, em 1968, que Santa Catarina seria agrupada em 16 microrregiões. O Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) baseou-se em 13 microrregiões. Assim, o Oeste Catarinense passaria a compreender duas microrregiões: Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina.” (BAVARESCO, 2005, p. 35-36).

2 Interpretamos a migração forçada dos indígenas como um processo de confinamento territorial.

3 O termo *embeddedness* vem sendo traduzido ao português como “imersão” e “incrustação”.

4 No Paraná, a secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos tem competência legal de reconhecer, com fundamento na Constituição Federal de 1988, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Convenção da Biodiversidade, além de leis e decretos, os faxinais como Área Especial de Uso Regulamentado (Aresur). O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) apontou a existência de 44 faxinais, mas

a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses indica número maior. Até o momento, foram reconhecidos, formalmente, 22 áreas.

5 A arrecadação de alimentos para festa e sua partilha em comum estaria no polo da redistribuição, exemplo estudado por Polanyi (1980) e presente nas sociedades arcaicas. Em uma festa convencional, como aquelas dos colonizadores, para arrecadar fundos para igrejas ou escolas, o alimento é arrecadado e depois vendido.

6 O surgimento das ervateiras com equipamentos modernos, notadamente a partir da segunda metade do século XX, praticamente fez desaparecer na região a prática de produzir erva-mate pelo método antigo, ressaltadas pequenas produções para o autoconsumo.

7 O estudo detalhado da agroindustrialização do Oeste catarinense realizado por Espíndola (1999) é a principal referência dos dados ora apresentados.

8 Acerca desse fenômeno, recomenda-se a seguinte leitura: TESTA et al. **O desenvolvimento sustentável no Oeste Catarinense (Proposta para Discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

9 Parte da mão de obra é absorvida pelas granjas instaladas pelas próprias agroindústrias e por empresas agrícolas, em regime de assalariamento.

10 Documentário realizado pela ONG Repórter Brasil e dirigido por Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros, em 2011.

Referências

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento o Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapeco (1917/1950)**. 1991. 327 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une theorie de la pratique**. Geneve: Droz, 1972.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (CEOM). **Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2008.

CORREA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano 32 (1), 1970, p. 87-98.

DORIGON, Clóvis; RENK, Arlene. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de miudezas de colonos pobres aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola (Online)**, v. 58, p. 101-113, 2011.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, L.; LINS, H. N. **A socioeconomia catarinense – cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 29-62.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Iris Gráfica e Editora, 2000.

LINS, Hoyedo Nunes; MATTEI, Lauro. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, L.; LINS, H. N. **A socioeconomia catarinense – cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 109-155.

MALAN, Alfredo. O Passo do Goio-En. *Revista de Instituto Histórico e Geográfico e Santa Catharina*, Volume VII, 3º. Trimestre, Typ. Da Escola de Aprendizes Artífices, 1919, p.272-280.

MARCON, Telmo. **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MIELE, Marcelo; WAQUIL, Paulo D. Estrutura e dinâmica dos contratos na suinocultura de Santa Catarina: um estudo de casos múltiplos. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 817-847, out./dez. 2007.

OLINGER, Glauco. **50 anos de extensão rural: breve histórico do serviço de extensão rural no estado de Santa Catarina 1956-2006**. Florianópolis: Epagri, 2006.

POLANYI, Kar. **A grande Transformação** – As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

_____. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, Alfredo

Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (Org.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade Estadual do Amazonas, 2009. p. 113-130.

TEPICHT, Jersey. **Marxisme et agriculture: le paysan polonnais**. Paris: Armand Collin, 1973.

TESTA, Vilson Marcos.; NADAL, Raul de; MIOR, Luiz Carlos; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **O desenvolvimento sustentável no Oeste Catarinense (Proposta para Discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

As tropas de ordenanças na Ilha de Santa Catarina durante os setecentos

The ordenanças of troops on the Island of Santa Catarina during the seven hundred

Jeferson dos Santos Mendes*

Palavras-chave:
Ordenanças
Ilha de Santa Catarina
Soldado-cidadão

Resumo: O presente trabalho, de forma introdutória, busca analisar as tropas de ordenanças na Ilha de Santa Catarina. As condições desses regimentos relatados pelos viajantes europeus de passagem pela Ilha durante os séculos XVIII e XIX, além das nomeações realizadas pelos governadores e as dificuldades de organizar um corpo militar. Por outro lado, muito rapidamente vamos tratar da importância da Ilha de Santa Catarina no contexto do século XVIII e suas funções estratégicas e militares na geopolítica colonial.

Keywords:
Ordenanças
Santa Catarina Island
Citizen-soldier

Abstract: The present work, in an introductory form, seeks to analyze the troops of *ordenanças* on the Island of Santa Catarina. The conditions of these regiments reported by European travelers passing through the Island during the eighteenth and nineteenth centuries, besides the appointments made by the governors and the difficulties of organizing a military body. On the other hand, very soon we will consider the importance of the island of Santa Catarina in the context of the eighteenth century and its strategic and military functions in colonial geopolitics.

Recebido em 1º de junho de 2018. Aprovado em 27 de agosto de 2018.

A Ilha

Situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, a Ilha de Santa Catarina foi parada obrigatória de viajantes europeus a partir do século XVI. A grande maioria das embarcações europeias, além de explorar a Ilha, buscava um porto privilegiado para se refazer de aprovisionamentos, água, víveres e alimentos frescos. A atracagem favorecia as viagens de ida e volta à embocadura do Rio da Prata, destino de grande parte das embarcações europeias no extremo sul da América¹.

A descoberta do ouro nos sertões mineiro e paulista forçou o governo luso-brasileiro à expansão e à consolidação colonial rumo à América Meridional e ao Rio da Prata. Em 1651, Francisco Dias Velho Monteiro partiu de Santos com a família e um número considerável de índios e escravos para se estabelecer na localidade que deu início à vila do

Desterro. Vinte e nove anos depois, Dom Manuel Lobo, então governador da Capitania do Rio de Janeiro, chefiando uma pequena expedição partiu em direção ao estuário do Rio da Prata. A fundação da Colônia do Sacramento (1680), em frente a Buenos Aires, estabelecia o domínio comercial sobre o Rio da Prata e uma tentativa de apropriação e alargamento do território, além de que, com a posse, a Coroa Portuguesa manteria uma conexão com Potosi, favorecendo o alinhamento com os ingleses e o contrabando na região (TEJERINA, 2004, p. 94). O comércio e o roubo imiscuíam-se e serpenteavam no vasto território da América Meridional, tendo como grande articulador o Rio da Prata². Entretanto, a ação lusitana confrontava com a expansão espanhola no mesmo espaço. Gradativamente, as forças hispânicas das missões jesuíticas avançavam ao Paraguai, para leste dos rios Paraná e Uruguai e demais províncias adjacentes

* Doutorando em História e Cultura do Brasil pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professor da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: mendesjeferson@campus.ul.pt.

ao Rio da Prata. A Ilha, nesse imbróglio, ganhou relevância e importância estratégica de manutenção e apropriação do território.

É certo que, desde a segunda metade do século XVII, a Ilha de Santa Catarina foi um espaço destinado ao desterro. Lugar de criminosos e vagabundos desonestos. Marlon Salomon lembra que até a década de 1730, a Ilha de Santa Catarina e a Colônia do Sacramento foram lugares de degredo: “A Ilha, afastada do continente e isolada pelas águas do mar que a vigiam, assume a função punitiva de afastar e isolar aqueles que comprometem a ordem na sociedade” (SALOMON, 2004, p. 80). Vale lembrar que, a grande maioria dos soldados, eram ex-degredados, presos, que na maioria das vezes, eram enviados ou para Angola ou para a Ilha de Santa Catarina. Matheus Homem da Costa acusado de ter aberto o saco de correspondência do governador de Minas, por exemplo, recebeu a pena de “quatro anos de degredo para a Ilha de Santa Catarina” (CARTA DO VICE-REI, 1962, p. 167-170). Com o tempo a Ilha deixou de ser vista como um lugar apropriado ao degredo. Como destaca Seidler (1996, p. 280), ao aportar na Ilha de Santa Catarina no início do século XIX, “[...] outrora esse jardim era lugar de desterro de criminosos portugueses, de ande o nome da capital; realmente por esse preço era-se tentado a praticar algum crime para também ser desterrado, pois era ceder um instante ao inferno em troca do resto da vida no céu”.

Durante os séculos que precederam a chegada dos primeiros europeus, muitos viajantes produziram relatos de suas viagens. A Ilha foi descrita, na maioria das vezes, como de solo fértil e excelente para o plantio.

A terra de Santa Catarina é muito fértil, e produz quase que por si mesmo variadas espécies de frutos. Está coberta de uma floresta de árvores sempre verdes, que, pela fertilidade do solo, são de tal maneira entremeadas de sarças, espinheiros e arbustos, que o todo forma um conjunto impossível de atravessar, a menos que se tome algum caminho que os habitantes fizeram para sua comodidade. Estes caminhos, e algumas terras situadas ao longo da margem continental, que nós

desbravamos para se fazer plantações, são os únicos lugares da ilha que não estão cobertos de árvores. (ANSON, 1996, p. 64).

Vários aventureiros e viajantes buscavam na Ilha “[...] um sítio apropriado para fazer aguada e as habitações dos portugueses, a fim de conseguir alguns refrescos” (FRÉZIER, 1996, p. 19). Entretanto, havia dificuldades de manutenção. Como lembra Braudel, “[...] nenhuma ilha está segura do dia de amanhã, e todas estão condenadas a viver dos seus próprios recursos, do seu solo, dos seus pomares, dos seus rebanhos ou, não o podendo de todo, a abrir-se ao exterior” (BRAUDEL, 1983, p. 175). Com relação à Ilha de Santa Catarina não foi diferente. Frézier (1996, p. 23-24) lembra a paupérrima situação que viviam os cidadãos:

Na verdade, encontram-se eles em tão grande carência de todas as comodidades da vida que, em troca dos víveres que traziam a nós não aceitavam dinheiro, dando mais importância a um pedaço de pano ou fazenda para se cobrir, protegendo-os das penúrias do tempo; satisfazem-se com o vestuário de uma camisa e um par de calças; os mais distintos usam também um paletó de cor e um chapéu: quase ninguém usa meias ou sapatos, sendo obrigados, no entanto, a cobrir as pernas quando entram no mato utilizando-se, então, da pele da perna de um tigre como perneira. Não são mais exigentes com a alimentação do que com o vestuário; um pouco de milho, batatas, alguns frutos, peixe e caça, quase sempre o macaco, os satisfazem. Esta gente, à primeira vista, parece miserável, mas eles são efetivamente mais felizes que os europeus [...] vivem na ignorância; são cristãos, é verdade, mas como podem ser instruídos em sua religião não havendo senão um vigário na Lagoa que lhes vem rezar a missa somente nas principais festas do ano: pagam, no entanto, o dízimo à Igreja, que é a única coisa que deles exigem.

O caldeamento populacional europeu, ameríndio e africano foi transformando as populações da América do Sul. Nesse sentido,

referindo-se à Ilha, Pernetty (1996, p. 82) observou: “veem-se na Ilha de Santa Catarina homens de todo o tipo de pele, do negro até o branco. Os mulatos são em maior número, geralmente feios, com um ar selvagem, como se fossem uma mistura de brasileiros com negros”. O viajante ainda descreve os habitantes:

Andam descalços, cabeça descoberta e muito mal penteados; suas roupas consistem em uma camisa, uma calça e às vezes um casaco que jogam nas costas, à maneira dos espanhóis. Os que ganham mais, utilizam um chapéu de forma muito alta, com abas de quase dez polegadas abaixadas. Estes estão cobertos e usam um paletó, acrescido de um casaco amplo que vai até aos pés, levantando às vezes a ponta de baixo para o ombro do lado oposto. Ao invés do chapéu, alguns usam um capuz do mesmo tecido do casaco, onde está preso e serve para cobrir a cabeça, costume este que impede mesmo a seus amigos de serem reconhecidos. (PERNETTY, 1996, p. 82).

Quanto aos oficiais e autoridades coloniais, vestiam-se com uma “mortalha”, a mesma vestimenta dos franceses. Os escravos, à maneira das outras capitânias:

[...] andam quase nus; a maioria se cobre com uma tanga em torno dos ombros. É raro encontrar algum deles com uma camisa ou veste. Mas, desde que recebam sua liberdade, eles podem se vestir como os brancos. As escravas negras usam somente um pedaço de tecido que as cobre da cintura até acima do joelho; as que estão libertas se vestem como as outras mulheres, com uma saia e uma camisa abotoada na frente, como as camisas dos homens, e, quando saem de casa, colocam um grande pano por cima, de um tecido fino de lã, muitas vezes branco, bordado com um fio de ouro, prata ou outro material, segundo suas condições e possibilidades. Esta peça de tecido tem, em geral, duas almas de comprimento por uma de largura. É arrumada de maneira que um dos ângulos se encontre no meio das costas e produza um efeito semelhante ao do capuz usado pelos

carmelitas. O ângulo oposto cobre a cabeça, os dois restantes, depois de cobrirem os ombros e os braços até ao cotovelo, vem se cruzar no peito, à moda dos mantelotes das francesas. Às vezes, também, ao invés de cruzarem no peito, estas pontas passam sob o braço, que já está coberto, deixando ver a gargantilha. Esta maneira de se vestir é muito incômoda porque, ao menor movimento do corpo, o tecido perturba (PERNETTY, 1996, p. 82-83).

A 26 de março de 1726, foi criada a vila do Desterro. Contudo, como lembra Prado Jr. (1953, p. 84), “[...] não havia aí mais que uma população escassa e constituída em sua quase totalidade pelas guarnições militares que defendiam as fronteiras da colônia”. Quanto à Ilha de Santa Catarina, durante quase três séculos, a densidade demográfica da Ilha pouco se alterou³: índios silvícolas, autoridades coloniais e militares, fugitivos, escravos se imiscuíam entre as elites locais. A assimétrica relação de poder, o caldeamento populacional provocava sisudas querelas entre índios autóctones e europeus. A população local, insegura, fugia para os bosques, as montanhas e os sítios mais seguros, longe dos nativos. Sem fortalezas, sem um corpo militar permanente, a população vivia entre a beleza natural da Ilha e o medo iminente da floresta.

Em março de 1735, aportava no Rio de Janeiro, o brigadeiro José da Silva Pais. Tinha a incumbência de sucessor imediato de Gomes Freire de Andrada, no governo do Rio de Janeiro, em sua ausência. A 9 de junho de 1736, Gomes Freire passou uma série de instruções ao brigadeiro. Entre elas: tomar posse do território do Rio Grande, ocupando e fortificando a região; defender a Colônia do Sacramento dos constantes assédios espanhóis, sobre cerco desde outubro de 1735 a setembro de 1737⁴; além da tomada de Montevidéu e fundar uma fortificação em Maldonado. Entretanto, a falta de água e madeira impossibilitou qualquer fundação, restando como única alternativa fortificar o Rio Grande de São Pedro, com o presídio Jesus-Maria-José, em princípio de 1737 (POSSAMAI, 2004, p. 170).

Um ano depois, a coroa transferia a jurisdição da Ilha de Santa Catarina, Rio Grande

de São Pedro e Laguna (1742) da Capitania de São Paulo para o Rio de Janeiro. A partir daí, com mais frequência, a Ilha passava a constar em ofícios e missivas das autoridades coloniais e lisboetas. A conservação do território entrava na ordem do dia da Coroa Portuguesa. José da Silva Pais foi nomeado governador. A ele foram oneradas as bases defensivas e organizativas. Durante o comando, três fortalezas foram erguidas na Barra Norte e uma na Barra Sul (SILVA, 2008, p. 56). Para Walter Piazza, a principal explicação para a fundação da Capitania da Ilha de Santa Catarina foi de “ordem política” (PIAZZA, 1983, p. 123).

Por outro lado, vale reforçar que a Ilha está localizada no centro do Rio de Janeiro com a Colônia do Sacramento, mantendo a ligação do extremo norte do Brasil com o extremo sul. É capaz de receber embarcações de todas as capitanias, desde a Bahia, Minas e São Paulo até o Rio Grande e Colônia do Sacramento. Enquanto os castelhanos movimentavam seus exércitos em direção ao oeste do rio Uruguai, os portugueses tentavam reforçar os territórios ainda virgens de assaltos e cerco. A Ilha era um desses territórios, por estar localizada na região meridional. Por essa razão, passou a constar nos relatórios dos estrategistas castelhanos um ataque ou sua ocupação.

Em 1748 iniciou-se o processo de povoamento da Ilha. Com imigrantes vindos das ilhas oceânicas e continental, nomeadamente: ilhas dos Açores, madeira e região do Minho, em território português. Em oito anos, mais de seis mil pessoas migraram para a Ilha de Santa Catarina. Com os imigrantes açorianos e madeirenses formaram-se diversas povoações e freguesias. E, com eles, organizou os corpos de ordenanças, responsáveis pela defesa da Ilha. É certo que, “[...] a política de colonização com imigrantes vindos das ilhas de Açores e Madeira faz parte desse contexto da territorialização militar” (MARTINELLO, 2016, p. 90). Dessa forma, as condições dessas tropas relatadas pelos viajantes europeus em passagem pela Ilha nos séculos XVIII e XIX, as nomeações realizadas pelos governadores e a dificuldade de organização militar será o objeto de atenção da nossa análise.

A companhia de ordenanças: o “soldado-cidadão”

No alvorecer do século XIX, René Lesson, viajante francês, percebeu na Ilha de Santa Catarina um militar diferenciado. Constatou que os soldados de milícia eram engajados nos corpos do exército somente durante períodos de guerra. Em tempos de paz, mantinham-se na labuta em suas terras. Essas particularidades, diferenciadas, levou o viajante francês a defini-los como “soldados-cidadãos”. Caracterizou-os:

Entre os habitantes encontram-se homens robustos e bonitos; os bigodes que parte deles usa, indica que pertencem à milícia das costas, e que ao primeiro sinal devem se render às baterias em defesa do território da província. Estes soldados-cidadãos cultivam ao redor de suas moradias, hortas que fornecem o sustento a suas famílias. Criam alguns animais de terreiro, e galinheiros como aves domésticas, que eles vendem aos navios que passam, em troca de algum lucro, que compense pela falta de regularidade com que o governo lhes paga o soldo. (LESSON, 1996, p. 268).

É importante lembrar que, a utilização da população civil na organização das forças militares na América portuguesa foi uma prática comum durante o período colonial. Aos colonos foram dadas obrigatoriedades de zelar pela segurança das capitanias (IZECKSOHN, 2014, p. 487). Em 1548, ao procurar estabelecer a conquista e o controle dos domínios ultramarinos, a Coroa Portuguesa expediu, juntamente com o governador-geral Tomé de Souza, um regimento. O governador, com soldados, artilharia e demais instrumentos bélicos, responsabilizava-se pela fortificação das barras e portos para melhor escoamento do comércio marítimo (PUNTONI, 2004, p. 43).

Nesse primeiro momento, cabia aos donatários das capitanias a defesa, a otimização do espaço colonial e, principalmente, de municiar a população. O *alvará das armas* de 1569 tornou obrigatório a todos os homens livres a posse de

armas, fossem elas de fogo ou brancas. Logo em seguida, a coroa regulamentou na colônia o *serviço das ordenanças*. Formada pelo engajamento coercitivo de todos os moradores de um termo⁵ com idade entre 18 e 60 anos, com exceção de eclesiásticos e fidalgos⁶. Como aponta Jorge Couto, na clássica obra *A construção do Brasil*, ao governador-geral foram designados amplos poderes.

Na esfera de defesa, o regimento fixava o armamento mínimo que deveria existir em cada capitania donatária, engenho ou fazenda; obrigava todos os moradores que possuíssem casas, terras ou navios a ter, pelo menos, besta, espingarda, lança ou chuça; ordenava a fortificação de todas as vilas e povoações e impunha aos senhores de engenho ou fazenda a edificação de estruturas defensivas (torres ou casas-fortes) nas suas propriedades. (COUTO, 1998, p. 233).

Por outro lado, a organização militar no Brasil colonial estava basicamente estruturada em três grandes escalões: tropas de linha, auxiliares e tropas de ordenanças. A tropa de linha caracterizava-se por ser paga, nobre e profissional. Geralmente composta de regimentos portugueses: Bragança, Moura e Estremoz. Já as tropas de ordenanças e auxiliares não eram remuneradas. Eram compostas, a grande maioria, de moradores, agricultores “que, quando se fazia mister, deixavam suas lidas para acudir as necessidades militares” (MELLO, 2009, p. 241).

Sobre a Ilha de Santa Catarina, no início do século XVIII, o engajamento das tropas de ordenanças – cujas principais origens de São Vicente – eram pouco expressivas. Por outro lado, as condições econômicas e sociais eram degradantes. Em 1712, o engenheiro militar francês Amédée Frézier ancorou na Ilha e notou que a situação dos soldados responsáveis pela defesa e segurança era degradante e paupérrima, uma vez que as armas de defesa eram insuficientes e estavam em péssimo estado. Frézier chamou a atenção para as condições bélicas: “suas armas comuns são os facões de caça, flechas e machados; possuem poucas espingardas e raramente pólvora”⁷ (FRÉZIER, 1996, p. 23). La Perouse, outro viajante francês, em seu

diário de bordo, reafirmou a pauperidade vivida pelas tropas, “[...] a guarnição do forte principal, quando ancorámos, era de cinquenta soldados mal vestidos, e mal pagos, comandados por um capitão” (EXTRACTO, 1902, tomo LXV, primeira parte, p. 322-326), registrou ele.

Entretanto, esse mesmo efetivo militar estava inserido na dinâmica do mundo moderno. Assentado em um novo momento da história das guerras, presenciou o sepultamento da medievalidade e a aquiescência de métodos modernos de guerrear, outra racionalidade militar incorporada à otimização dos exércitos e suas funcionalidades. Durante a consolidação da “[...] era das armas de fogo, o uso dos mosquetões (armamento de um tiro que precisava ser carregados), exigia a operação de complexa coreografia de salvas repetidas dadas por fileiras de atiradores em pé, de cócoras ou deitados” (CARNEIRO, 2011, p. 181).

O mesmo viajante lembrou que os moradores não tinham responsabilidades tributárias com o governo português, mas eram súditos e obedeciam aos comandantes nomeados. Serviam em caso de hostilidades interna ou externa “[...] contra os inimigos da Europa e os índios do Brasil, com os quais andam quase sempre em guerra”. (FRÉZIER, 1996, p. 23). O receio dos habitantes autóctones fazia com que só penetrassem na densa mata continental em grupos de 30 ou 40 homens juntos e bem armados.

O edital publicado na ilha dos Açores e da Madeira não era claro quanto ao serviço militar. Em geral, os migrantes ficariam isentos de servir nas Tropas pagas, mas o mesmo não acontecia nas ordenanças. A provisão régia de 8 de agosto de 1747, determinou ao governador José da Silva Pais a criação de um corpo de ordenanças em cada localidade fundada, conforme demonstra o seguinte trecho:

Em cada lugar dos sobreditos fareis logo levantar uma Companhia de Ordenanças, nomeando-lhe oficiais no caso que não vão de cá nomeados alguns Capitães, e nestas Companhias se alistarão todos os moradores casados, e solteiros, e dareis as ordens para a sua disciplina na mesma forma que se pratica nas outras terras do vosso Governo. (BRITO, 1829, p. 176).

Por outro lado, as companhias de ordenanças da Ilha de Santa Catarina eram corpos heterogêneos, compostos, na sua maioria, de açorianos e madeirenses. Uma força, solidificada e contemporizada no Antigo Regime. A condição da Ilha exigia um soldado ambivalente, capaz de aglutinar diferentes tarefas, acoplado ao mundo rural e à penosa vida militar, subordinada. As tropas não eram pagas, e possuíam múltiplas capacidades, visto que, além do manuseio das armas nas injunções, eram habilidosos no trato da terra. A maior parte do tempo dos soldados era dedicada para as suas atividades. Em casos de perturbações, assédios, contendias, escaramuças e guerra eram engajados no exército, nas tropas de auxiliares.

Os seis mil migrantes formavam uma amálgama crescente. Dinamizar os espaços e ampliar o número de soldados em armas estavam na ordem do dia das autoridades coloniais e lusitanas. Buscavam a solidificação do espaço defensivo; por isso, os imigrantes eram engajados nos corpos de ordenanças. O estado lusitano, as autoridades coloniais e locais da capitania oneravam aos colonos a defesa militar e o desenvolvimento econômico do território.

Por outro lado, é importante lembrar que boa parte do recrutamento foi realizada nas ilhas atlânticas. Como recorda José Damião Rodrigues (2010, p. 20): “[...] ao longo da primeira metade de Setecentos a coroa continuou a promover a saída de ‘casais’ ilhéus para a América do Sul com o objetivo de povoar e defender as regiões fronteiriças meridionais e setentrionais”; entretanto, passaram a adotar uma nova estratégia: “a dos recrutamentos militares nos Açores, a partir da segunda metade do século XVIII”.

De forma geral, os soldados pertencentes ao regimento de ordenanças tinham um cuidado diferenciado. Militarmente, eram corpos inertes, parados, não se locomoviam como os corpos regulares e de primeira linha. Como lembra Izecksohn (2014, p. 484):

Seu treinamento consistia na prática continuada dos combates ou na experiência adquirida através do convívio familiar, isto é, com pouco

adestramento profissional. Seus soldados eram frequentemente os moradores das localidades, relacionados aos comandantes por vínculos pessoais, os mesmos liames que reforçavam sua disciplina através de uma subordinação que possuía pouco em comum com as regras hierárquicas de uma organização total moderna. A experiência militar, portanto, foi muito pouco homogênea [...]. Nessas condições, a estrutura tendeu a seguir e confirmar as hierarquias locais, com algumas brechas para indivíduos procedentes de grupos subalternos que se destacassem nos combates ou na arregimentação das tropas.

Antes do processo de povoamento da Ilha por açorianos e madeirenses, pouco ou quase nada se falou em organizar uma companhia de ordenanças. Segundo Oswaldo de Cabral (1972, p. 89), “[...] não teria sido mesmo possível organizar qualquer corpo militar desse tipo, como de qualquer outro, pois o contingente populacional era reduzidíssimo”. O desprezo refletia a inabilidade política. Contudo, com a criação da vila da Laguna e a instabilidade no estuário do Rio da Prata, forçou-se as autoridades coloniais a empenharem esforços paliativos. Segundo Manoel Joaquim de Almeida Coelho (1856, p. 10-11), em 1720, o desembargador ouvidor geral Rafael Pires Pardiniho recomendou à Câmara da Laguna “[...] que se elegeisse um capitão de ordenanças, um Alferes, e dois Sargentos, ficando o povo obrigado a correr as armas logo que tocasse rebate”.

A organização militar da América Meridional, aos poucos, foi tomando corpo. José da Silva Pais, argutamente reconheceu a necessidade de criar mecanismos de manutenção defensiva. E, o corpo de ordenanças, juntamente com a leva de imigrantes que aportavam na Ilha de Santa Catarina eram ótimos dispositivos. Antes mesmo de receber as primeiras levas de açorianos e madeirenses, o brigadeiro, escreveu às autoridades lisboetas, dizendo que aumentaria a “cultura daquelas terras”, com os imigrantes e, principalmente, “dos filhos dos mesmos casais se recrutariam as tropas”. (FLORES, 2004, p. 32).

Com o desenvolvimento dos núcleos populacionais, foram dadas novas prerrogativas

organizacionais. Em cada localidade, foi organizado um corpo de ordenanças, a cargo de um comandante reinol, o qual tinha como principal finalidade a manutenção do território da América Meridional.

No governo do brigadeiro Manuel Escudeiro de Souza (1749-1753), foram dadas as principais medidas ocorreu o estabelecimento dos postos. Os governadores receberam o direito de nomeação. Procuravam nomes com perfis sociais, políticos e principalmente militares. Fernanda Olival, em seu já clássico estudo *As ordens militares e o estado moderno: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)* sublinha a relevância do conceito da *economia da mercê* como dispositivo de perpetuidade da produção dos serviços militares. Nesse ponto de vista, “quem somara determinado número de anos de serviços devia vê-los recompensados” (OLIVAL, 2001, p. 238). O próprio marquês do Lavradio, logo após tomar posse, fez um pedido ao conde de Oeiras de novos oficiais para os regimentos. Contudo, recomendava às autoridades, na escolha dos novos oficiais, “[...] duas coisas, a primeira que deve haver um grande cuidado em que os coronéis da Europa, não nomeiem para cá aqueles a quem lá não se acha préstimo, em segundo lugar que o meio de virem gostosamente os que lá forem bons e continuarem cá a servir com distinção”, escreveu a Luís de Almeida. (CARTA DO MARQUÊS, 1962, p. 198). Dessa forma, a grande maioria dos comandantes escolhidos para servir nas companhias de ordenanças seguiam a lógica da continuidade dos serviços militares ou de fidalguia. Não por acaso, boa parte dos comandantes era responsável em sua localidade de origem – Ilha dos Açores e Madeira – possuíam alguns postos militares ou provinham da nobreza. Boa parte das nomeações ocorreu em setembro de 1753. Na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Escudeiro nomeou o comandante Mateus Lourenço Coelho, que já era comandante na Ilha Terceira; na freguesia de São José da Terra Firme o capitão Manuel de Sousa e Silva, que já ocupava o cargo militar na Ilha Graciosa; na companhia formada no rio de Ratoles, extremo norte da Ilha fora nomeado Agostinho Machado, por ser “gente nobre da Ilha Terceira” e, o mesmo requisito foi dado a Manuel Medeiros e

Souza nomeado para o Distrito de Praia Comprida, nobre da Ilha de São Miguel, e para Francisco José Leitão Rambone, Alferes da nova companhia estabelecido na vila do Desterro, que provinha de família de nobres dos Açores. (CABRAL, 1972, p. 90-91).

Assim como em outras capitânias, nas companhias de ordenanças eram empregados homens pobres e de baixa estirpe. Segundo Assis (1988, p. 58-59), muitos foram incorporados nos serviços das vilas. Sem soldos e emolumentos, além de reduzido custo para o estado, dedicavam mais tempo para roças e outras atividades. Keegan (1995, p. 22) foi peremptório ao afirmar que: “[...] todos os exércitos regulares, até mesmo os da Revolução Francesa, recrutavam soldados irregulares para patrulhar, reconhecer e travar escaramuças para eles”. No que diz respeito à Ilha de Santa Catarina, a “vinculação de todos os moradores casados e solteiros” no serviço militar gratuito representava um meio eficaz de mantê-los “em ordem e disciplina” (SALOMON, 2002, p. 48).

A articulação desenvolvida na América Meridional movimentava tropas, pessoas e autoridades coloniais. Uma estrutura organicamente montada entre a Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina. Muitos colonos, logo após aportarem na Ilha, eram enviados para o continente do Rio Grande e Sacramento; e, na grande maioria dos casos, eram engajados nas tropas de ordenanças. As autoridades coloniais, migravam de postos e de comando, sendo responsáveis pela engrenagem de um sistema defensivo e ofensivo.

Contudo, a inabilidade do sistema mantinha o afastamento populacional. Além disso, o exército era o principal destino de criminosos, devedores, fugitivos, transeuntes e, conseqüentemente, sedimentava a aversão dos residentes nos núcleos e, até mesmo, na capitania. A Coroa Lusitana reforçou alianças com poderes locais, mas não impediu o definhamento do sistema. A população mostrava-se descontente com tal instrumentalidade. Durante o governo do coronel Francisco Antônio Cardoso de Meneses (1762-1765), os moradores queixavam-se da

[...] rigidez com que exigia trabalhassem eles não só em obras públicas como no trato das armas. Homem de tropa, frequentemente obrigava os moradores a exercícios militares, não hesitando em retirá-los do trabalho nas suas terras, não poupando sequer os próprios Vereadores da Câmara. E, se protestavam, fazia-os espancar.

Tão logo a Câmara protestou, segundo Cabral (1972, p. 91), “pedindo que se lhes abrandassem o rigor e a frequência nos exercícios”. Sem perda de tempo o ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu uma longa justificativa à Câmara: “É indispensável que todos os moradores dela se conservem em estado de tomarem as armas com ciência, para rebater o orgulho do inimigo” (CABRAL, 1972, p. 92); além disso, recomendou às autoridades que reservassem domingos e dias santos aos exercícios. Como lembra Christiane Figueiredo Pagano de Mello (2009, p. 186), uma das grandes causas da recusa da população colonial ao serviço militar eram justamente “os maus-tratos vexatórios que recebiam de seus governantes”.

No governo do marquês do Lavradio (1769-1778), conforme relata Mello (2009, p. 83), a Coroa Lusitana operacionalizou a utilização “da pedagogia militar para impor uma disciplina aos habitantes das colônias no Ultramar”; o principal objetivo era construir uma “força capaz de reunir, ou reduzir, todos os indivíduos a um só corpo”. Entretanto, ao contrário do que buscavam as autoridades coloniais e a Coroa Portuguesa, as companhias de ordenanças formadas nas capitanias e no Reino, não formaram um corpo disciplinado e regular.

Considerações Finais

É importante relembrar que, durante o século XVIII, houve uma intensa mobilização de tropas para o extremo sul da América. As tensões vividas na Europa entre as coroas ibéricas transformaram as capitanias do Brasil Meridional em zona de conflito. A Ilha de Santa Catarina recebeu uma companhia de ordenanças que foi fundamental para o desenvolvimento da capitania. As tropas, assim como em outras capitanias, eram

responsáveis pelo desenvolvimento econômico e pela segurança militar.

Sobre as pesquisas no campo militar, Mello (2004, p. 67) menciona que “o interesse pela história militar do Brasil colonial ainda tem-se mostrado bastante reduzido” e que, quando tratamos das organizações militares de ordenanças e auxiliares, “poucos são os trabalhos dedicados a esse tema na produção historiográfica brasileira”, ainda que, lembra a autora, “muito embora elas sejam reconhecidas como instituições de grande relevância na sociedade colonial”. Dessa forma, introdutoriamente tentamos apresentar as condições das tropas de ordenanças relatadas pelos viajantes europeus em passagem pela Ilha durante os séculos XVIII e XIX, além das nomeações realizadas pelos governadores e a dificuldade de organização militar.

Notas

1 Sobre a constituição histórica de “um espaço catarinense”, ver: Martinello, 2016.

2 Mais informações sobre o contrabando na região do Rio da Prata, ver: Canabrava, 1984.

3 Caio Prado Jr. (1953, p. 30) calcula em 3.000.000 de habitantes a população brasileira no dobrar do século XVIII. Duperrey Lesson, navegador francês, quando aportou na Ilha, contabilizou 10.000 pessoas. Em Nossa Senhora do Desterro, capital da capitania, existiam, segundo o navegador, 6.000 indivíduos, essas “[...] distinguem-se em três classes de habitantes, os brancos, os mulatos e os negros; a última é quase em sua totalidade composta de escravos” escreveu Lesson em seu diário (HARO, 1996, p. 268).

4 Sobre o certo à Colônia do Sacramento, ver: Possamai, 2004.

5 Jurisdição Administrativa.

6 Para maiores informações, ver: Sodré, 1979, p. 30-31; Putoni, 2004, p. 44-45; Izecksohn, 2014, p. 487. Caio Prado Jr. (1953, p. 322, 325-326) foi o primeiro pesquisador a identificar nas ordenanças uma instituição capaz de aglutinar a “ordem legal” em favor do “auxílio da administração” colonial. Vale lembrar que em Portugal ocorreu um processo de “aversão” ao serviço das ordenanças. Mais informações em, Costa, 2003, 2010.

7 Nelson Werneck Sodré (1979, p. 20) lembra que as instruções dadas a Tomé de Souza, além de fazer “guerra a quem quer vos resistir”, o regimento do governador-geral do Brasil devia “para defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil”, que todo morador “que nela

tiver casas, terras, ou águas, ou navio, terá ao menos bestas, espingardas, espada, lança ou chuça”.

Referências

ANSON, George. “A Voyage round the World”. In: HARO, Martim Afonso de Palma de. **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

ASSIS, Edvaldo de. **Cuiabá colonial: povoamento e sociedade**. Cuiabá: editora Barros, 1988.

Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e marquês do Lavradio, carta do marquês do Lavradio ao conde de Oeiras, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, volume 255, p. 191-203, abr/jun., 1962.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória política sobre a capitania de Santa Catharina**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil: Colônia**. Rio de Janeiro: Conselho Federativo de Cultura, 1972.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, Demétrio (Org). **História das guerras**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 163-187.

CARTA DO VICE-REI, Luiz de Vasconcellos e Souza, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Martinho de Mello e Castro. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1779. Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil, da

cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, volume 256, jul/set., 1962, p. 167-170.

CARTA DO MARQUÊS do Lavradio ao conde de Oeiras, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, volume 256, p. 191-203, p. 198, 1962.

COELHO, Manoel Joaquim d’Almeida. **Memória histórica da província de Santa Catharina**. Desterro: Typ. Desterrense de J. J. Lopes, 1856.

COSTA, Fernando Dores. Recrutamento. In: **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, 2v. p. 68-101.

_____. **Insubmissão: Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

COUTO, Jorge. **A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

EXTRACTO do Volume 4 fol. 90 das viagens de La Perouse no ancoradouro desde o dia seis até o dia dezanove de Novembro de mil setecentos oitenta e cinco. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Brazil, 1902, tomo LXV, primeira parte, p. 322-326.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina, 1777**. Florianópolis: Ediufsc, 2004.

FRÉZIER, Amédée F. “Descrição da Ilha de Santa Catarina”. In: HARO, Martim Afonso Palma de. **Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. 4ª ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro;

- GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). **O Brasil colonial**. volume 3 (ca. 1720-ca.1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 483-522.
- KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARTINELLO, André Souza. **Geografia Histórica, discursos espaciais e construção territorial de Santa Catarina**. 2016. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004. p. 67-86.
- _____. **Forças militares no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: e-paper, 2009.
- OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado moderno: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.
- PERNETTY, Antoine Joseph. “Histoire D’un Voyage aux Isles Malouines, Fait en 1763 & 1764; avec des observations sur le Detroit de Magellan, et sur les Patagons”. In: HARO, Martim Afonso de Palma de. **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Edufsc, Lunardelli, 1983.
- POSSAMAI, Paulo César. O recrutamento militar na América Portuguesa, o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737). **Revista Histórica**, São Paulo, n. 151, pp. 151-180, 2º sem. 2004.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 2ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.
- PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil, tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 43-66.
- RODRIGUES, José Damião. Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, dez. 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SALOMON, Marlon. **O saber do espaço, ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX**. 2002. 209 f. Tese (Doutorado em História e Cultura) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- _____. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. In: BRANCHER, Ana, AREND, Silvia Maria Fávero (Org). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 79-92.
- SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudos sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)**. 2008. 300 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Federal São Paulo, 2008.
- TEJERINA, Marcela Viviana. Los portugueses en el comercio y la navegación rio-platenses. In: SILVA, Hernán Asdrúbal (Dir.). **Los caminos del Mercosur – historia económica regional, etapa colonial, Mexico (DF)**. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2004. p. 91-120.

Ascensão social e mobilidade espacial de sírios e libaneses em Porto Alegre (1890-1949)

Social ascent and spacial mobility of syrian and lebanese in Porto Alegre (1890-1949)

Júlio C. Bittencourt Francisco*

Palavras-chave:
Imigração
Sírios e libaneses
Porto Alegre

Resumo: O texto descreve as condições econômicas e sociais nas quais os imigrantes sírios e libaneses se integraram à vida cotidiana de Porto Alegre, desde o fim da última década do século XIX, até meados do século XX. A pesquisa descreve o início da saga desses imigrantes, cuja maioria era formada por mascates e pequenos comerciantes, quando ocuparam um pequeno trecho de rua no centro da capital até o seu deslocamento para diversos bairros da cidade. Esta trajetória é marcada, no início, por condições precárias de moradia, disputas dentro do grupo e violência, para um padrão de vida pontuada pela ascensão social e mobilidade espacial que também se reflete na matrícula dos seus filhos em duas das melhores instituições de ensino da capital.

Keywords:
Immigration
Syrian and Lebanese
Porto Alegre

Abstract: The text describes the economic and social conditions in which the Syrian and Lebanese immigrants integrated into the daily life of Porto Alegre, from the end of the last decade of the 19th century until the middle of the 20th century. The survey describes the beginning of the saga of these immigrants, most of whom were paddlers and small merchants, when they occupied a small stretch of street in the center of the capital until their displacement to various districts of the city. This trajectory is marked, at the beginning, by precarious conditions of housing, disputes within the group and violence, to a standard of living punctuated by spatial mobility and social ascent that is reflected in the enrollment of their children in two of the best educational institutions of the capital.

Recebido em 09 de maio de 2018. Aprovado em 02 de agosto de 2018.

Introdução

Embora a maioria dos imigrantes sírios e libaneses que chegaram ao Rio Grande do Sul fosse formada por pequenos agricultores, a estrutura fundiária do Estado, baseada em colônias agrícolas étnicas ou, então, nas grandes propriedades e na monocultura, a carência de terras disponíveis a baixos preços e os poucos recursos financeiros trazidos por eles inviabilizaram sua fixação no meio rural. Como esses imigrantes também não se enquadraram na categoria de operários urbanos, ficaram à margem do perfil idealizado pela política imigratória brasileira. Assim, eles se concentraram nos centros urbanos, neles desenvolvendo atividades relacionadas ao comércio ou, primeiramente,

atuando como ambulantes (mascates) e, mais tarde, em negócios regularmente estabelecidos. Contudo, suas atuações profissionais não estavam restritas somente às cidades, uma vez que a população rural representava um importante contingente de consumidores a serem atendidos (ALMEIDA, 2000, p. 87).

No fim do século XIX e início do XX, no contexto das grandes movimentações de imigrantes que cruzavam o Atlântico em direção às Américas, havia uma preocupação crescente do governo brasileiro em importar agricultores europeus em um claro esforço de “embranquecer” a população. De acordo com Lesser (2001), os imigrantes provenientes do Oriente Médio desafiaram a concepção simplista de raça, acrescentando à

* Mestre em Memória Social Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Professor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: bittencourt.francisco@ufrgs.br

mistura um elemento novo: a etnicidade. Todos os 4,55 milhões de imigrantes que entraram no Brasil entre 1872 e 1949, trouxeram consigo uma cultura pré-imigratória e criaram novas identidades étnicas; entretanto, foram os 400 mil asiáticos árabes e judeus, considerados não brancos, não pretos, que puseram em xeque as ideias das elites sobre a identidade nacional (LESSER, 2001).

É importante destacar que o binômio sírio-libanês é uma forma hifenizada, negociada entre essas etnias para representar uma categoria, uma ideia ou uma simplificação. Foi uma resposta à indefinição de suas identidades e ao estigma de “turco” (PINTO, 2010). O sírio-libanês, em suma, é o imigrante levantino que chegou ao Brasil a partir das últimas décadas do século XIX, e que, por volta de 1926, passou a ser contado (nos registros de entradas) separadamente como sírio ou como libanês. O binômio também se refere a uma certa igualdade entre o que significa ser sírio, com aquilo que é libanês. Não obstante, existem muitos fatores de aproximação e distanciamento entre essas etnias. Os de aproximação estão na língua, cultura e alimentação, e entre os de distanciamento estão, de forma geral, o conservadorismo dos sírios em contraste com a sociabilidade dos libaneses, além de fatores confessionais como o maronismo¹, exclusivo dos libaneses cristãos.

O libanês na sua origem, a rigor, é mais cosmopolita e ocidentalizado por causa da influência francesa, especialmente àqueles provenientes do Monte Líbano². O sírio cristão, por fazer parte de uma minoria étnica na origem, sentia-se oprimido pela maioria muçulmana e chegou ao Brasil com este trauma, ao passo que o libanês, em geral, sem sofrer tanto pelo mesmo motivo, foi mais impactado pelo fator econômico na decisão de emigrar. O termo sírio-libanês é usado para substituir a expressão “imigrante árabe” no Brasil, na Argentina e no Uruguai (PINTO, 2010).

Historicamente, a Palestina, a Síria e o Líbano sempre guardaram laços sociais profundos, e suas fronteiras foram desenhadas pelos invasores que os dominaram politicamente. O idioma, a cultura, as religiões e muito da culinária, apesar de pequenas diferenças, aproximam ainda mais a Palestina da Síria e do Líbano. Por fim, cabe ressaltar que grande parte dos descendentes desses imigrantes são filhos de pessoas das duas origens: síria e libanesa. Eles são os filhos dos imigrantes que, naquela ocasião, faziam

questão que seus filhos se casassem com outros sírios, ou libaneses, dentro da pequena colônia gaúcha de imigrantes árabes de então.

O objetivo deste estudo é mostrar os contrastes entre as primeiras posições desses imigrantes na cidade de Porto Alegre, tanto de libaneses quanto de sírios, inicialmente em condições precárias, para depois de alguns anos, realizando investimentos conjuntos no ramo do comércio, lograram através deste meio uma notável ascensão social e mobilidade espacial, refletida na ocupação de diferentes bairros da capital mas também na educação formal de seus filhos, principalmente nas melhores escolas da cidade. Neste artigo, descrevemos a trajetória de inserção e integração desses imigrantes e como eles foram capazes de transformar suas realidades. A novidade que trazemos é o método da pesquisa para mostrar o que pretendemos. Realizamos desde investigações em fontes primárias como os arquivos históricos, reportagens de jornais da época, literatura memorialista e entrevistas com descendentes de imigrantes.

Rua Andrade Neves: Gueto Étnico ou a pequena Síria de Porto Alegre?

No início do século XX, quando os imigrantes sírios e libaneses já circulavam pela capital em maior número, seu núcleo residencial e comercial era a rua Andrade Neves³, no centro histórico da capital⁴. Porto Alegre começou a receber imigrantes sírios e libaneses em maior quantidade a partir de 1890, conforme verificamos nas crônicas e no comércio local. Comerciantes mais antigos⁵ recebiam mercadorias no porto da cidade, vindas de São Paulo ou do Prata, e repassavam aos mascates, que as vendiam pelo interior.

O padrão de ocupação e concentração não era diferente do de outras capitais ou cidades brasileiras, como a rua 25 de Março, em São Paulo, ou a rua da Alfândega, no Rio de Janeiro. Nessa época, a maioria dos árabes eram mascates e saíam, a pé ou de carroça, vendendo frutas, legumes e miudezas pelos arrabaldes da cidade e outros municípios do estado, onde recebiam pedidos de mercadorias. Eles voltavam ao mercado da capital para adquirir os produtos e tornavam a viajar levando as encomendas. Corbinos (1983, p. 82)

descreve assim seus locais de residência: “Viviam inicialmente em cortiços, moradias populares com cômodos para alugar, onde se aglomeravam famílias inteiras em um reduzido espaço”. Ainda segundo o autor, era peculiar o comércio praticado em longos trajetos percorridos como vendedores ambulantes de sotaque tão característico⁶.

A presença de sírios e libaneses na capital foi registrada por um viajante alemão que esteve em Porto Alegre em 1904. Hans Ramelow declara, em suas memórias, o que viu na capital:

[os árabes] ocupam-se com predileção do comércio varejista e ambulante, uma vez que parecem especialmente adequados justamente para este tipo de venda de mercadoria. Por sua condição comercial insistente e apregoadora, eles são concorrentes que pouco agradam ao comércio alemão. (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 110).

Outro viajante que esteve em Porto Alegre em 1903 também observou a presença desses imigrantes. O alemão Wilhelm Lacman, em suas memórias, descreve assim um passeio pelo centro de Porto Alegre:

A rua dos Andradas é a principal via de circulação de Porto Alegre, repleta de vida colorida. Negros e mestiços com negros de todos os matizes [sic], luso-brasileiros, italianos e alemães misturam-se aqui, uns com os outros. Aqui e ali, também encontramos rostos orientais. Isto porque Porto Alegre possui uma boa quantidade de lojistas sírios, os quais dispõem até de um jornal próprio, redigido em idioma árabe. (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 96).

Em nossas pesquisas no Arquivo Público do Estado e periódicos da capital gaúcha, procuramos por ocorrências de toda ordem ligadas à rua Andrade Neves. Com efeito, encontramos alguns casos de ocorrências policiais (agressões) e questões de disputa comercial (falências e protestos) que resultaram em queixas-crimes. Nosso intuito aqui não foi a tabulação quantitativa desses casos, mas tão somente ilustrar a ocorrência de fatos do cotidiano envolvendo a comunidade árabe em sua principal área de localização.

Ilustrativo, nesse sentido, foi o caso de Elias Chediak, ocorrido em 1896. Comerciante atacadista de fazendas e miudezas⁷, estabelecido na rua Andrade Neves, nº 56, Chediak ingressou com uma ação de cobrança, em abril daquele ano, contra seu patrício, o mascate Abdalla Assli, a quem tinha dado um crédito no valor de mais de 250 mil réis, “proveniente de mercadorias que comprou para revender”.

Em 1898, dois anos mais tarde, teve lugar um violento acerto de contas na rua Andrade Neves entre dois pequenos comerciantes de duas famílias de origem árabe. Diz-se que tudo foi resolvido com muita gritaria, bofetões e cadeiradas. A violência rapidamente descambou para navalhadas, facadas e até tiros, resultando em quatro feridos, um em estado grave. O jornal *Correio do Povo* estampou na primeira página de sua edição matinal de 13 de janeiro de 1898 a seguinte manchete em letras garrafais: “GRANDE CONFLICTO”. Em letra menor, abaixo, antes do texto da reportagem, lia-se: “Tiros, facadas e prisões”.

O repórter do *Correio do Povo* parecia não ter entendido inteiramente o que havia acontecido entre os árabes da rua Nova, pois na introdução da matéria, assim escreveu a respeito do ocorrido:

A origem do conflito está ignorada, tal o mistério em que a rodeia, quer os implicados no distúrbio, quer os que os testemunham. Um de nossos repórteres, que acompanhou todos os passos da autoridade policial, bem como o curativo dos feridos, tem fundamentos para acreditar que o conflito tenha se motivado por uma questão de 20 libras esterlinas [...] que um dos feridos tentara alapardar. Pelo menos foi isso que, por terceiros, veio a saber o subintendente do 1º Distrito⁸. (*Correio do Povo*, 13 jan. 1898, p.1).

O caso se dera, conforme a reportagem do jornal, na manhã do dia 12. A matéria informava que o árabe Abrahão Bushdid, ao chegar de viagem, foi a uma agência de leilões para fazer o pagamento de uma conta, mas ao regressar à rua Silva Lima⁹ foi inesperadamente agredido por um compatriota seu chamado José Fortunato, que lançou na sua direção uma cadeira e, em seguida, puxou uma faca. Dizia ainda a reportagem que a confusão começou

em frente à residência de Bushdid, situada na rua Andrade Neves, nº 13. A fim de se defender da agressão, Bushdid correu em volta de uma carreta que estava estacionada em frente à sua casa até que conseguiu entrar no imóvel. A ação continuou com José Fortunato em perseguição a Bushdid no interior da residência. Passados alguns instantes, ouviu-se da rua o disparo de dois tiros. Abraão Bushdid, em seu depoimento, alegou que não tinha sido ele o autor dos disparos. Continua o jornal:

Daí passou o conflito para a rua envolvendo-se nele Abraão, José Fortunato, Judith Bushdid e José Francisco, irmã e sogro de Abraão, e Nassif Antônio, que travaram renhida luta. Feridos, os três primeiros se refugiaram todos no prédio nº 56, na mesma rua Nova, onde mora até nos porões, em repugnante promiscuidade, grande quantidade de homens, mulheres e crianças. (*Correio do Povo*, 13 jan. 1898, p. 1).

Ainda segundo a reportagem, Abraão foi ferido no braço por golpes de navalha; Judith levou duas facadas. Já Fortunato recebeu dois ferimentos à bala, e seu estado foi considerado grave. Os três feridos foram mandados se recolher à enfermaria da cadeia civil para ficarem à disposição da Justiça (*Correio do Povo*, 13 jan. 1898, p. 1). O que se conclui depois da análise do tipo de discurso veiculado pela reportagem do *Correio do Povo* é que o que foi publicado reflete e reproduz em grande medida o pensamento da época, influenciado por valores positivistas que sugerem ser aquele grupo, formado por pessoas de uma determinada minoria étnica, agente de práticas socialmente reprováveis, no contexto de uma cidade que começava a se enxergar como uma metrópole moderna e civilizada.

Acompanhando o crescimento da cidade, a rua Andrade Neves continuou a receber árabes em busca de dias melhores e bons negócios. Assim, localizamos em setembro de 1902, no Arquivo Público Estadual, um processo de cobrança judicial proposto por Jorge Monaiar (APERS, 1902) contra Simão João Curi, ambos “sírios” e negociantes. Proprietário da Jorge Monaiar & Cia. ingressou com uma ação cobrando de Simão o valor de 394 mil e 210 réis em mercadorias, cujas compras haviam sido feitas por ele a prazo, em fevereiro de 1901, e estavam sem quitação havia mais de um ano e meio.

Em outro processo (APERS, 1903), este da área criminal, datado de 7 de abril de 1903, encontramos novamente o nome do comerciante Jorge Monaiar. Desta vez, o processo tramitava como uma queixa-crime de Jorge contra o negociante Miguel Curi. O escrivão relata que “[...] no dia 2 de abril, pelas 9h da noite daquele mesmo dia, Jorge foi procurado insistentemente por Miguel Curi, domiciliado nesta cidade e natural da Síria, em diferentes lugares, com o fim de com ele [sic] entender-se”. A narrativa do queixoso continua fazendo constar, nos autos, a maneira sorrateira como agiu seu patrício:

Achando-se a vítima de visita à casa número 34 da rua Andrade Neves, lá foi ter com o réu, que, lhe pedindo cordialmente uma palavra, fez com que o suplicante o acompanhasse até a rua. Dados, porém, alguns passos ao lado um do outro, o réu, inopinadamente, agrediu fisicamente o queixoso e, derrubando-o ao chão, em seguida lançou mão de uma faca que trazia na cintura diligenciando matá-lo, o que não conseguiu devido à intervenção de diversas pessoas que acudiram com toda presteza e conseguiram deter o réu que, em altos brados, protestava matar o mesmo queixoso, e nessa ocasião proferiu em árabe a maior das exclamações injuriosas e ameaçadoras, qual seja: “Hei de queimar tua fé.” (APERS, 1903).

Revela a queixa que aquelas mesmas pessoas que acudiram Jorge, “impedindo sua morte”, chamaram a polícia, visto que, nesse meio tempo, o agressor conseguiu evadir-se do local, frustrando a prisão em flagrante. Contudo, continua a denúncia: “No dia seguinte, o mesmo réu andou rondando a casa da vítima, mas então armado de um revólver, fato este que demonstra que ele ainda está no mesmo desígnio de consumir o assassinato do queixoso” (APERS, 1903). Tendo acusado formalmente Miguel Curi à Promotoria Pública, o advogado de Jorge Monair solicitou que se mandasse citar o acusado para que este respondesse de acordo com base nos artigos do Código Penal referentes ao tipo de crime que lhe era imputado.

Depois de apresentar seu rol de testemunhas, o advogado por fim requeria uma indenização à vítima no valor de 10 contos de réis. “Entre as

oito pessoas arroladas como testemunhas, todas elas ‘patrícios’ da rua Andrade Neves, um nome em especial chamou nossa atenção: Dr. Jorge H. Naamann, “um médico sírio, nascido em Beirute!” (MOELENCKE, 2013, [s. p.]). Não é possível saber se Dr. Naaman exercia ali simplesmente a sua obrigação profissional, prestando assistência aos doentes, ou se também aplicava as regras mais modernas de boa saúde e higiene que aprendera na “Universidade de Medicina de Paris¹⁰”. O fato é que Dr. Naaman acabou se aliando a um dos lados do conflito, o que inevitavelmente terminou por legitimar um frente ao outro.

Diante do exposto, podemos tecer as seguintes considerações: em primeiro lugar, o fato revela de que esses árabes foram violentos e brigaram entre si na rua Andrade Neves talvez por não estarem totalmente integrados aos costumes “civilizados” da cidade, que utiliza os meios legais para encaminhar suas diferenças. Não chega, portanto, a configurar uma surpresa que pessoas provenientes de outro universo sociocultural, não cidadão, resolvessem suas desavenças com sangue, uma vez que a honra pessoal e a fidelidade para com a família costumavam ser mais importantes do que as relações estabelecidas por estes indivíduos com as instituições do Estado, incluindo a própria lei (LESSER, 2001).

Distribuição espacial de sírios e de libaneses em Porto Alegre

Localizamos no levantamento que realizamos nos arquivos históricos de Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX, muitas famílias de sírios e de libaneses residentes nos bairros próximos ao Centro, como Floresta e Cidade Baixa, mas também em bairros operários do 4º Distrito da capital¹¹, como São João, São Geraldo e Navegantes, conforme veremos a seguir. Porém, em relação à época sobre a qual escrevemos, a maioria dos imigrantes árabes ainda preferia os cortiços do Centro por medida de economia, mas principalmente porque não podiam abrir mão de estar presentes no coração da cidade, uma vez que era ali que se concentrava o grosso do comércio e também maior densidade de pessoas circulando, o que somente se intensificou à medida que o século XX foi avançando.

Schilling (2007, p. 35) nos traz a informação que corrobora com a expansão da cidade para fora do Centro em direção aos bairros mais afastados, onde o Poder Público havia preparado uma pequena infraestrutura e incentivado a aquisição de lotes, que os irmãos Felipe e Chain Selaimen, “[...] compraram, em 1914, uma área no bairro São João, 4º Distrito de Porto Alegre, para explorar uma pedreira”. Porém, conforme narra a autora, que em 2006 entrevistou os mais velhos da colônia, com o fracasso do empreendimento, os irmãos lotearam o terreno em 1925, atraindo para o local muitos imigrantes que pouco a pouco foram construindo suas próprias moradias. Segundo Schilling (2007), com a vinda dos primeiros libaneses, outros mais que estavam residindo no Centro e em outros pontos da cidade começaram a fluir para o bairro de São João. Essas informações encontram apoio em uma passagem de Pesavento (1994, p. 43) que afirma existirem, na última década do século XIX, fatores como aumento das taxas prediais no Centro que “[...] elevaram substancialmente o valor dos aluguéis, forçando a migração desses grupos para lugares mais afastados, com moradias mais baratas, que constituíam os bairros operários-fabris de Navegantes e São João”.

Na pesquisa que fizemos em 2015 no Arquivo Nacional, referentes aos anos de 1939 a 1949¹², levantamos 753 nomes de sírios e de libaneses que se cadastraram nos escritórios da Polícia Federal do Estado do Rio Grande do Sul, vimos que 436 residiam em Porto Alegre, ou seja, 58% do total de imigrantes do estado.

Do conjunto desses residentes, 146 se fixaram no Centro, ou seja, por volta de 33%. A região central da cidade concentrava, então, duas vezes mais sírios do que o bairro vizinho (Floresta), onde contamos 55 pessoas. Provavelmente essa concentração de árabes nos bairros Centro e Floresta devia-se ao fato de esses imigrantes preferirem residir em seus próprios locais de comércio. Os bairros da cidade que na época pesquisada contavam com imigrantes árabes, conforme ilustra o gráfico a seguir, eram os seguintes:

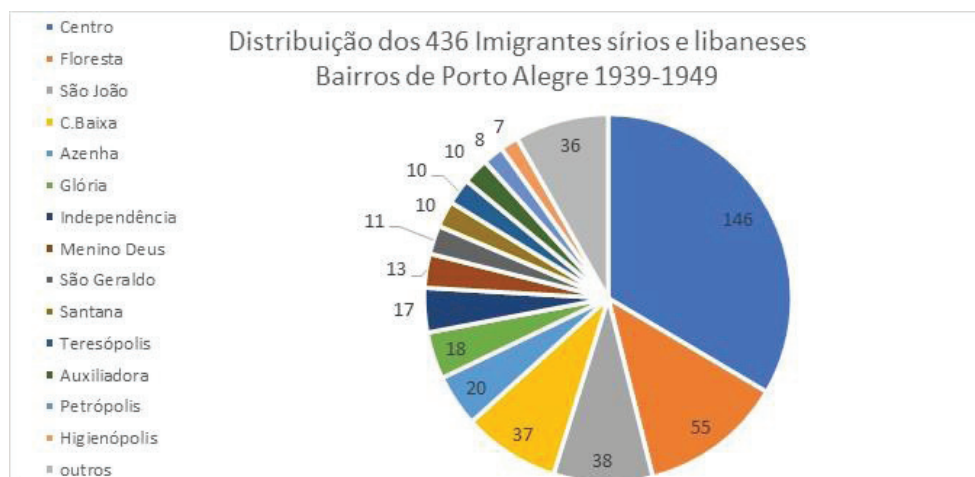


Gráfico 1: Distribuição de imigrantes sírios e libaneses por bairros de Porto Alegre (1939-1949)

Fonte: Adaptado de dados colhidos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (2015).

É importante pontuar que, na época em que os dados foram colhidos, a maioria dos bairros listados eram servidos por bondes elétricos e, também, por importantes artérias viárias que ligavam aqueles ao Centro. As localidades mais populares ou operárias eram os bairros Floresta, São João, Cidade Baixa, Azenha, São Geraldo, Higienópolis e Glória. Os emergentes eram Santana; Petrópolis; Teresópolis e Auxiliadora, e aqueles mais sofisticados com aluguéis e terrenos mais caros eram Independência, Moinhos de Vento e Menino Deus. O centro da Cidade ainda representava um local difícil de viver para quem era trabalhador assalariado, pequeno comerciante ou operário. Segundo Franco (1988) e Pesavento (1994), naquela época, o centro de Porto Alegre representava um padrão de vida açodado, pois era densamente povoado e sem saneamento básico na maioria das residências, quando muitas que abrigavam imigrantes urbanos eram pensões e “cabeças de porco”¹³. As obras de modernização do centro da Capital, na década de 1940, com alargamento de avenidas e a construção de equipamentos urbanos, como viadutos e praças coincidiu com mais um impulso da já conhecida política pública, iniciada no início do século XX, para atrair os mais pobres para fora do centro, quando foram abertos novos loteamentos na Zona Sul da Cidade e ampliada a malha viária da cidade.

O mapa a seguir (Figura 1) ilustra a concentração desses imigrantes nos bairros de Porto Alegre na década de 1940 (ARQUIVO NACIONAL, 1939-1949). De acordo com os endereços que constam nas fichas cadastrais do Arquivo Nacional, muitos imigrantes sírios e libaneses continuavam residindo nos mesmos locais onde funcionavam os seus comércios, que eram geralmente sobrados em cujo primeiro piso funcionava normalmente o armazém, reservando-se o andar superior ou os fundos da casa, quando o imóvel tinha apenas um pavimento, para a residência da família.

Cabral (1996) vê esse tipo de arranjo como consequência do desenvolvimento capitalista, que havia provocado um aumento populacional “sem precedentes” nas cidades. A autora o descreve como “rua comercial”, muito em voga no final do século XIX. De acordo com ela, “[...] a rua comercial inclui o espaço público e necessariamente se limita com esse, quer seja resolvido como espaço unicamente para pedestre, quer como espaço destinado a pedestres e veículos” (CABRAL, 1996, p. 45).

Nesse sentido, o mapa não reflete com exatidão os que moravam em outros bairros e trabalhavam no Centro da cidade, tampouco aqueles cujos comércios e locais de residência se confundiam no mesmo espaço. O que o mapa acusa, com nitidez, é a presença árabe de uma forma geral gravitando em torno do Centro de Porto Alegre na época aludida.

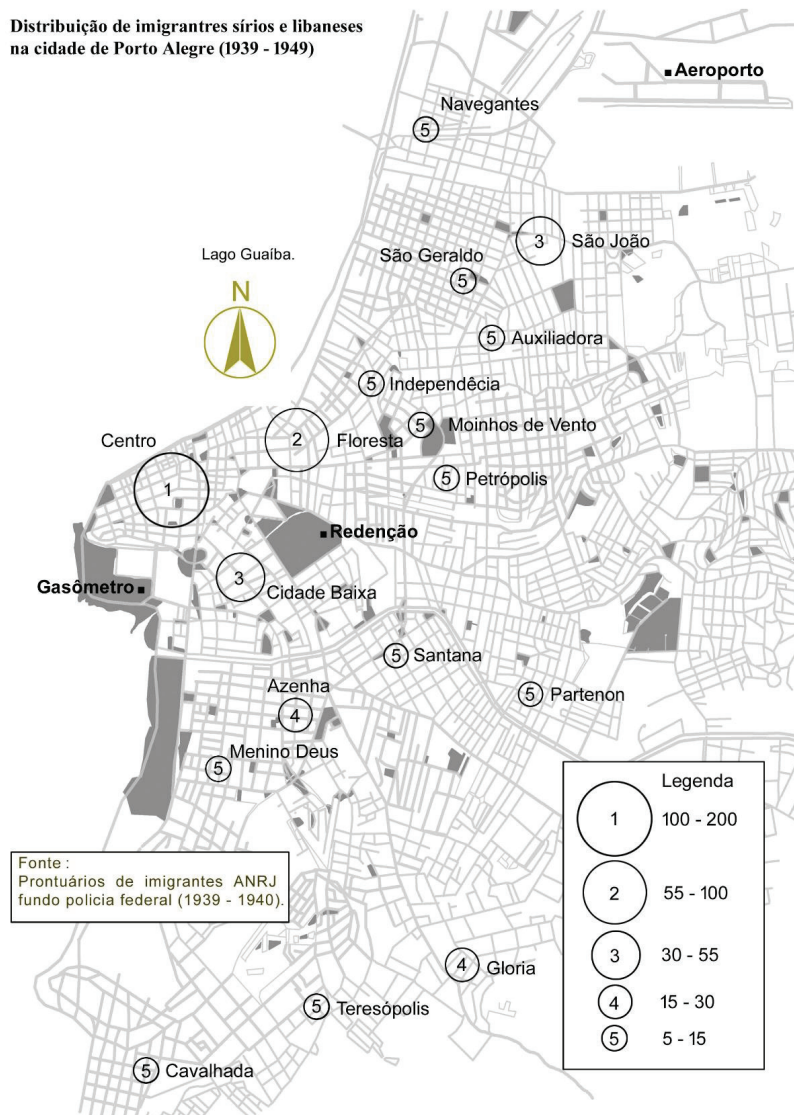


Figura 1: Distribuição de Imigrantes Sírios e Libaneses na cidade de Porto Alegre (1939-1940)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do ANRJ.

Assim, merecem destaque, pela concentração de sírios, além da região central, os bairros de Floresta e Cidade Baixa, ambos vizinhos ao Centro, e São João, este mais afastado. Em seguida, vinham os bairros servidos por transporte público, como os da Azenha, Glória, Teresópolis e Menino Deus, e os localizados no entorno ou próximos à rua Voluntários da Pátria, como São Geraldo, Navegantes e Auxiliadora. Em números mais modestos, também se verificava a presença da comunidade levantina em bairros como Parthenon, Santana e Petrópolis e nos mais distantes como os de Cavalhada e Tristeza. É certo, contudo, que os terrenos mais baratos foram atraindo, pouco a pouco, uma camada menos favorecida em busca de moradia.

A presença de imigrantes sírio-libaneses também é visível em bairros de aluguéis mais caros, como Moinhos de Vento, Independência e Menino Deus. Fica muito difícil precisar, contudo, em uma cidade como Porto Alegre, o padrão de vida em bairros como Glória, Petrópolis e Auxiliadora, somente para citar alguns exemplos, que poderiam ser bastante aprazíveis na época, apesar de estarem fora do circuito tradicional dos bairros mais sofisticados. Truzzi (1999, p. 334) lembra que os “[...] diferentes locais de moradia, na mesma cidade, dos membros da colônia, talvez tenham se constituído nos primeiros indícios mais claros de diferenciação” entre eles.

Em resumo, verificou-se a presença levantina maciçamente no Centro e nas ruas

próximas a este. No entanto, as vias de ligação entre um bairro e outro, geralmente atravessadas por artérias importantes da urbe, também eram locais onde esses imigrantes podiam ser facilmente encontrados. Esse era o caso, por exemplo, das ruas Benjamin Constant, que liga os bairros de Floresta e São João, e a avenida João Pessoa, que liga o Centro aos bairros de Menino Deus e Parthenon. Na Cidade Baixa, como vimos, estão as ruas Sarmiento Leite e Lima e Silva, ambas também com forte presença de imigrantes árabes. Uma outra rua onde encontramos uma pequena concentração desses imigrantes foi a rua da Azenha¹⁵, que ainda hoje dispõe de um comércio popular importante fora do Centro. Outra exceção é a avenida Cascata,

localizada em zona menos urbanizada na época, mas que, curiosamente, foi onde se fixou um pequeno, mas significativo número de árabes ali residentes. É importante afirmar que estes últimos casos fogem à regra observada em outras regiões da cidade. O quadro abaixo mapeia a presença árabe no bairro da Glória, onde fica a avenida Cascata, a rua Nunes, a rua Dr. Rocco e a rua D. João VI. (todos os endereços bem perto uns dos outros).

O quadro 1 mapeia a presença árabe, especialmente síria, no bairro da Glória, onde fica a avenida Cascata, a rua Nunes, a rua Dr. Rocco e a rua D. João VI. (todos os endereços bem perto uns dos outros).

Quadro 1: Moradores da avenida Cascata e adjacências em Porto Alegre (década de 1940)

Nome	Ano de Nasc.	Profissão	País	Endereço	Chegada	idade	status	Cadastro
Seade, Antº	1897	sapateir	Síria	Dr. Rocco, 65	1911	15	solteiro	1941
Seade, José	1886	comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.165	1912	16	casado	1941
Seade, Jabour	1884	comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.247	1904	20	casado	1942
Esber, Tamer	1863	comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.229	1937	74	viúvo	1944
Isse, Antônio	1887	comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.227	1907	20	casado	1945
Isse, Maria	1899	domest.	Síria	Av. Cascata, 2.227	1905	16	casada	1945
Abech, Amiz	1893	-	Síria	Av. Cascata, 2.227	1908	15	-	1943
Basra, Gattas	1878	comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.319	1902	24	-	1946
Ceccin, Rosa	-	domest.	Síria	Av. Cascata, 2.671	-	-	viúva	1941
Kalil, Miguel	1888	comerc.	Libano	Av. Cascata, 2.994	1907	18	casado	1943
Kalil, Josefa	1889	domest.	Libano	Av. Cascata, 2.994	1904	16	casada	1943
Zaquia, Jorge	1886	ambula.	Síria	R. Nunes, 294	1907	21	casado	1940
Cure, Ramon	1898	ambula.	Síria	Av. Cascata, 3.187	1924	26	casado	1939
Slim, Ibrahim	1888	comerc.	Síria	D. João VI, 103.	1907	19	solteiro	1940
Dumet, José	1887	operário	Síria	D. João VI, 111.	1903	19	casado	1940
Salamoni, Maria	1876	domest.	Síria	D. João VI, 69.	1914	38	solteira	-
Abech, Rachid	1888	-	-	D. João VI, 84.	1908	20	-	1942

Fonte: Arquivo Nacional. [s.d.].

Analisando o quadro acima percebe-se, em primeiro lugar, que a maioria desses imigrantes é de sírios, muitos de uma geração nascida no último decênio do século XIX e que emigrou para Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. A exemplo do que aconteceu com o bairro de São João na segunda década do século XX, atraindo especialmente os libaneses para um loteamento naquele lugar, os dados apontam para um movimento de mobilidade conjunto de sírios na década seguinte evidenciando que, para alguns deles, um lote na Glória, onde está localizada a avenida Cascata, e as citadas ruas adjacentes,

significou uma opção acessível ao Centro da cidade, já saturado.

Talvez seja possível levantar algumas hipóteses acerca da origem desses deslocamentos a partir de uma lógica de distribuição espacial também relacionada a fatores não propriamente econômicos, como a existência de redes familiares que aglutinassem grupos em determinadas regiões, através da compra conjunta de terrenos em loteamentos. É possível observar que esses árabes se fixaram nesses locais desde o início da década de 1920¹⁶, antecipando-se a grupos mais numerosos e provavelmente conseguindo melhores preços nessas áreas, uma vez que, de acordo com Franco

(1992), o povoamento dessas regiões se acelerou a partir da década de 1950, graças à abertura de novos acessos, à expansão dos meios de transporte e ao loteamento das encostas dos morros da Polícia (também chamado Glória) e Cascata. Tanto para o bairro operário de São João, quanto para as zonas mais bucólicas da Glória¹⁷, a distância geográfica não era um obstáculo, pois, como vimos, já havia um sistema de bondes em Porto Alegre desde o fim do século XIX. Além disso, com a chegada de novos moradores a partir da década de 1950, o exercício da atividade comercial se viabilizou nos próprios bairros de residência desses imigrantes.

Educação e ascensão social

Diversos autores (KNOWLTON, 1960; HAJJAR, 1985; LESSER, 1992; TRUZZI, 1997; PINTO, 2010) têm como ponto pacífico que grande parte da colônia sírio-libanesa dava importância suprema à educação formal de seus filhos, e, dependendo da classe social e do nível de acumulação de seus integrantes, o objetivo sempre foi colocá-los em escolas de primeira linha. Truzzi (1999, p. 351) indaga se não foi este, afinal, o caminho que levou “à prova de fogo” da assim chamada integração: “o momento em que filhos de patrícios disputaram ombro a ombro posições de prestígio antes reservadas às elites, tanto no sistema educacional [...], quanto posteriormente no mercado de profissões liberais.” Assim, os descendentes de imigrantes, principalmente aqueles matriculados nas escolas mais caras da capital, representaram para a comunidade levantina um passo à frente em seu caminho da integração à sociedade gaúcha em uma esfera mais alta, uma vez que era ali que os filhos das elites daquela sociedade se encontravam.

Embora as fontes que apresentaremos a seguir sejam de escolas particulares e as mais caras de Porto Alegre, algumas exclusivas para rapazes, como a antiga Escola dos Padres (Ginásio Anchieta) e o Colégio do Rosário, elas são representativas e servem para ilustrar o processo descrito no parágrafo anterior¹⁸.

O Colégio Anchieta, de Porto Alegre, por exemplo, é a única instituição de ensino do fim do século XIX que guarda registros daquela época. O Colégio do Rosário, também da capital, embora

só tenha começado a arquivar seus registros em 1930, com a publicação da *Revista Ecos*, também representa tradição de ensino para a elite gaúcha, sendo que – e isso é importante frisar – foi de dentro dessa instituição que surgiu a primeira universidade católica privada, que passou a fazer um contraponto com as instituições estatais que emergiam na época.

Neste sentido, investigamos primeiramente, para as primeiras décadas do século XX, os alunos de ascendência síria e/ou libanesa matriculados no Colégio Anchieta¹⁹. A instituição situava-se no Centro de Porto Alegre, à rua Duque de Caxias, n.295, próximo de onde hoje fica o Museu Júlio de Castilhos.

Entre os 299 alunos matriculados em 1916, havia apenas um descendente de árabe²⁰: Antônio Assad Chemale, que cursava a 2ª série preliminar. No ano seguinte, encontramos o nome de Waldemar Assmus, que prosseguia matriculado em 1919. Neste último ano, o Colégio ganhou um outro pavilhão, aumentando a capacidade e estrutura, que passou a funcionar com cerca de 500 alunos permanentes. Em 1920, apareceu o nome do aluno Jorge Maluf, matriculado no 1º ano do Ensino Médio e que no final do ano letivo recebeu uma menção honrosa por ter tirado a 15ª melhor nota final. Em 1921, os registros do Colégio apresentam mais um descendente de árabe: Moacyr Simon, matriculado nas séries elementares. No ano de 1922, conquistando menção honrosa pelo conjunto da obra, juntava-se aos nomes sírios Ignácio Amim, matriculado no 3º ano elementar. Em 1923²¹, localizamos Antônio Allem, do 1º ano elementar. Em 1924, Moacyr João Simon, do 1º ginásial, agraciado com um prêmio de honra, e Jorge Maluf, do 6º ano ginásial, que recebeu prêmio de aproveitamento. Além dos dois laureados, Antônio Allem completava o time de ‘patrícios’.

Em 1926, o número de descendentes de sírios saltou para 11 alunos²². O primeiro colocado entre eles foi Antônio Saffi, menção honrosa em caligrafia, história do Brasil e português, com 785 pontos²³. Além dos nomes citados, ainda verificamos as presenças de Farid Zogbi, Alfredo Emílio Allem, Orlando Aidar, Kalil Miguel Kalil, Victor Jorge Simões, Fortunato Elias Kalil e Moacyr João Simon²⁴. Em 1927, com 12 nomes sírios ou libaneses, a menção honrosa foi para Nesralla Abraão, do 3º ginásial, pelo conjunto da obra. Neste ano também se destacaram Chaphick Saadi e Haide Elias Aesse.

Em 1928, a instituição foi estadualizada, mesmo ano em que o filho de patrícios Haid Elias Aesse ganhou o prêmio de excelência, 1º lugar do curso preliminar. Nos últimos anos da década de 1920, com a abertura do curso noturno, os alunos de ascendência sírio-libanesa do Colégio Anchieta eram contados em número de 23 pessoas.

Em 1930 e 1931, ainda em decorrência dos efeitos da crise mundial de 1929, este número estabilizou-se em 12 alunos. Novos nomes de descendentes, como Jorge Creidy, Miguel Kanaan,

François Nehmé, Ely Eluf, João Dirani Rechden e Jorge Elias Thomaz abriram a década de 1930; porém, desta data em diante outros bons colégios da cidade, públicos e privados, começaram a fazer concorrência ao Anchieta. A miscigenação dos descendentes com outras etnias tornou a continuação da pesquisa inviável, principalmente após a década de 1940.

O gráfico a seguir ilustra a evolução do número de alunos de origem sírio-libanesa matriculados no Ginásio Anchieta entre os anos de 1916 e 1931:

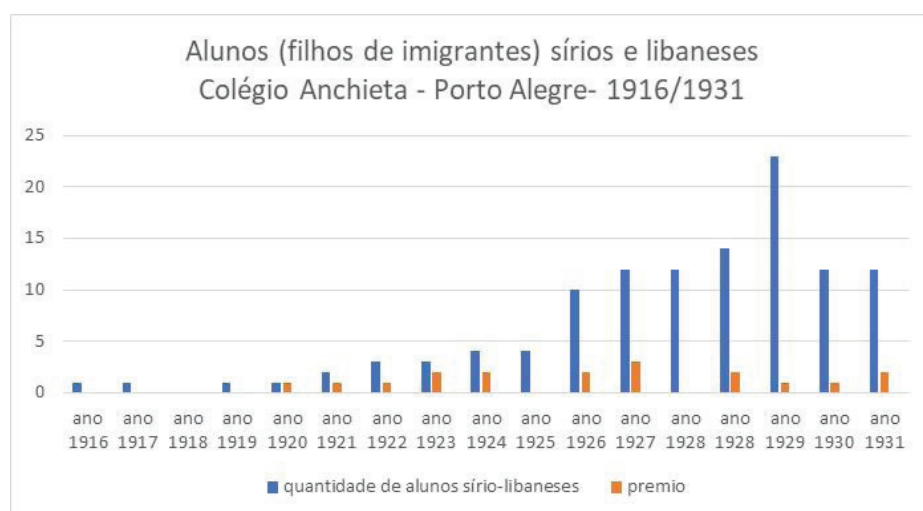


Gráfico 2: Alunos (filhos de imigrantes) sírios e libaneses. Colégio Anchieta.

Porto Alegre (1916-1931)

Fonte: Colégio Anchieta. [s.d.].

Quanto ao Colégio do Rosário²⁵, a instituição iniciou suas atividades no Centro de Porto Alegre, onde, junto a uma Igreja, começou a funcionar em 1904. Em 1927, os Irmãos Maristas, mantenedores do Colégio, transferiram sua sede para um amplo terreno no bairro da Independência, bem próximo ao Centro, onde a instituição está localizada até hoje.

Em 1930, data em que a escola iniciou seu arquivo histórico, já contava com quase 1.000 alunos. Neste ano, havia 12 alunos com nomes árabes matriculados na instituição, entre eles alguns oriundos de famílias de Porto Alegre, como Eugênio Selaimen, José Chemale, Líbano Buchabique, Jorge Maluf e Elias Saadi, e outros de Rio Grande, como Alziro Salim Sessim e Jorge Feres. Frequentavam ainda a instituição os jovens da família Dibe, (Sabre e Invar), o primeiro tendo sido laureado como destaque de excelência daquele ano. Os alunos representantes das famílias que se estabeleceram em

regiões de colônia eram Eduardo José Koff, Jorge Nelson Elias; Egídio Sequef e Danilo Davi.

Verificando a mesma fonte uma década depois, ou seja, em 1940, observamos semelhante média de alunos de origem árabe matriculados no Rosário, assim como a mesma distribuição desses alunos segundo a origem de suas famílias no estado. Em 1940, os representantes das famílias da capital eram José Buchabique, Nelson Allen e Adão Elias; do litoral e região sul do estado, Harry Cheuiche e Antônio Sessin Gil; e da Serra Gaúcha, os estudantes Rames Koff Nehmé e Henrique Zacher²⁶.

O ingresso dos descendentes de imigrantes sírios e libaneses nas escolas da elite forneceu uma experiência de grupo, um antecedente intelectual comum entre o filho de imigrante e outros moços das camadas mais selecionadas da população. E também a primeira oportunidade, fora da família alargada, para que aqueles estabelecessem redes de amigos que em

muitos casos depois se revelariam úteis socialmente no desenvolvimento de suas carreiras.

Conforme observa Logroño-Narbona (2007, p. 190), as escolas mais caras eram uma espécie de laboratório que treinava os meninos e os jovens para serem homens da elite. “Ali eles foram socializados para se adequarem ao modo de vida da classe dirigente, para ocupar os cargos nas instituições formais do Estado – o partido político, a burocracia superior, os bancos, o corpo diplomático” [...].

Em 2014, nós entrevistamos um descendente de imigrantes libaneses octogenário muito conhecido entre os sócios da Sociedade Libanesa e os descendentes de libaneses do bairro de São João. Apenas para fazer um contraponto e não esquecer que nem todos eram ricos, ele nos relatou, de forma dramática, que seu pai era pobre e não podia pagar pela educação de todos os filhos. O entrevistado, que pediu para não ter seu nome revelado, caiu em prantos à nossa frente, quando lembrou as dificuldades que o pai enfrentou:

Depois do ensino fundamental, que era público, meu pai não podia sustentar a casa e manter todos os filhos na escola, que era particular. Eu, como era o mais velho, percebi sua aflição e pedi para sair do colégio para ajudá-lo na loja [de molduras e vidros para quadros e fotografias]. Hoje sou um dos únicos que não têm nível superior, mas possuo uma boa casa própria, apartamento na praia e formei todos os filhos.

Já outro entrevistado, Rafique João (2015, [s. p.]), nos conta que “não estudou porque não quis”. Para seus pais, entretanto, a maior satisfação de suas vidas era ver formados os filhos no Ensino Médio, como fez seu irmão mais velho, que se formou como técnico de contabilidade: “A mãe ficava tão feliz vendo os filhos formados, e mandava emoldurar os diplomas para colocá-los expostos nas paredes da sala de casa”, completou Rafique.

Truzzi (1997) afirma que a proporção de filhos de sírios ingressando no ensino superior foi bem maior quando comparada com a de outras etnias. O autor explica o fato pela rápida ascensão econômica desses imigrantes, a qual foi propiciada pela cadeia que vai de mascate a comerciante e atacadista em um período relativamente curto de

tempo. O entrevistado Mohamed Baccar (2003, [s. p.]), nos falou de sua experiência:

Meu pai pagou, na época, os melhores colégios de Porto Alegre. Me mandou para Porto Alegre estudar. Estudei no Colégio IPA. Que era um colégio caro na época. No IPA não tinha científico na escola. Na época minha mãe chorou muito porque queria que eu tirasse economia lá, economia não, guarda livros, mas ele não, ele disse que queria que eu tirasse faculdade. Então eu tinha que fazer científico em Porto Alegre. Então eu fiz científico. Eu era interno. Voltava para casa em cada Carnaval, Natal, essas coisas assim.

A imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX revelou simultaneamente facetas diversas. De fato, enquanto alguns descendentes estudavam, inclusive entrando nos cursos superiores²⁷, outros jovens imigrantes chegavam ao Brasil, igualmente no início de suas jornadas, e começavam suas trajetórias de mascate pelo interior, onde não raro se estabeleciam em cidades emergentes pela instalação de novas colônias ou nos distritos menores de cidades médias, depois de alguns anos trabalhando como ambulantes.

A guisa da conclusão

No início, como vimos, ocorreu uma concentração desses imigrantes em uma espécie de gueto étnico representado pela inóspita rua Andrade Neves. A dedicação em massa a atividades comerciais, com a formação de redes étnicas de cooperação e parentesco, possibilitou ao grupo o abandono do ‘gueto’ e o deslocamento, algumas vezes em grupo, ocupando loteamentos em áreas populares, porém, menos degradadas da capital. A união desses imigrantes, mesmo os pequenos comerciantes sem muito capital, possibilitou a aquisição de terrenos em zonas afastadas do saturado centro de Porto Alegre como os bairros de São João, na década de 1930 e o da Glória, na década posterior.

Esses imigrantes deram uma importante contribuição ao processo de ocupação do território Rio-grandense, funcionando como elementos dinamizadores dos mercados local e regional, integrando regiões até então isoladas do mercado

consumidor (NUNES, 1986, p. 62). Nos primeiros anos de atividade, os mascates, em visita às cidades interioranas e principalmente às fazendas, levavam apenas miudezas e bijuterias. Mas, com o passar do tempo e o aumento do capital, começaram também a oferecer tecidos, lençóis, roupas prontas, entre outros artigos. Conforme acumulavam os ganhos, os mascates contratavam um ajudante ou compravam uma carroça; o passo seguinte era estabelecer uma casa comercial. Foram eles que introduziram as práticas da alta rotatividade e da grande quantidade de mercadorias vendidas, das promoções e das liquidações. (TRUZZI, 1997)

Como justifica Jeff Lesser (2001, p. 25), a etnicidade não se refere apenas à cultura social, mas também à cultura econômica. Sob este aspecto da cultura urbana, de acordo com Rosemary Brum (2009, p.170), os imigrantes se encaixam em novas categorias socioeconômicas, nas quais o estrangeiro também é visto como o homem diante da metrópole moderna, que forja uma cultura urbana, onde ele vai tecendo relações e se inserindo na vida política e econômica da sociedade.

Os libaneses e os sírios, em Porto Alegre, passaram de meros figurantes - inseridos em uma espécie de gueto étnico na rua Andrade Neves - a protagonistas ao longo da primeira metade do século XX. Esse processo criou as condições adequadas para que esses imigrantes que habitavam em cortiços e ganhavam a vida como mascates, se inserissem mais profundamente na sociedade gaúcha. Foi através da atividade mercantil, exercida em um ambiente onde muitos eram parentes e se auxiliavam mutuamente que, apesar das crises e situações adversas, eles conseguiram educar seus filhos nas melhores escolas da capital formando uma elite étnica de origem árabe na segunda geração. Assim, a geração posterior à dos imigrantes, que nasceu brasileira, pôde exercer outras atividades que não as do comércio. Na verdade, essa ascensão através dos bancos escolares coincidiu com a carência e a necessidade de pessoas qualificadas para a construção de uma sociedade republicana baseada no trabalho livre, e por isso observamos na segunda metade do século XX uma elite de origem sírio-libanesa qualificada a exercer papéis de protagonismo nas industriais, nas profissões liberais e na política.

Notas

1 A origem dos maronitas remonta à comunidade fundada por Maron. Em Antióquia e Alexandria, falava-se da natureza divina ou humana de Cristo. Foi, porém, o patriarca Nestor, de Constantinopla, que em 428 estabeleceu a heresia de um Jesus que não era filho de Maria e do Espírito Santo, o que foi combatido por Roma, mas acompanhado pelos maronitas do Líbano. Em razão de sua confissão cristã, os maronitas foram, desde muito cedo, vinculados espiritualmente ao Ocidente.

2 Depois dos massacres contra cristãos, em meados do século XIX, foi reconhecida, sob a proteção da França, a autonomia de uma área no interior da atual costa libanesa. Situada entre as montanhas Líbano e Antilíbano, a região ficaria conhecida como Monte Líbano. O Monte Líbano, uma concessão do Império Otomano dentro do seu território colonial, se caracterizava por ser uma região administrativa independente do resto da Síria, e que terminou por viabilizar a presença de instituições francesas na região que não passavam pelo crivo dos turcos. Isso fez aumentar a influência ocidental naquele território, contribuindo para aumentar as divisões e conflitos entre dois sistemas políticos, sociais e religiosos inseridos numa mesma área geográfica.

3 É uma das ruas mais antigas da capital gaúcha, tendo sido inicialmente denominada de Rua Nova, de 1777 até 1869. No início do século XX, a rua era o centro da boemia, com seus cabarés e casas de jogos. O clube dos caçadores, um elegante cassino, foi por muitos anos o grande ponto de jogatina do centro. (FRANCO, 1988).

4 O Arquivo Histórico Moysés Vellinho, de Porto Alegre, lista entre os anos de 1899 e 1915, o nome de 34 árabes ali residentes, todos contribuintes (valores variados) do imposto 'valor locatício'. Número muito superior ao de outras ruas da capital que investigamos. Supomos, que alguns já estavam estabelecidos, a maioria, no entanto, deviam ser mascates que além de residentes naquela rua, apanhavam mercadorias nas lojas de seus patrícios e saíam pela cidade para vendê-las.

5 Em alguns processos de cobrança pesquisados entre esses imigrantes do início do século XX, verificados no Arquivo Público do Estado, percebe-se que dois ou três comerciantes, já estabelecidos, repassavam mercadorias aos demais recém-chegados em regime de consignação para venda de forma ambulante (APERS, 1903, 1905).

6 Sem falar na matraca que muitos sacolejavam enquanto caminhavam, chamando atenção para si e suas mercadorias.

7 Entre as mercadorias que a firma de Chediack repassava aos mascates constavam toaletes para senhoras, como "perfumaria da marca Fantasia, pó de arroz e sabão redondo".

8 Texto com grafia atualizada pelo autor. Este procedimento será adotado, daqui em diante, em todas as citações de época.

9 Em 20 minutos de caminhada desde a rua Nova, chega-se à rua Lima e Silva, na Cidade Baixa, à qual deveria estar se referindo a reportagem.

10 Segundo Moelecke (2013, [s. p.]), o diploma de Naaman fora expedido por uma universidade de Paris. No entanto, apesar de não termos conseguido acesso ao documento, é provável que seu diploma seja, na verdade, da Universidade Saint Joseph, de Beirute, famosa por ter enviado ao Brasil diversos médicos e intelectuais da colônia no início do movimento migratório. A esse respeito, ver: Lacaz, 1982.

11 O 4º Distrito da capital foi um importante bairro industrial e operário de Porto Alegre. O local foi responsável pelo impulso inicial da forte industrialização do Sul do Brasil. Ver: Fortes, 2004.

12 Os dados de nosso microcosmo construído no Arquivo Nacional mostram uma preponderância significativa de presença masculina se comparada ao número de mulheres imigrantes. Dos 753 casos levantados, 522 eram homens, 357 deles casados, 141 solteiros, 23 viúvos e um desquitado. As profissões de comerciante e ambulante, somadas, lideravam com folga (65%) o total das ocupações, especialmente entre os casados com registro de chegada anterior a 1920. As outras profissões citadas no cadastro foram as de criador; agricultor; industrial; horticultor; operário; funcionário e empregado rural. Em Porto Alegre, encontramos 187 comerciantes, dos quais 144 casados, 37 solteiros e seis viúvos. Entre os 51 homens que se declararam ambulantes, 26 eram casados, 22 solteiros e três viúvos. No cômputo geral do estado, contamos 352 comerciantes (entre homens e mulheres), 17 comerciários, 16 operários, 13 agricultores, 10 caixeiros viajantes, nove barbeiros, cinco alfaiates, cinco proprietários, quatro fotógrafos e quatro garçons. Completam as profissões declaradas, com pelo menos dois representantes, as seguintes ocupações: confeitoiro, carpinteiro, carroceiro, jornalista, feirante, ferroviário, sapateiro, fiscal e condutor de bondes, padeiro, porteiro, quitandeiro, vendedor, além de um imigrante que se declarou capitalista. A seleção ainda indicou a presença de 231 pessoas do sexo feminino, representando 31% do total, ou uma proporção de aproximadamente dois homens para cada mulher. Das 231 mulheres, 132 se declararam casadas, 61 solteiras, 34 viúvas e quatro desquitadas. Donas de casa eram a maioria. Entre as que declararam trabalhar, havia modistas, agricultoras, costureiras, ambulantes e comerciantes. Importante frisar que em nosso demonstrativo, 169 mulheres se declararam donas de casa.

13 “Cabeça de Porco” era um famoso e vasto cortiço no centro do Rio de Janeiro, por este motivo, os cortiços em todo país ganharam esse sinônimo.

14 As ruas do primeiro bairro citado com maior presença desses imigrantes eram a Voluntários da Pátria e a Cristóvão Colombo; e as do segundo, as ruas Lima e Silva e José do Patrocínio.

15 De acordo Franco (1992), muitas ruas de Porto Alegre já estavam bem servidas de infraestrutura de transporte urbano, saneamento básico, luz elétrica e sólidas construções, sobrados e prédios diversos, próprios para lojas, desde o fim do século XIX.

16 Aqui nos referimos ao bairro de São João cuja urbanização é iniciada na década de 1920. A avenida

Cascata e imediações, - atual Professor Oscar Pereira, acontece nas próximas décadas.

17 O bairro de São João dista cerca de oito quilômetros do centro, enquanto o da Glória cerca de quinze.

18 Nossa investigação contemplou apenas duas escolas da capital: os colégios Anchieta e Rosário. Essas escolas, além de serem os educandários particulares mais antigos de Porto Alegre, são os únicos que mantêm seus registros iniciais e se encontram abertos até hoje. Apesar de reconhecermos a fragilidade dos dados obtidos, que não tabulou o de outras instituições públicas e particulares mais populares, acreditamos que, ainda assim, eles são representativos de uma elite econômica do estado até a década de 1940.

19 A fonte utilizada foi o *Relatório do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul*. A publicação, editada ao fim de cada ano escolar desde 1890, trazia uma justificativa para o currículo adotado e um memorial para cada disciplina; uma pequena biografia de cada professor; regimento e regras internas da escola; preços e condições de matrícula; crônicas, fotografias diversas, divulgação de eventos variados como viagens, competições esportivas, exercícios militares, mas também relatórios e premiações dos alunos de cada ano letivo. Havia ainda uma lista nominal dos alunos matriculados em cada ano letivo.

20 A pesquisa foi feita por nome e sobrenome.

21 Neste ano aparece Moacyr Simon, do curso elementar, conquistando o prêmio de honra, e Jorge Maluf, do 5º ginásial, com o prêmio de menção honrosa pelo conjunto de matérias.

22 O internato funcionava no prédio ao lado da sede da escola. O custo anual de um aluno matriculado no Colégio era de um conto e 500 mil-réis, valor bastante significativo para época.

23 Logo atrás figuravam José Elias Kalil, com 687 pontos; Nesralla Mansur Abraão, com 685; e Anis Jorge Aidar, com 629.

24 Uma parte desses sobrenomes era listada como proprietários de comércio árabe em Porto Alegre. Alguns nomes também figuram na lista de sócios-fundadores do Clube Sírio-Libanês (década de 1920), da Sociedade Libanesa de Porto Alegre (década de 1930) e da Sociedade Síria (década de 1940).

25 Aqui, nossa fonte foi a revista *Ecos Rosariense*, editada pelo Colégio e disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/rosario/exalunos/versoes-mais-antigas-do-ecos-sao-publicadas-online>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

26 Conforme se pode verificar, nossa pesquisa lança um olhar exclusivo para a educação formal de rapazes de origem sírio ou libanesa, isso porque ambas escolas analisadas não eram mistas e os colégios para moças eram escassos e não mantinham relação de alunas na época investigada.

27 Na década de 1930 os primeiros descendentes de sírios formaram-se pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre (futura UFRGS). Assim, por exemplo, Elias Buais

e Elias José Kanan concluíram o curso em 1932; Chaphik Saadi, em 1934; Antônio Simão Saad Ralmae Allam; Elias Foedi Saadi; João Rechden; José Elias Kalil, em 1939. Na Faculdade de Direito, Brasil Seadi aparece em 1931, seguido por Abbadé dos Santos Ayub, formado em 1933, José Mansur Filho, formado em 1938 e Abelardo José Nácul, formado em 1939.

Referências

ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sirios e libaneses: redes familiares e negócios. In: BORGES, Celia Maria (org.). **Solidariedades e Conflitos**. Histórias de Vida e Trajetórias de Grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

BACCAR, Muhamed. [Depoimento ao autor]. Rio de Janeiro, 2003.

BRUM, Rosemary F. **Uma cidade que se conta**. Imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre nos anos 20-30. São Luiz: EDUFMA, 2009.

CABRAL, Claudia. **Tipologias Comerciais em Porto Alegre**: da rua comercial ao shopping center. Porto Alegre: PPG Arquitetura e Urbanismo Dissertação de Mestrado UFRGS, 1996.

COLÉGIO ANCHIETA DE PORTO ALEGRE. **Relatório do Ginásio Anchieta em Porto Alegre**, Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Colégio Anchieta, 1890.

CORBINOS, Lorenzo Agar. **El comportamiento urbano de los imigrantes árabes em Chile**. EURE, v. IX, n.27, 1983.

ECOS ROSARIENSE, editada pelo Colégio e disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/rosario/exalunos/versoes-mais-antigas-do-ecosao-publicadas-online>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1992.

_____. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS) /Prefeitura Municipal, 1988.

GRANDE CONFLITO. Correio do Povo, Porto Alegre, p. 1, 13 jan. 1898.

HAJJAR, Claude. **Imigração árabe**: 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.

KNOWLTON, Clark. **Sírios e libaneses em São Paulo**: ascensão social e mobilidade espacial. São Paulo: Anhembi, 1960.

JOÃO, Rafique. [Depoimento ao autor]. Porto Alegre, 2015.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

_____. From pedlers to proprietor: Lebanese, Syrian and Jewish immigration in Brazil In: HOURANI, Albert; SHEHADI, Nadim. **The Lebanese in the world: a century of emigration**. London and New York: I.B.Tauris and St.Martins Press, 1992.

LOGROÑO-NARBONA, Maria Del Mar. **The development of nationalist identities in French Syria and Lebanon**: a transnational dialogue with Arab immigrants to Argentina and Brazil, 1915-1929. Santa Barbara: University of California, 2007.

MOELENCKE, Germano. **As Ruas de São Leopoldo**. VS Jornal, São Leopoldo, set. 2013.

NOAL FILHO, Valter Antônio; FRANCO, Sergio Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre**. Porto Alegre: Anatterra, 2004. 2 vls.

NUNES, H. **A imigração árabe em Goiás**: 1880 - 1970. Dissertação de Mestrado (Instituto de História) Universidade de São Paulo: USP, 1986.

PESAVENTO, Sandra. **RS: Os pobres da cidade** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro**: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010. (Série Imigrantes no Rio de Janeiro).

SCHILLING, Suzana Porcello. **Sociedade Libanesa de Porto Alegre**: Uma História a ser lembrada. Sociedade Libanesa de Porto Alegre: Editora Via Norte, Porto Alegre, 2007.

TRUZZI, Oswaldo M.S. **Patrícios**: Sírios e Libaneses em São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1997.

_____. Sírios e Libaneses e seus descendentes na Sociedade Paulista IN: FAUSTO, Boris (ORG) **Fazer a América**. EDUSP: São Paulo, 1999.

Atuação das Associações Escolares *Notre Dame* no contexto da colonização em Maravilha/SC (1954-1976)

*Act of the Notre Dame School Associations in the context
of colonization in Maravilha/SC (1954-1976)*

Vitor Marcelo Vieira*

Palavras-chave:

Associações Escolares
Congregação de *Notre Dame*
Processo de Colonização

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as atividades que as Associações Escolares desempenhavam no interior e no entorno do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete, conduzido pela Congregação das Irmãs de *Notre Dame*, no contexto da colonização em Maravilha/SC, entre 1954 e 1976. O período, marca a chegada das irmãs à Vila Maravilha, como era chamado o local, e o encerramento das atividades das religiosas à frente da escola no final da década de 1970. A investigação em documentos contempla o período em que a ordem religiosa protagonizou os rumos educacionais no povoado. Estudar esse recorte é ter em mente que o historiador: “é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos [...] postulados de sua época” (RÉMOND, 2003, p. 14). Assim, a escolha dos documentos é no sentido de apresentar elementos e inquietações que estão presentes, e que faz parte da tese de Doutorado em História desse autor. A escolha do recorte temporal busca investigar a atuação das Associações Escolares *Notre Dame* no contexto da colonização, com a presença de colonos que migraram do Rio Grande Sul.

Keywords:

School associations
Congregation of *Notre Dame*
process of colonization

Abstract: The objective of this article is to analyze the activities that the School Associations carried out in and around the Nossa Senhora da Salete School Group, conducted by the Congregation of the Sisters of *Notre Dame*, in the context of colonization in Maravilha/SC, between 1954 and 1976. The period marks the arrival of the sisters at Vila Maravilha, as the place was called, and the closing of the activities of women religious at the head of the school in the late 1970s. The documentary investigation contemplates the period in which the religious order carried out education in the village. Studying this clipping is to keep in mind that the historian: “it is always of a time, the one in which chance caused him to be born and from which he embraces, sometimes unknowingly, curiosities, inclinations, presuppositions [...] postulates of his time” (RÉMOND, 2003, p.14). Thus, the choice of documents is to present elements and concerns that are present, and that is part of the PhD thesis in History of this author. The choice of the temporal cutout investigates the performance of *Notre Dame* School Associations in the context of colonization, with the presence of settlers who migrated from Rio Grande Sul.

Recebido em 29 de maio de 2018. Aprovado em 30 de julho de 2018.

O caderno mais íntimo, largado em um canto de sótão e encontrado alguns séculos depois, sugere que, apesar de tudo, quem o escreveu pretendia de algum modo ser descoberto e acreditava que os acontecimentos de sua vida tinham de ser redigidos¹

* Graduado em História – licenciatura plena pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó); Especialista em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Graduado em Sociologia – licenciatura plena pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó/Parfor); Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor efetivo de História e Sociologia na EEB. Lourdes Lago e EEB. Alexandre Cella em Chapecó/SC. E-mail: vitormarcelov@yahoo.com.br.

Introdução

A proposta deste artigo é trazer reflexões que problematizem a presença de associações escolares dentro dos muros do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete em Maravilha/SC entre os anos de 1954 e 1976. O tema abordado neste texto relaciona-se ao contexto do processo de colonização, com a presença de famílias oriundas do Rio Grande do Sul, que aportaram a essa região do Oeste Catarinense,² mais especificamente em Maravilha/SC, a partir do final dos anos 1940.

As famílias e principalmente os filhos desses colonos oriundos do Rio Grande do Sul são os sujeitos diretamente envolvidos nessa atmosfera religiosa educacional, a qual tem como protagonista a Congregação das Irmãs de *Notre Dame*, uma ordem religiosa presente no palco da colonização e que tinha sua sede em Passo Fundo/RS. Em 1954, chegou a então Vila Maravilha para tratar da missão de cuidar dos assuntos educacionais junto aos filhos dos colonos.

As categorias escolhidas foram o controle e a disciplina que surgiram a partir da análise dos documentos. Navegar por tal seara leva indubitavelmente à necessidade de o historiador manter distância variável em relação ao objeto estudado. No entanto:

Há proximidade porque se estuda um processo em curso, inacabado por definição, ou porque se trata de um ator vivo, acessível e, portanto, sujeito a reações diante das afirmações do historiador. Há distância relativa porque o processo é, apesar de tudo, datado ou o tema mais velho que o observador: encontra-se essa ideia central de que o tempo presente define uma duração significativa e não um instante fugaz. (ROUSSO, 2016, p. 240).

Para tanto, o que se busca, a partir da complexidade dessa teia de relações, que se estabeleceram nesse espaço e tempo, dentro e além-muro da escola, são elementos que mostrem como essas associações atuavam e reproduziam os discursos de *Notre Dame*, difundidos socialmente naquele momento, que estavam inseridas no cenário

maior do processo de colonização. Para isso, foi preciso aproximar mais a lente, para observar os detalhes dessas relações.

A documentação analisada, ou seja, o acervo de *Notre Dame* faz parte do arquivo passivo da Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Salete de Maravilha/SC e da Casa Provincial, sediada em Passo Fundo/RS. Os anais que estão na Casa Provincial tem sua origem, na Casa Nossa Senhora da Salete, residência onde moravam as irmãs em Maravilha.

As atividades das religiosas e da comunidade eram registradas em relatórios anuais. A Casa Provincial de *Notre Dame* tinha as diretrizes com relação aos anais. A superiora local deveria cuidar para que os anais fossem escritos e enviados à Casa Provincial e ao Generalato em Roma, na Itália. Com relação à finalidade, conforme as diretrizes de dezembro de 1982: “Os anais têm por fim dar um resumo estatístico das atividades da casa e narrar em ordem cronológica os principais acontecimentos do ano”. Portanto, uma das irmãs era responsável pela escrita. Escrevia, para que as assistentes gerais e a secretária geral pudessem ler, na Casa Provincial.

As irmãs de *Notre Dame* chegaram ao povoado Vila Maravilha,³ em 1954. Nesse mesmo ano, chegaram ao local, os Missionários da Sagrada Família.⁴ A chegada de ambas as ordens religiosas não foi por acaso. Existia interesse da colonizadora na valorização das terras; para isso, a presença das religiosas era um atrativo a mais para a venda das terras, além de se estabelecerem no centro do território colonizado. As irmãs viriam para educar os filhos dos colonos de origem.⁵ A colonizadora, para atrair os compradores e convencê-los a adquirirem as terras, oferecia a possibilidade da prática religiosa para os migrantes e, principalmente, educação para seus filhos. Encontramos um exemplo disso quando percebemos que a religiosidade dos colonos era significativa e que a Colonizadora sabia da importância da religião para atrair novas famílias de colonos (WERLANG, 2006).

No ano da instalação do município de Maravilha, a Congregação das Irmãs de *Notre Dame* já atuava no povoado, juntamente com os padres Missionários da Sagrada Família de Passo Fundo/

RS. Nos anais do ano de 1958, a irmã Maria Ancila, diretora do Grupo Escolar, disse o seguinte sobre a instalação do município de Maravilha, ocorrido no dia 27 de julho de 1958: “De máxima importância é o dia de hoje para a nossa povoação, que com apenas 8 anos de existência passou a ser município” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1958, p. 18). Seis anos antes, em 1952, foi enviada uma carta para a matriz da colonizadora Companhia Territorial Sul Brasil, em Porto Alegre/RS, assinada pelo diretor-gerente, José Leal Filho, e pelo padre Antônio Hammelstein, solicitando uma quadra para a construção de uma casa para o funcionamento da escola. A carta diz o seguinte:

Encontra-se aqui presente, o Revmo. Padre Antônio Hammelstein, que deseja recordar uma palestra mantida com V.S., na presença do signatário, sobre a concessão da quadra urbana nº 4, da Séde Maravilha, para a Mitra da Prelazia de Palmas, afim de que S, Exa., o Sr. Bispo Titular da mesma, providencie na indicação de uma Ordem de Irmãs Religiosas que ai venham estabelecer um colégio. - O Revdmo. Padre Antônio, deseja ocupar a referida quadra e nela construir uma casa para funcionar a Escola, atualmente sediada no estabelecimento inicial do futuro Seminário dos Missionarios da Sagrada Família, casa esta que será futuramente entregue às Irmãs educacionistas. - Transmitindo as intensões do Revmo. Padre Antônio Hammelstein, esperamos as determinações de V.S., a respeito (CARTA À CIA. SUL BRASIL, Cunha Porá/SC, 26 maio 1952).⁶

O pedido, que se refere à construção de uma casa para as irmãs para servir de escola, veio a se concretizar somente em 1957. É a partir desse ponto que vamos abordar o papel desempenhado pelas associações escolares inseridas no contexto da colonização e na sua relação com a *Notre Dame*. Talvez, iniciar por apresentar algumas características do Clube de Mães, sendo ela uma associação escolar nesse contexto, pois sua relação era direta com as famílias dos alunos do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salette de Maravilha/SC. Além disso, no próprio documento pesquisado de

1959 é utilizado o termo associação, para se referir ao Clube de Mães.

Clube de Mães

As reuniões dessa associação escolar se transformavam em um espaço de construção da representação da família para aquele momento. No dia 23 de agosto de 1959, aconteceu a segunda reunião do Clube de Mães. Não foi encontrada até o momento a data da criação do clube com a primeira reunião. A citação a seguir evidencia que a associação foi criada neste mesmo mês, ou seja, em agosto de 1959: “Devido à doença da irmã ficou um pouco parada esta associação, mas logo no primeiro mês de atividade foi reorganizado” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1959, p. 27).

A associação escolar possuía 97 sócias. Tendo como orientadora a irmã Maria Ancila, as reuniões versavam, sobretudo com relação à educação dos filhos, mas principalmente das filhas e de modo geral, sobre a família. Dessa forma, era abordado o assunto sobre o papel da mulher no lar e na sociedade, principalmente o de mãe, ou seja, sobre a família era enaltecida a: “[...] importância da mãe para a felicidade do lar, necessidade de colaboração entre a família e a escola, como satisfazer o marido para que haja paz na família etc. [...]” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1959, p. 27). Nessa mesma linha de temas abordados, estava a preparação das moças para o casamento. Esses encontros ocorriam a cada dois meses. Havia uma biblioteca com livros, especialmente para as moças que aspiravam ao matrimônio. As conversas eram permeadas por conselhos que eram dados para que as filhas fossem preparadas para o matrimônio, de forma primordial.

Uma mãe inteligente saberá fazer de sua família uma pequena e agradável sociedade, fazer tanto como seus filhos e esposo se sintam bem no lar. Não basta proibir aos filhos, você não vá lá, em tal sociedade, ou não leia esta revista ou livro mau, é preciso já, antes de tal coisa tirar-lhe [...] Como por exemplo ter um rádio em casa, não sai tão caro e é útil e instrutivo. Não recalcar ou

inibir o espírito de curiosidade sexual mas em tempo oportuno quando o filho perguntar devemos orientá-lo. Conduzi-lo para seu pleno e sadio desabrochamento dentro de uma esfera moral e religiosa, principalmente as mães preparem as filhas antes do casamento. Não ter vergonha de falar, pois por esse falso pudor talvez quantas lágrimas terá de verter sua filha (LIVRO DE ATAS do Clube de Mães, nº 1, 28 de maio de 1961).

A centralidade do homem como chefe da família era legitimado nos discursos e nos conselhos dados nas reuniões. Era um poder, com seu discurso legitimado para esse momento. Esse discurso emanava das reuniões, saía de dentro dos muros da escola para chegar até os lares das famílias, pelo menos as que tinham seus filhos na escola. Pode-se afirmar, talvez, que ocorria uma relação de poder, a qual constituía o corpo social a partir do funcionamento do discurso. Um discurso que apresentava o papel do homem como chefe da família, pois:

A seguir acrescentou ainda a Revda. Irmã Orientadora, as mulheres sejam submissas, a seus maridos como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, [...]. Nós como religiosas mesmo dum certo modo também dependemos do homem. (ATA CLUBE DE MÃES nº 02, 1961, p. 2).

Com relação ao funcionamento do discurso, Foucault (2005, p. 179) afirma que:

Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

O Clube de Mães formava um braço da Congregação de *Notre Dame*. Nos Anais da Casa Nossa Senhora da Salette do dia 23 de agosto de 1959, constam a seguinte definição: “Uma das instituições

mais bem organizadas que temos em nossa Escola [...] é a parte feminina da Associação de Pais e Mestres também em pleno funcionamento em nossa escola”. Diferentemente, da Associação dos Pais, que tratava de diversos assuntos de administração e organização, o Clube de Mães, tratava das coisas pertinentes ao trabalho da mulher e esposa no lar, no controle e vigilância da moral das famílias do povoado.

O papel desempenhado por esses atores dentro dessas associações é aquele que deveria ser desempenhado no lar, ou seja, a mulher mãe cuidando da moral da família, dos filhos e o pai cuidando da administração. Os temas principais que eram abordados nas reuniões do Clube de Mães se referiam à supremacia do homem sobre a mulher. Como tratar com gestos delicados o marido, para que este não ficasse zangado. Se tornar uma “rainha do lar”. Era o esperado do papel desempenhado pelas mães que participavam das reuniões e também:

A educação das crianças, importância da Mãe para a felicidade do lar, necessidade de colaboração entre a família e a escola, como satisfazer o marido para que haja paz na família etc. [...]. As mães ficam sempre muito contentes. Dizem que poderiam ficar o dia todo escutando a irmã falar. Grandes tem sido os frutos destas reuniões. São realizadas geralmente de dois em dois meses. Tem a diretoria bem constituídas a secretaria lavra fielmente as atas. Temos uma biblioteca mais ou menos bem organizada, só para as mães e moças que espiram ao matrimônio. Pagam Cr\$ 40,00 anuais para retirar uma vez por semana um livro. (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 23 de agosto de 1959, p. 27).

As conversas nas reuniões se davam no sentido de preparar as filhas, menos para os estudos do que para o casamento. No dia 28 de maio de 1961, em uma reunião do Clube de Mães, presentes 43 sócias e irmã Maria Ancila que apresentava, por uma vez mais, os elementos que legitimavam a ação do clube, ou seja:

Unir a família a boa escola para a defesa dos direitos sagrados da família,

principalmente contra as forças externas que procuram fazer vacilar as bases da família. Uma mãe inteligente saberá fazer de sua família uma pequena e agradável sociedade, fazer tanto como seus filhos e esposo se sintam bem no lar. (ATA CLUBE DE MÃES nº 1, 1961, p. 1).

O objetivo era o de delegar à mulher o papel de zelar pela moral e bons costumes da família, ou seja, desempenhar o papel de “rainha do lar”. Das reuniões, para o povoado, os ensinamentos eram difundidos, para que:

Procurassem tudo fazer para serem mesmo o sol do lar. Dentro sim de suas possibilidades cuidar muito da aparência pessoal para agradar o esposo. Muitas relacham em aparecer bonitas e pensam “ha eu tenho o meu” sim acrescentou tu tens o teu então segura-o faça com que o se sinta atraído ao lar é teu dever também. Finalizou explicando “ha economias que custam caro”. (ATA CLUBE DE MÃES nº 1, 1961, p. 1).

No povoado, funcionando como auxiliares, as associações escolares, principalmente o Clube de Mães, atravessavam os muros da escola, indo ao encontro dos lares das famílias. Para os lares, o direcionamento era que: “[...] cada família deveria ter uma bíblia em casa e na hora das refeições fosse lido um trechinho para assim difundir melhor o cristianismo em nossas famílias” (ATA CLUBE DE MÃES nº 10, 1966, p. 7).

Nas reuniões do Clube de Mães, além de se abordar a questão moral da família, as participantes costumavam uniformes para os alunos pobres. Não obstante havia as:

Representantes Sociais que: encarregadas da criança pobre andaram de casa em casa oferecendo assim oportunidade de frequentar as aulas a diversas crianças pobres que não frequentavam. [...] não deixaram de cumprir a missão de que foram encarregadas, em vigiar o comportamento dos colegiais na sociedade (RELATÓRIO CLUBE DE MÃES, 1966, p. 9).

A vigilância ocorria dentro e fora dos muros da escola, moldando o comportamento do aluno na sociedade. Como se percebe na passagem anterior, muitas crianças que eram de famílias pobres não frequentavam a escola. Ou seja, temos aí uma evidência de que era considerável o número de crianças pobres que não frequentavam as aulas nesse momento. A vigilância dos lares se dava pelos ensinamentos que a ordem religiosa prescrevia às mães.

As reuniões conduzidas pela irmã Maria Ancila, diretora do Grupo Escolar, voltavam-se para a maneira de educar os filhos. A religiosa explicava que a mãe tem o dever de castigar seus filhos quando eles merecerem; afinal:

Nesta altura a D.D. Orientadora leu-nos uns trechos da Bíblia sobre “Autoridade do homem no lar” e Poema alfabético sobre a mulher virtuosa. Cujos trechos tanto agradou as ouvintes que umas já prometeram comprar a Bíblia e outras as que tem de estudá-la mais.[...] as mulheres sejam submissas, a seus maridos como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual êle é o Salvador. Nós como religiosas mesmo dum certo modo também dependemos do homem. [...] que a esposa e mãe mantenha-se sempre calma e aja com maneiras delicadas. Desta maneira conseguirá tudo de seu esposo, bem como de seus filhos. [...] a mãe tem o dever de castigar seus filhos quando estes merecerem. Acrescentou que: quem mais executa seus filhos, mais gosta deles. Os pais não devem fazer a vontade do filho, não expor-se a muitas brincadeiras com ele e nem rir quando este pratica uma má ação (ATAS DO CLUBE DE MÃES, 5 DE MAIO DE 1962, p.4).

A moral cristã, além de presente no espaço escolar, era difundida além dos muros da escola, uma vez que regia a vida social e os costumes familiares no povoado. Um exemplo disso é que, no dia 11 de maio de 1965, a irmã Ancila conclamou as mães a se unirem contra a abertura de uma “casa de corrupção” que estava prestes a abrir na cidade, considerando tal fato como sendo “perigoso” (ATA CLUBE DE MÃES nº 09, 1965, p. 7).

Bandeira da Cruzada Eucarística

No dia 31 de maio de 1962, houve o ingresso de crianças nessa cruzada:

Já há vários meses que os nossos pequenos estão se preparando a fim de ingressarem no número dos soldados de Cristo sob a “Bandeira da Cruzada Eucarística”. Neste dia tão festivo para ele se reuniram no pátio da escola, onde sob a direção da irmã Maria Ancila e dos apóstolos da Cruzada, foram conduzidos em procissão até a igreja, onde após um lindo sermão receberam a insígnia de “Cruzados” ou aspirantes da Cruzada. E a seguir houve Santa Missa (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 1962, p. 50).

No ano de 1961, no dia 21 de abril, novos membros ingressaram na Cruzada Eucarística, passando a contar nessa data com 83 cruzadinhos, como eram chamados os integrantes dessa associação escolar. Outra atividade que era levada a cabo por essa cruzada, no auxílio à *Notre Dame*, era o batismo de famílias convertidas, como ilustra o exemplo apresentado a seguir:

O senhor Egom Dispsel, era protestante, mas sua esposa é católica, e ele não se sentiu feliz ao ver que as crianças rezavam e a mãe as ensinava e ele não podia ensinar-lhe nada pois nada sabia da nossa religião para poder ensinar os pequenos. Por isso se tornou católico; mas a mais feliz foi a sua esposa que agora poderia novamente receber os sacramentos, que desde o dia do casamento não mais os recebeu em vista que ficou excomungada por ter se casado em uma outra religião. Foi batizado o pai e os três filhos o pai fez neste mesmo dia a 1ª Comunhão. (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 1961, p. 44).

Os Cruzadinhos atuavam junto às crianças e adultos. Os batismos, muitas vezes, serviam para a conversão com o objetivo de casar ou de manter o casamento. No dia 3 de fevereiro de 1959, houve o batismo de duas moças que pertenciam à:

[...] Igreja Missurri e querendo casar-se com rapazes católicos [...] depois de terem recebido durante um mês instrução católica em nossa casa foram batizadas e fizeram a 1ª Comunhão. Infelizmente uma delas não ficou católica fervorosa como devia ser. (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 3 fev. 1959).

Em dezembro de 1960, foi realizada mais uma cerimônia de batismo, quando:

Hoje foi batizada toda a família do Sr. Arlindo Anel. Já há muito tempo que a sua esposa estava sempre em dúvidas, ela via que estavam no caminho errado e queriam entrar no caminho que conduz verdadeiramente ao céu. Por isso começou-se o trabalho da catequese, e no dia 7 de dezembro foram batizados todos em nossa capela. Em primeiro lugar o pai e a mãe deviam abjurar ao protestantismo, isto as crianças não precisaram porque ainda não eram confirmadas na igreja protestante, seguiu o batismo de todos, eles mesmo respondiam as perguntas do padre com exceção da mais pequena que tem só seis meses, foram sete batismo de uma vez só o pai Arlindo a mãe Erna e as quatro filhas Sonélia, Erecilda, Neusa e Elaci e o filho Irineu, no dia seguinte o pai e a mãe e as duas filhas mais velhas fizeram a primeira Comunhão em uma missa solene em nossa capela. (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 8 dez. 1960).

A família que não era batizada na Igreja Católica era vista como uma família que estaria no caminho errado, pois, se permanecesse no protestantismo, não andaria no caminho que conduz “verdadeiramente ao céu”. O trabalho da catequese se tornava a ação por meio da qual a família seria moldada dentro dos preceitos cristãos e encontraria a salvação.

Depois da missa, naquele dia 3 de fevereiro de 1959, todos regozijaram com um café na casa Nossa Senhora da Salette das irmãs, pois: “Num aprisco cabem muitas ovelhas mansas’ isto é mesmo verdade, pois numa sala que durante o ano só cabiam 20 pessoas agora tinha 50 e todos tinham

o seu lugar para sentar” (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 8 dez. 1960).

Com relação às associações tematizadas nesse texto, é mister e oportuno tomar emprestado a afirmação de Rioux (2003, p. 10), que afirma:

A reunião de pessoas é primordial, porque esses voluntários são impelidos pela “necessidade de estabelecer um novo tipo de controle social que determine seu lugar na sociedade”, tanto quanto pela promoção da ideia geradora ou pelo respeito ao fundador de seu agrupamento.

Rioux (2003) afirma que se a associação tem várias tarefas na sociedade, atendendo emergências e estancando sangramentos no corpo social, já que a administração do Estado ao se voltar para suas próprias regras e leis, entrega essas tarefas à ela, então “[...] entende-se que é preciso fazer a história dessa conquista da sociedade pela associação que caracteriza o século XX” (RIOUX, 2003, p. 119). Para apresentar aqui apenas uma definição de associação, talvez possa ser a questão seguinte:

E o que é ela então? Uma estrutura cômoda para a emergência de novas elites? Um corpo intermediário indispensável entre o cidadão e os poderes, dentro do qual a democracia voltaria a beber em suas fontes ou se preservaria das tentações do estatismo ou mesmo do totalitarismo, essas doenças do século? (RIOUX, 2003, p. 119).

Seriam as nossas associações, no caso específico desse texto, uma bolha para formação de elites? Ou uma forma de tornar os corpos dóceis e disciplinados para o trabalho? Enquanto isso, os eventos, como festejos religiosos, se entrelaçavam com o período letivo no Grupo Escolar, pois:

Sessenta crianças foram preparadas durante o ano letivo para a Primeira Eucaristia. A criança fazia parte de um grupo reduzido que era preparado por uma irmã ou professora leiga. A ir. Ma. Orielde orientava tudo. Ela tinha feito um cursinho para tal finalidade em

Chapecó. Foi muito bonito. No final da Santa Missa cada criança era chamada e os pais vinham recebê-la no altar e a conduziam para fora. (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 1970, p. 100).

A formação religiosa estava em consonância com a formação escolar. A associação escolar, Bandeira da Cruzada Eucarística, como se percebe a partir da investigação dos documentos, realizava uma frente que atuava junto aos moradores da comunidade. Uma família inteira poderia ser batizada e convertida para a Igreja Católica. Os soldados de cristo, que eram os alunos do Grupo Escolar, também conhecidos como cruzadinhos, funcionavam como se fossem sensores de *Notre Dame*. Acontecia um cerimonial junto à família para desligá-la do protestantismo. Antes de qualquer coisa, os pais precisavam abjurar ao protestantismo. As crianças não o precisavam fazer, pois ainda não tinham sido confirmadas no protestantismo. No dia seguinte desse desligamento do protestantismo, essas pessoas adultas já faziam a primeira comunhão.

Pelotão da Saúde

Os historiadores estariam incorrendo em sério erro se buscassem em suas investigações, modelar-se pela cronologia dos acontecimentos, simplesmente. Aliás, ao invés de primar pelo tempo rápido dos eventos, o historiador deve considerar a importância de se aprofundar nas realidades que mudam lentamente, as estruturas como a geografia, a cultura material e as mentalidades, ou seja, o tempo da longa duração, uma história quase imóvel (LE GOFF, 1990). Torna-se possível, assim, construir uma concepção de que a educação dessa segunda metade do século XX não é a mesma do século XIX; porém, tendo em mente que na história há rupturas e descontinuidades, existe também realocação de problemas.

Dessa maneira, a ação da associação escolar, em análise aqui, foi permeada por mecanismos de controle, que são verificados ainda na Primeira República (1889-1930) e fizeram eco na segunda metade do século XX. É perceptível, quando se

analisa a presença institucional da Igreja Católica nas ações educacionais no início da Primeira República, pois Sousa (2003, p. 161), afirma que: “[...] a disciplina, o controle e a repressão no meio escolar deveriam assegurar a formação de uma infância identificada com o paradigma do bom CIDADÃO, do bom REPUBLICANO e do bom CRISTÃO”.

A ação do Pelotão da Saúde, como associação, no Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete, se aproximava de um discurso médico. É possível afirmar isso, a partir da ideia de que, sendo o espaço escolar um local de aplicação de tecnologias governamentais, o sistema educacional é chamado a intervir na realidade e no comportamento moral e sexual das crianças. Historicamente a medicina priorizou um saber/poder também no espaço escolar. Não obstante, o corpo da criança era alvo desse saber/poder (ALTMANN, 2009).

A ata número 1, do dia 9 de março de 1968, escrita pela secretária Rosani Bernardi, revela que, às 3 horas da tarde desse dia, tendo por local o galpão da querência, na sala do 4º ano, realizou-se a primeira reunião do Pelotão da Saúde, cuja orientadora foi irmã Helmine, que orientava também as demais associações. Composto por uma diretoria, o evento tinha em cada classe dois monitores, que faziam uma revista higiênica. Essas inspeções aconteciam todas as sextas-feiras. Os integrantes usavam avental e capacete brancos. A classe vencedora, após terem sido feitos os trabalhos de revista, recebia uma bandeira branca que permanecia na sala até a próxima visita, pois:

Assim sempre todos queriam ganhar a Bandeirinha e vinham limpos para a escola. [...] As reuniões foram feitas em junho e março e agora no fim do ano. Em todas elas, foi sempre falado sobre a limpeza, ordem e asseio que devem haver entre os alunos. Por isso fizemos todas as semanas a revista. Alguns monitores se distinguiram pelo interesse que mostraram em conservar sempre o pátio limpo e também as privadas, quase todos os dias as lavamos, e ensinamos aos pequenos como comportar-se neste lugar. Temos duas bandeiras novas, uma para o turno

matutino e a outra para o vespertino. (RELATÓRIO FINAL PELOTÃO DE SAÚDE, 1959, p. 23).

A partir da passagem citada, é possível perceber que o Pelotão da Saúde já existia antes, ou seja, tratava-se de uma associação auxiliar que já atuava nos primeiros momentos da presença de *Notre Dame* no povoado. A direção que tomava essa associação era no sentido de se aproximar com seus ensinamentos junto aos alunos do grupo escolar.

Tinha reunião em março e agosto e no fim do ano. Nestas reuniões a orientadora sempre insistiu na ordem, asseio e higiene. Os monitores se esforçaram para conservar a ordem e o asseio nas patentes e também no pátio e nunca zombaram de um aluno que não estava limpo. (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 57).

O Pelotão da Saúde possuía em 1969 um pequeno pronto-socorro com medicamentos para atender alunos que se machucassem. Além disso, cuidava da limpeza e da ordem do pátio da escola, ensinava como manter a higiene do corpo e outras ações que realizava desde sua criação. A metodologia consistia em os fiscais andarem pelo pátio e pelas sanitárias durante o recreio, a fim de observar o comportamento higiênico e a ordem dos alunos. Como neste ano de 1969 a escola estava sem serventes, o Pelotão ficou responsável por passar em todas as salas ao final das aulas. As turmas que deixavam a sala mais limpa eram premiadas com algum atrativo como um filme de slides, por exemplo (RELATÓRIO GERAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1969, p. 39).

Foucault (2005) afirma que no século XVIII a saúde e o bem-estar físico se tornam um objetivo político que a “polícia” do corpo social deve regular ao lado das questões econômicas e da ordem. Esta ordem higiênica era disseminada também pelas instituições de caridade e religiosas. Estas atribuições higiênicas vinham acompanhadas de atividades de distribuição de vestuário, amparo a crianças pobres abandonadas, educação moral e vigilância sobre mendigos e indigentes. Com a atuação dessas

associações auxiliares de *Notre Dame*, o discurso normalizador de higiene, ordem e disciplina eram difundidos com o objetivo de adestrar os corpos, para torná-los limpos, disciplinados e patrióticos.

Na reunião do dia 3 de maio de 1968, o assunto abordado foi sobre o uso do lenço. Parece que, pelo menos, uma considerável parcela de alunos do Grupo Escolar utilizava-se de lenço de pano para fins de higiene. A fiscalização era rigorosa. Na reunião, ficou certo que: “Na próxima semana os encarregados farão revista do lenço; a meio da semana se fará uma revista geral em todas as classes; e falou-se, ainda, da maneira de usar o lenço corretamente” (ATA PELOTÃO DA SAÚDE, 3 de maio de 1968, p. 2).

No ano de 1965, a festa de encerramento das atividades, ocorrida no dia 13 de dezembro, evidencia toda uma atmosfera religiosa com sua disciplina e vigilância. Houve o encerramento das atividades com as crianças do jardim de infância, com uma festinha embaixo de um pessegueiro com bandeirinhas e um presépio com a presença das mães, entoando “poesias para o Menino Jesus”. Também houve o encerramento para:

Aqueles professôres que tinham a responsabilidade de alguma atividade extra como Clube Agrícola, Pelotão da Saúde, Liga da Bondade, Biblioteca, etc., começaram a movimentar-se para apresentar o Relatório dos trabalhos durante o ano. Não se tinha tempo para perder. (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 1964, p. 65).

Assim, fechava-se a cortina de mais um ano, com os professores finalizando os trabalhos junto às associações escolares de *Notre Dame*. Destaca-se o cuidado que se dava para a atuação dessas associações, consideradas vetores de valores e condutas que eram difundidos dentro e fora dos muros do Grupo Escolar.

Considerações finais

A escolha pelo tema deste artigo se deu no sentido de considerar que o que foi apresentado, suscita discussões e curiosidade de um momento

singular, composto por uma atmosfera cujas relações eram permeadas por dispositivos de controle e disciplina e por um poder que circulava, visto que as associações escolares tinham papel preponderante no auxílio às atividades da Congregação de *Notre Dame*.

Sobretudo no meio acadêmico, essa pesquisa não deixa de ter a pretensão de contribuir para a historiografia da colonização e da ocupação do espaço do Oeste Catarinense, pelos migrantes que vieram do Rio Grande do Sul e aportaram nessas inóspitas paragens. Principalmente no que se refere à análise das relações de como a escola afetou a comunidade como um todo, com o auxílio das associações escolares. Não há muitas dúvidas, de que estudar essas associações possa contribuir para contar a história da colonização.

Não menos importante é o fato de que, ao estudar essas associações, revelam-se várias ações que as transformaram em um braço da ordem religiosa presente no espaço da colonização: *Notre Dame*. O resultado da análise dos documentos aponta no sentido de que a existência do Clube de Mães, por exemplo, visava a estabelecer padrões de conduta moral nas famílias. Dessa forma, as associações escolares ligadas ao Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete: o Clube de Mães, a Escola de Pais e Mestres, Os Cruzadinhos, o Pelotão da Saúde, a Liga da Bondade, a Liga Pró-Língua Nacional e o Clube Agrícola – algumas delas, não abordadas nesse texto – tornaram-se mecanismos de controle e disciplina, por difundirem valores para a construção de um espaço ordeiro e de progresso.

Notas

1 Conforme Farge (2009, p. 15).

2 Aqui tomo emprestada a definição de Arlene Renk (2006, p. 9): “Por oeste catarinense, tomo aqui a área compreendida nos limites fixados em 1917 aos municípios de Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó, que corresponderia atualmente às regiões coloniais do oeste e do Rio do Peixe, na divisa utilizada pelo IBGE”.

3 Frequentemente o termo “vila”, às vezes “povoado”, aparece nos documentos, para se referir ao local, antes da emancipação em 1958. Porém, não significa que não tenha sido usado também após a emancipação.

4 Em relação ao Seminário Nossa Senhora de Fátima, a Cia. Sul Brasil doou o terreno para a sua construção.

A Colonizadora sabia da necessidade de os colonos praticarem sua religiosidade e de seus filhos terem acesso à educação, pois isso era um fator determinante para a expansão da colonização. A história do Seminário em Maravilha está intimamente ligada aos padres Missionários da Sagrada Família e sua atuação se delimitaram a área localizada entre os rios Uruguai, Antas e o Chapecó, região colonizada pela Cia. Sul Brasil.

5 Conforme Arlene Renk (2006, p. 9): “Colono é a designação atribuída à população rural. O qualitativo de origem é a forma como são identificados os descendentes de europeus, aqui tomados genericamente”.

6 Com o objetivo de considerar a construção da documentação, se transformando assim, num elemento a mais para se compreender as relações do período pesquisado, optou-se por não atualizar a grafia dos documentos, não seguindo as atuais normas ortográficas da língua portuguesa.

Referências

- ALTMANN, Helena. Corpo e gênero na educação sexual: análise de uma escola carioca. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade, Reprodução e Saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 342-360.
- ANAIS DA CASA NOSSA SENHORA DA SALETE. Arquivo Passivo Casa Provincial de *Notre Dame*, Passo Fundo – RS, 1958 – 1959 – 1960 – 1961 – 1962 – 1964 – 1970.
- ATA CLUBE DE MÃES. Arquivo Passivo EEB. Nossa Senhora da Salette, 1961- 1962 – 1965 - 1966.
- ATA DO PELOTÃO DA SAÚDE. Arquivo Passivo EEB. Nossa Senhora da Salette, 1968.
- CARTA À CIA. SUL BRASIL. Arquivo Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC, 26 maio 1952.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- RELATÓRIO FINAL PELOTÃO DE SAÚDE. Arquivo Passivo EEB. Nossa Senhora da Salette, 1959.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. ed. rev. e atualiz. Chapecó: Argos, 2006.
- RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 99-139.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- SOUSA, Rogério L. de. As escolas Paroquiais. IN: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 155-173.
- WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

Crise econômica e espaços de origem ressignificados: rearranjos de imigrantes brasileiros retornados da Itália

*Economic crisis and spaces of origin re-signified:
rearrangements of immigrants and the returnees of Italy*

Joao Carlos Tedesco*

Palavras-chave:
Brasileiros
Imigração
Retorno

Resumo: O estudo analisa aspectos da imigração de retorno; focaliza imigrantes brasileiros retornados da Itália, nos seus espaços de origem, em alguns municípios do sul do Brasil; dá ênfase à multiplicidade de processos envolvidos na decisão de retornar, às dificuldades de reintegração e às possíveis reemigrações. A partir de pesquisa de campo *in loco* e entrevistas diretas, vimos que a realidade é dinâmica, ou seja, se permanecer no país de destino não há garantia de tempo, o tempo do retorno passa pela mesma lógica. Insistimos no fato de que precisamos ver as motivações econômicas e as não econômicas do retorno. Há um conjunto amplo e variado de situações, justificativas, explicações, racionalizações que acabam criando realidades de retorno, de volta ao país que emigrou antes ou a outro. Nesse sentido, as situações são complexas e tornam difíceis as generalizações.

Keywords:
Brazilian
Immigration
Return

Abstract: The study of the theoretical aspects of return immigration; focuses Brazilian immigrants returned from Italy to their places of origin in some municipalities in southern Brazil; emphasizes the multiplicity of processes involved in the return decision, the difficulties of reintegration and possible re-emigrations. From field research *in loco* and direct interviews, we saw that the reality is dynamic, in other words, if you stay in the destination country there is no guarantee of time, the time of return goes through the same logic. We insist on the fact that we need to see the economic and non-economic motivations of return. There is a wide and varied set of situations, justifications, explanations, rationalizations that end up creating realities of return, back to the country that emigrated before, or to another. In this context, how situations are complex and become generalizations.

Recebido em 27 de março de 2018. Aprovado em 25 de julho de 2018.

Introdução

O imigrante é, por excelência, um sujeito sociocultural *em movimento* (SACCO, 2007; SAYAD, 2000); tempo, espaço e vividos movem-se juntos. Esse processo implica desenraizamentos e reenraizamentos constantes, vidas em dois universos que se transnacionalizam e jamais serão iguais e do mesmo jeito para quem os deixou e quem ficou (BAUMAN, 2017). Há, nessa ação, separações, ritmos de vida, recomeços variados e criação de novas (situ)ações. Na realidade, como

diz Sayad (2000), os locais de origem tornam-se tão importantes quanto os de destino.

Entendidos assim, os imigrantes incorporam a identidade de um *sujeito de múltiplas fronteiras* (RAMOS, 2003; BAUMAN, 2017), ou seja, alguém que delimita e separa tempos, espaços, contextos, distâncias e vividos cotidianos; tornam-se, também, em grande parte – de uma forma ou de outra – estranhos ao local de destino, mas, também, no de origem (ASSIS; CAMPOS, 2009; SAYAD, 2000). Diferenças, distâncias e ausências físicas são processos socioculturais e confins demarcadores de

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pós-doutorado nas Universidades de Verona e Milão. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Pesquisador do tema das migrações, dos processos de colonização no norte do Rio Grande do Sul e de conflitos agrários.

existências individuais, grupais e territoriais; disso, resultam saídas e retornos constantes, temporários ou definitivos; reemigrações ou não (AMBROSINI, 2008).

Nessa questão de múltiplas fronteiras e territórios, o retorno é um fator importante na identidade de imigrante (ASSIS, 1995). É uma ação que promove o reencontro de múltiplas dimensões. A grande questão é a concepção relacionada a um conjunto de coisas materiais, pessoas, afetividades e interações constituídas ou não no período da ausência. Em geral, o retorno pode revelar o desejo do imigrante em se reencontrar (RAMOS, 2003; SAYAD, 2000), coligar-se com seus pontos de referências e de pertencimento, com o que estava próximo no ato da saída e sentiu falta no decorrer da ausência, com os familiares e parentes (DURAND, 2006; DIAS, 2000). O tempo de imigrante é de desencontros em relação aos anteriores e em relação aos que o contato com o novo cenário produziu nele (BAUMAN, 1999).

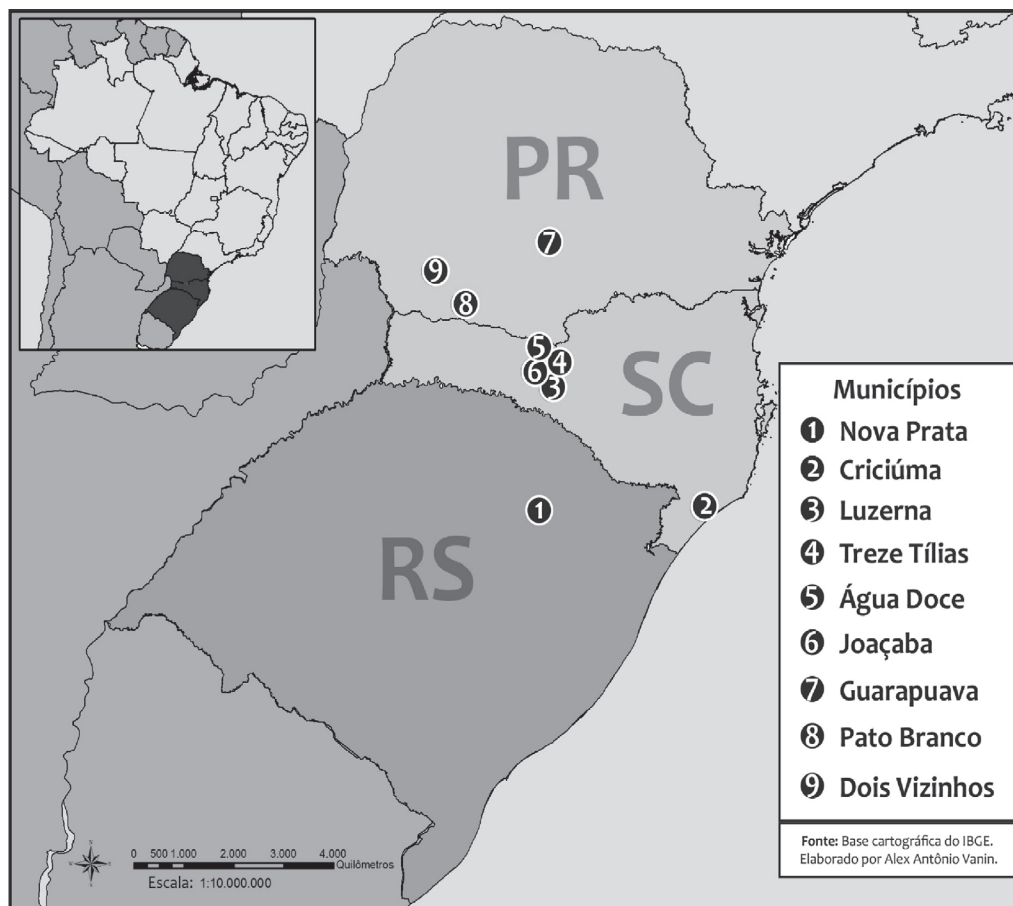
Tendo presente algumas dessas ideias, buscamos analisar o ato de retornar ao local de origem por alguns imigrantes brasileiros que estavam na Itália. O estudo faz parte de uma pesquisa maior que estamos empreendendo, a qual busca correlacionar imigração e desenvolvimento no local de origem¹. Nesse projeto maior, buscamos compreender aspectos da imigração de brasileiros para a Itália a partir do local de origem, enfatizando a dinâmica econômica que se produz, a centralidade da família, os processos de saídas, as ações de cooperação existentes entre a região do Vêneto com alguns municípios do Rio Grande do sul, em particular, os acordos de *gemellaggios* e os vínculos que se constituem com o espaço de destino e o retorno ao local de origem.

Em torno desse último aspecto é que organizamos alguns elementos de pesquisa no presente texto. A pesquisa de campo foi realizada junto a 31 imigrantes (26 homens e 5 mulheres) no interior de suas famílias nos municípios de Pato Branco, Guarapuava e Dois Vizinhos, situados no Paraná; Água Doce, Luzerna, Criciúma, Treze Tílias e Joaçaba, em Santa Catarina; em Nova Prata, no Rio Grande do Sul, por serem locais de grande fluxo de saídas e onde tivemos melhores contatos

e possibilidades de acesso em razão da existência de imigrantes que havíamos conhecido na Itália em anos anteriores².

Estivemos nesses municípios em vários dias entre os meses de julho a dezembro de 2017. Já havíamos estado em alguns deles em alguns dias dos anos de 2011 e 2015, em geral no mês de julho e/ou no final do ano por ocasião de nossas férias letivas. Com isso, fomos percebendo processos que se alteram e outros que se preservam, períodos de forte presença de imigrantes na Itália bem como de retornados³. Em 2015 e 2017, percebemos um grande fluxo de retornados – principalmente da Itália –, bem como de tentativas de reemigrações, pós-2016, para outros países como Canadá, Estados Unidos, Áustria e Austrália. Estivemos na Itália, em particular, na Universidade de Verona, nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, em um estágio de professor visitante. Nesse período, tivemos oportunidade de entrevistar imigrantes brasileiros na região do Vêneto (Verona e Vicenza com mais intensidade) e na Lombardia (regiões do Lago de Garda pertencente à Província de Bréscia)⁴.

Constituímos nosso texto, sinteticamente, esboçando alguns aspectos da imigração brasileira na Itália com a intenção apenas de atualização de informações, demonstrando processos históricos que se renovam e produzem fluxos migratórios. Posteriormente, centramos nossa análise na questão do retorno de imigrantes para os locais de origem dando ênfase a múltiplos fatores que produzem essa ação, implicações nos espaços de destino, obrigações, pontos de estrangulamentos no espaço de origem e nos próprios imigrantes, reemigrações, presenças e ausências como dinâmicas de um mesmo processo. O que buscamos é perceber que o retorno é parte integrante da imigração; ele não é um fim, faz parte da dimensão circulatória da imigração; depende de múltiplos processos e revela realidades múltiplas e centradas em vários fatores. Buscamos ter presente que a emigração não é necessariamente projetada como definitiva para o sujeito que a viabiliza, assim como não o é o retorno (SAYAD, 2000); causalidades de uma (saída) podem servir também para o outro (retorno). As situações vividas e concebidas no espaço de retorno podem também ser promotoras de novas saídas.



Mapa 1 – Municípios selecionados para nossa pesquisa de campo no sul do Brasil.

Fonte: Base Cartográfica do IBGE; elaborado por Alex A. Vanin, março de 2018.

A imigração de brasileiros na Itália: representações e vínculos históricos

A Itália é considerada como um dos países de emigrantes em razão da diáspora que se constituiu entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX; porém, nos últimos 20 anos, já incorporou outra identidade: um *locus* de imigrantes. É um dos países em que essa dinâmica se tornou intensa em razão de processos econômicos, demográficos, geográficos, culturais, de legislação etc. Em 2017, o país já ultrapassou a casa dos cinco milhões de imigrantes considerados regulares (FONDAZIONE IDOS, 2017, p. 13). Houve um aumento de mais de 3 milhões no último decênio. Significa afirmar que é um país com dinâmica migratória intensa e de uma forma abrupta, o que ocasiona grandes repercussões e que está no centro dos debates e manchetes cotidianas.

A emigração de brasileiros para a Itália, de uma forma mais intensa, não ultrapassa três décadas. É fruto de amplos processos que interligaram historicamente os dois países, da crise econômica do Brasil nas décadas de 1980 e 1990, da possibilidade de efetivação da dupla-cidadania e de políticas que favorecerem o retorno de *oriundi* à Itália, a qual, no período, necessitava de imigrantes e/ou pertencia tê-los de nacionalidades que, de uma forma ou de outra, possuíam referências de cultura ocidental e/ou, em particular, no horizonte da italianidade. Os acordos de *gemellaggios*⁵ também favorecem a emigração de brasileiros para a Itália.

Segundo dados do Dossier/Imigrantes de 2008, havia em torno de 140 mil brasileiros na Itália em 2007 (esse período, talvez, tenha sido o de maior quantidade no país). Houve uma redução para, aproximadamente, 80 mil em 2010, e, em 2016/2017, registraram-se aproximadamente

50 mil imigrantes (esse dado difere muito dos do Itamaraty, que estipula em torno de 82 mil). Os dados na Itália não contabilizam os que já possuem a dupla-cidadania, pelo fato de que os imigrantes não necessitam demandar regularização em suas repartições públicas que tratam disso, como o fazem os outros. A redução de imigrantes, em geral, deve-se à crise econômica da Itália (Europa, de uma forma em geral) e seus reflexos no horizonte da oferta e remuneração do trabalho. Muitos desses imigrantes não necessariamente retornaram ao Brasil e, sim, emigraram para outros países. Dois de nossos entrevistados, antes de retornarem ao Brasil, haviam reemigrado da Itália para outros países, no caso, um deles para o Canadá e outro para a Suíça.

Há algumas especificidades da imigração brasileira na Itália, dentre as quais, em 2016, era composta por 78% de mulheres em seu contingente geral. As regiões de maior concentração de brasileiros são as mesmas da emigração em geral da Itália para o Brasil, ou seja, na Lombardia com em torno de 12 mil, no Vêneto com aproximadamente 7 mil, no Piemonte com quase 6 mil e no Lazio em torno de 5 mil (CARITAS/MIGRANTES, 2011; FONDAZIONE IDOS, 2017).

A denominada “emigração de retorno” (aos descendentes) é expressão de uma identidade de “bons imigrantes”; em geral, ela tende a ser auxiliada, pois são os considerados mais adaptados (ZINCONE, 2006), os que, em teoria, terão melhor capacidade de assimilação para o trabalho, à *cultura italiana* etc. As regiões Norte e Nordeste do país (Vêneto e Lombardia), espaços de grande presença de brasileiros, são as que forneceram grande parte dos fluxos de saída de imigrantes para o Brasil entre a segunda metade do século XIX e primeira do século XX. Portanto, há vínculos culturais, dialetais, religiosos, étnicos entre regiões do Brasil com essas da Itália.

A imigração brasileira é vista como tendo uma capacidade muito grande de se adaptar a um mercado de trabalho, em geral, no terciário, com certa correspondência linguística (muitos descendentes falam algum tipo de dialeto de origem italiana, readaptado em razão das condições da vida nas colônias e em outros lugares de inserção) e

vizinhança cultural dos países; é o chamado efeito “*cittadinanza di ritorno*”, denominado por alguns como *oriundi* (ZINCONE, 2006). Essas relações produzem *fluxos transnacionais*, redes de relações, capital social, em geral, envoltos e justificados pelo viés étnico e familiar e, em especial, de nível regional, tanto na Itália quanto no Brasil. Porém, é bom enfatizar que nem todos(as) os(as) imigrantes possuem esses vínculos histórico-culturais com a Itália.

O fato de haver processos que viabilizam a dinâmica da emigração para a Itália, não significa que sejam eficazes na manutenção deles no país de destino; há retornos. O retorno é parte integrante desse processo, porém, em grande parte, como expressão contraditória.

O retorno ao local de saída: múltiplos rearranjos e simbologias

O ato de retornar ao espaço de origem, em geral, induz à racionalização dos alcances da saída e da projeção efetuadas quando da identidade de imigrante; avalia o alcance dos objetivos previamente propostos e/ou previstos (SOARES, 2009). Nem sempre pode ser expressão de uma ação negativa, ou seja, de que o empreendimento emigratório não deu certo, pois não atingiu objetivos econômicos e financeiros idealizados (DURAND, 2006). Há outros elementos que estão no cenário do ato de retornar e que transcendem desejos e intenções previamente definidos. Doenças, crise de empregos, crise econômica, não obtenção de renovação de visto, expulsão, algum outro tipo de infortúnio etc., podem fazer parte dessa decisão. Portanto, há elementos subjetivos e há fatores externos condicionantes, envoltos nas questões econômicas, de ordem familiar, identitária, afetiva, de legislação do país hospedeiro etc. (ASSIS; CAMPOS, 2009).

Em nossas entrevistas, dos 31 interlocutores, 16 enfatizaram o problema econômico, expresso no desemprego e na redução do valor e da quantidade de horas diárias trabalhada, fato esse que promovia uma intensa redução dos ganhos semanais; três deram ênfase a problemas familiares (doença, cuidar dos pais com idade avançada), outros

informaram estar se aposentando, sentiram que era o momento de retornar, pois já estavam há muito tempo na Itália; outros enfatizaram que queria investir no local de origem. Enfim, há vários fatores, dificilmente haja apenas um motivo, eles se inter-relacionam, mas o fator econômico, pelo que vimos, é o que prepondera.

Na realidade, o retorno expressa rearranjos entre imigrantes e não imigrantes, em suas interações, obrigações e situações específicas (SAYAD, 2000), bem como cenários socioeconômicos e normativos (ASSIS; CAMPOS, 2009). Não podemos deixar de insistir no fato de que o projeto migratório tem uma grande conotação familiar (DECIMO, 2005). O retorno se constitui como resultado disso; junto ao imigrante, em geral, há uma família, uma história mais ampla de relações, confrontos, obrigações e vínculos (HERRERA; CARILLO, 2010). São raros os imigrantes que decidem por conta própria deixar o local de origem ou de tentar uma aventura sem nenhum contato ou nenhuma referência que os mantenha ligados ao local de onde partiram (DURAND, 2006; DIAS 2000). Desse modo, é difícil perceber o fenômeno migratório sem romper com a visão dicotômica entre país de destino e de origem (AMBROSINI, 2010); ambos estão em profunda correlação. É por esse motivo que autores dão ênfase ao transnacionalismo migratório contemporâneo.

Imigrantes relacionam-se em locais múltiplos, tanto no espaço de destino, quanto de o de origem. Vista por essa ótica, a imigração revela indivíduos em ligações constantes, em redes informais e afetivas, que revelam obrigações e intenções profundas e significativas. Há uma lógica de afetos entre os que partem, os que ficam, os que exercem a mediação na circulação entre os dois, ligações parentais e proximidade identitária (AMBROSINI, 2010). O território afetivo muda, ou seja, há um movimento complexo entre lugares e pessoas. Trabalhar intensamente para ter recursos e enviar a familiares e/ou para empreender em algum momento, correlaciona-se com a moral familiar e com o dever de família. Nessa condição, o imigrante se transforma em um sujeito econômico transnacional que circula, por meio do dinheiro, de seus vínculos, da ponderação de seus gastos,

investimentos, consumos e sua poupança entre um lugar e outro.

A dimensão transmigrante que, pelo menos em parte ou em alguns âmbitos, caracteriza tendencialmente o fenômeno migratório internacional, revela participação dos meios de comunicação, os quais favorecem para que imigrantes possam participar da vida social dos dois países (origem e destino). Esse transnacionalismo faz com que os confins políticos existentes entre as duas sociedades nacionais não constituem limites para a própria vida social e ao campo social de atividades (AMBROSINI, 2008).

Nas respostas que obtivemos em nosso estudo de campo, dos 31 questionários efetuados diretamente junto a imigrantes retornados, nove informaram que planejam e/ou já estão contatando possibilidades de reemigrarem para o local anterior ou outro dentro da Itália, ou, ainda, em outro país; dez informaram que desejam, mas ainda não efetuaram nenhuma ação concreta; um disse que está “vendo bem para não repetir erros anteriores”, porque agora adquiriu mais experiência, fala italiano, já tem conhecidos, já está investindo no Brasil, adquiriu certo empoderamento e/o capital social e econômico, o que lhe permite barganhar e melhor decidir entre reemigrar e/ou permanecer como retornado; três deles não pretendem e um disse que ainda não sabe. Percebe-se que a dimensão da reemigração é também parte constituinte do retorno. As cinco mulheres entrevistadas estão nas que planejam retornar. Uma delas disse que não consegue adaptar-se no local de origem, “já fui pra Florianópolis, Balneário [Camboriú] ver se arrumava por lá, mas não deu; não consigo mais viver aqui, é muito pacato, as pessoas são diferentes ou eu fiquei diferente; não tem trabalho aqui. [...]; vou cuidar de velhinhos na Itália, é estressante e depressivo, mas é o que dá [...]”.

Processos sociais e culturais vão se alterando em concomitância com as condições objetivas e subjetivas da realidade constantemente reconstruída pelo imigrante e, não se reproduz da mesma forma no espaço, no tempo, nem para as pessoas envolvidas (que podem não ser apenas os já emigrantes, mas os potencialmente e os de seu

quadro de referência, em particular, as famílias). A dinâmica desses processos é intensa, variada, complexa e de difícil generalização.

Os horizontes econômicos e das responsabilidades morais

Há acordos que são produzidos em razão de dádivas e de dívidas (essas, financeiras) entre os que saem e os que ficam (DURAND, 2006; DIAS, 2000). Esses acordos exigem diálogos no interior das famílias, pressupõem muita confiança, ativação de valores morais e de horizontes da reciprocidade e solidariedade, bem como da lealdade, pois não é qualquer coisa que fica (podem ficar filhos, avós, pais, sogro(a), parentes, amigos, namorados(as), dentre outros), podendo haver, desse modo, fortalecimento dos papéis tradicionais de gênero ou, então, uma intensa alteração. Nas narrativas das cinco emigrantes retornados de nossa esfera de pesquisa, há nessa questão de gênero e de papéis considerados tradicionais na família, pouca mudança. Enfatizam que na Itália “sobram para nós fazer aquilo que fazíamos antes de sair”. No espaço de retorno: “é tudo da mesma forma”; quando estava fora, muita coisa se alterou, mas desde que estou aqui, parece que nisso a velha realidade retorna [...]. Por isso, que é melhor voltar para a Itália, lá se faz mais dinheiro do que aqui; aqui não tem trabalho. A outra entrevistada, narra: “não adianta saber o italiano, até comecei a querer dar aula de italiano, mas não deu. Voltar a ser doméstica aqui; então, prefiro fazer isso lá que ganho em euro”. Ela enfatiza: “estando lá, se tem mais responsabilidade pela família porque sabemos e sabem aqui que ganhamos mais. [...]”. Diz a entrevistada que: “lá não se vive bem, mas tem trabalho, para nós lá tem; aqui se vive mais, se vive bem, mas não tem trabalho; aqui se tem lazer, mas não se tem dinheiro, lá é o inverso [...]”.

A regularidade do envio do dinheiro a quem fica é fundamental para o bom andamento dos acordos e obrigações (HERRERA; CARILLO, 2010; MARTES; SOARES, 2006); aliás, esse processo compensa, vincula e correlaciona múltiplas

questões na relação entre quem emigra e quem fica (DIAS, 2000). O dinheiro enviado expressa a importância da família, demonstra que ela não foi abandonada, que um dia o(a) emigrante retornará, por isso, também, além de obrigação de enviar, há, reciprocamente, responsabilidade e parcimônia nos gastos para quem recebe. Nesse sentido, há uma rede familiar que também é constituída e que se propõe a assumir funções, que, muitas vezes, é fortalecida pela situação de imigrante (PERROUD, 2007). Ou seja, uma espécie de família alargada constituída em grande parte pelos parentes que, frente a uma situação de necessidade e de remuneração, lança mão de práticas solidárias, hospitalidade e de possibilidade de ganhos, pois, como nos disse uma imigrante na Itália, que diz sustentar a mãe e uma irmã que se divorciou,

[...] eles acham que aqui tá o dinheiro, que temos a obrigação de auxiliar”; um outro imigrante retornando enfatizou, em conversa informal, que “quando recebia uma ligação da [nome da pessoa] era sempre para pedir dinheiro; foi até que cansei. A separação veio por causa disso. Eu servia só para mandar dinheiro. Achava que eu lá nadava no dinheiro. Esse povo não sabe como é a vida aqui (Imigrante brasileira, há quatro anos entre Itália e Áustria, oriunda de Joaçaba; atualmente trabalha em casa de família como cuidadora de idosos).

O retorno pode revelar certa consciência de nacionalidade, pertencimento a um espaço, a uma família no interior dos cenários de origem, ou seja, expressão de que se tem vínculos e “é para alguém que se trabalha, para os filhos”, como revela um brasileiro entrevistado na Itália. É uma oportunidade para fazer ver que o fato de ter abandonado o grupo e a família, não foi feito unicamente por total vontade própria e, sim, pelas condições objetivas de oportunidades econômicas abertas externamente e dificultadas internamente (no local). É um ato que objetiva compensação e mudança de vida para si (quem emigra) e para outros que assumem responsabilidades que deveriam ser suas.

Racionalidades do retorno: planejamento, experiência migratória e crises

Imigrantes entrevistados disseram que, ao partirem para a Itália, já projetaram seu retorno ainda que de uma forma simbólica, compensadora e/ou reparadora: “*para pouco tempo*”; “*dois, três anos*”, mas, na realidade, “*sabia que ia ficar mais, assim acomodei a mulher e a filha, ah, e a sogra*”. Como já falamos, vários responderam que, em razão da crise no Brasil, estão pensando em retornar para a Itália. “*Fugimos das crises; lá [Itália] dizem que está um pouco melhor; já tive convites para voltar no trabalho que estava*”. Vimos também que o tempo de permanência como retornado também varia em razão de uma multiplicidade de fatores que vão além das decisões individuais e das projeções e promessas *a priori* feitas, da legislação nos países de destino (que também se altera), comumente em detrimento aos imigrantes, da remuneração atual e da possível no Brasil, do reagrupamento familiar, da obtenção da dupla-cidadania e de relações afetivas que se constituem em ambos os lugares.

Do total de entrevistados (31 retornados), nove responderam que já estão há mais de três anos no Brasil, 14 há menos de dois anos, quatro estão há aproximadamente dois anos, e, quatro, há menos de um ano. Os que disseram com mais convicção que pretendem retornar, em geral, são os que estão há menos de dois anos no espaço de origem. Talvez esse processo tenha correlação com a crise econômica no Brasil e a dificuldade de encontrar empregos e/ou de investir ou empreender em algum setor. Os que estão há mais tempo, já conseguiram se reinserir em processos produtivos variados; porém, ouvimos reclamações em torno dos ganhos financeiros auferidos e que isso poderá fazer alterar a situação de retorno definitivo. Dinâmicas estão em processos, múltiplos caminhos são desenhados e protagonizados por imigrantes, retornados e os não imigrantes em razão também de fatores variados e contingenciais.

Nesse sentido, imigrantes refletem e reavaliam sua qualidade de vida, projetam um sonho de melhor viver ao retornar ou incorporam

melhores condições de vida no espaço hospedeiro (aumento do consumo, melhor habitação, aquisição de automóveis, motos, turismo, lazer etc.), alguns até optam por trabalhar menos, principalmente os que estão há mais tempo na Itália. Eles suprem a nostalgia e os problemas advindos da distância através de esferas de consumo; passam a ressignificar ambos os países, valorizar dimensões até então pouco visíveis e sentidas (RAMOS, 2003). Alguns nos diziam que, com o tempo, aumenta a saudade e a vontade de retornar; contudo, o círculo de relações fica muito em correspondência com as dinâmicas que envolvem a família, “por ela, eu voltaria, mas e aquela vida lá, trabalhar onde lá?”. Outros nos disseram que, depois do primeiro retorno deliberado para visitar seus familiares, o cenário migratório fica melhor, “*ai é que tu vêes que estávamos bem lá*”, disse-nos um retornado de Nova Prata/RS.

“Difícil se acostumar”: transitoriedades, adaptações e ausências

Em teoria, o retorno expressa um movimento de emigrantes de volta aos seus territórios de origem para se (re)fixarem. Esse (re)fixarem revela muitas nuances. Entrevistados informam que “*estranharam muito as coisas aqui no Brasil*” e, em particular, no local de origem. Já vimos que não é incomum o estranhamento ou o fato de se sentir estrangeiro muito mais em seu local de retorno. O local é, em grande parte, o mesmo, mas o tempo não o é mais, visto que as coisas e as pessoas desse local alteraram-se junto com o tempo.

Sayad (2000) insiste no fato de que, por mais que haja intensos processos de integração social na sociedade de destino, o imigrante terá dificuldade de se sentir como um do lugar; o seu pertencimento e o seu vínculo estarão sempre em outro ambiente. E o retorno, no fundo, em grande parte das situações, é visto como compensação (PERROUD, 2007; DURAND, 2006), mas também carregar algumas exigências para “*não virar chacota*” (conforme citação a seguir), induzir ou desmotivar novas saídas, visualizar o progressismo e diferenciações

sociais como seu fruto (formato de casas, comércios, produções variadas). Uma das entrevistadas revela esse processo que se reproduz em várias narrativas que obtivemos em locais de saída.

Não adianta, eles saem, e, daqui muitos fizeram isso. Mas, se tu vais, ver retornam, ou mais hoje, ou mais amanhã, para cá mesmo. Quem foi pra Áustria há mais tempo, muitos ficaram lá. Montaram negócio e hoje levam gente daqui com trabalho seguro. [...]. Tem muito disso aqui na cidade [Treze Tílias]. Meu vizinho foi com toda a família nesses dias. Nessa rua tem no mínimo seis casas, só nessa quadra, de gente que montou isso por causa dos imigrantes; constroem aqui, sempre tem construção e apuram para que, quando voltam no final do ano, esteja pronta. Casas novas com mobília de primeira. Tu vê, as piores casas são dos que não saíram, dos que resistiram em ficar por um motivo ou outro. [...]. Vão, mas voltam. Só que têm que voltar com o dinheiro, né? Senão, vira chacota no bairro” (Esposa de imigrante, que reside em Treze Tílias. Seu esposo ficou por mais de cinco anos entre a Itália e a Áustria. Agora está de volta e montou um grande aviário em sua pequena propriedade rural).

A adaptação e a ausência de um e de outro (do imigrante e de seus familiares) em razão da emigração, acabam marcando e impactando nos sujeitos e nos locais. A distância sentida como imigrante pode ser tão intensa e problemática como a que pode ser produzida na situação de retornado (DURAND, 2006; ASSIS; CAMPOS, 2009). A palavra “acostumar” foi o que mais ouvimos nas narrativas em locais de retorno. “*Tentei me acostumar*”; “*passei por tantas coisas, vou me acostumando*”; “*difícil de acostumar de novo*”; “*é o ritmo das coisas daqui, não acontece nada, tudo parece que anda devagar. [...]; parece que falta alguma coisa, que não se está mais preparada para viver aqui. Vi lá [na Itália] que me diziam isso os que retornavam e eu achando que estavam loucos, agora eu vi. [...]. Não tem como se acostumar mais aqui*”. (Fragmentos de narrativa de imigrante retornado para Pato Branco).

O emigrante retornado se vê envolto em profundos elementos simbólicos e seus múltiplos

significativos que vão desde as aprovações/reprovações, sentimentos de inveja e de diferenciação, esbanjamentos nos gastos supérfluos (DIAS, 2000; SIQUEIRA, 2006). Na realidade, o emigrante retornado torna-se o centro de atenções e das avaliações do/no cenário do reencontro (DURAND, 2006). Ao que nos pareceu nas entrevistas, a dimensão da mudança, do diferente, do “*não ser o mesmo*”, é lugar comum. “*Não gosto muito de falar que achei tudo diferente porque vão dizer que só eu sou perfeito, que voltei de peito estufado, mas é tudo muito estranho, parece que o mundo aquele da gente não é o mesmo*”. Imigrantes enfatizam a dificuldade ligar os dois mundos e promover reencontros. “[...], por incrível que pareça, pensei várias vezes em retornar de novo. Pensei em ir para os Estados Unidos, não o fiz porque voltei para o magistério, tenho de cuidar melhor da filha adolescente”. Podemos perceber que se instala uma descontinuidade entre as pessoas que ficaram e as que partiram. Os fragmentos das narrativas anteriores expõem isso.

A mudança de ambiente produz novas experiências, singulares situações, propiciando reavaliação das anteriores (RAMOS, 2003; DIAS, 2000). Muitas mulheres, no espaço migratório, nos disseram que reavaliam e vivem questionando seus papéis anteriores e quando retornarem, se assim o fizerem, “*muita coisa vai ser diferente*”. Narrativas colhidas de brasileiras entrevistadas na Itália enfatizam a questão das mudanças de papéis de gênero, de novas exigências que recaem para elas, em particular, o envio de dinheiro para quem ficou e que incorporou vínculos de obrigação moral. Elas concebem que mudaram muito com a identidade de imigrante. Entendem que as sociedades são diferentes, suas histórias e formações são específicas e particulares, mas que as condições objetivas e concretas da vida imprimem diferentes exigências e responsabilidades. Porém, como uma entrevistada nos disse que: “[...] não adianta a gente mudar, se eles [de sua família e na comunidade a que pertence] aqui não mudam; dá briga, fica um ambiente pesado; eles deveriam pensar diferente, mas acho que teriam de passar pelo que eu passei fora. Teriam de (e)migrar também”.

Afetividades, obrigações e racionalidades econômicas passam pelo crivo das decisões

subjetivas. A narrativa a seguir revela certo conflito entre desejos de acumular capitais individuais e as obrigações familiares:

Você sabe que aumenta a obrigação com os que ficam. Muitos dos que ficam querem e contam só com o dinheiro que mandamos. Criamos em nós e nos outros a obrigação de mandar dinheiro. Não é por nada, mas conheço vários que estão comigo em Verona há mais tempo do que eu e não arrumaram nada ainda [não acumularam capitais], o que ganham é para o consumo da família. Eu penso que se estou aqui é para ajeitar minha vida. Tenho que agir nesse sentido. (Imigrante brasileiro, há cinco anos na Itália, trabalha como auxiliar de carpinteiro em Verona, oriundo de Cascavel/PR).

Para muitos, o retorno se torna uma obsessão e organizam relações e situações em razão disso. Não há dúvida que fatores culturais e sociais precisam ganhar centralidade nas análises das migrações internacionais e, em particular, quando da análise dos retornos. Optar por um retorno a um lugar distante do de origem pode ocorrer. Soubemos de retornados em de Pato Branco e em Dois Vizinhos que foram à Curitiba, de Nova Prata foram à Porto Alegre, dentre outros; porém, não é a regra, ou melhor, não foi o que observamos com grande expressão.

“Retorno do filho próspero”: custos e benefícios do retorno

Entendemos que imigrantes buscam, em geral, ganhos financeiros e capital humano; os ganhos podem até compensar os custos e sacrifícios; porém, enfatizamos que, tanto emigrar quanto retornar são situações multidimensionais. Retornar com dinheiro no bolso e progredir economicamente é, aos olhos de todos os que ficaram e aos próprios, possibilidade de poder dar um sentido à emigração, à própria ausência (DURAND, 2006; ASSIS; CAMPOS, 2009). Há necessidade do registro do reconhecimento e testemunho de quem ficou; para isso, é bom demonstrá-lo e publicizá-lo mediante aquisição e/ou construção de casa (é o mais comum,

pois é imóvel, visível, identificável, quantifica publicamente o valor), de carros, de terra, de montagem de pequenos negócios e serviços.

O capital social adquirido no espaço de origem e as relações pessoais conservadas com o país são também estratégias que se vinculam com o retorno e as migrações no interior do país de origem, inclusive, com o tempo definitivo ou não do retornado. Investimentos posteriores ao retorno poderão acontecer com mais intensidade fora do local de origem, mas antes é necessária a presença nesse. Nessa questão, também fazem parte os cálculos de custos e benefícios, dos rendimentos que não crescem com a mesma intensidade de tempos anteriores.

A satisfação do retorno para alguns pode ser incorporação do desejo de outros em seguir seus passos. Desse modo, as mobilidades vão ganhando dinamismo, os espaços vão sendo recompostos e o local de origem e o de destino passam a ganhar conotações diferentes (ASSIS; CAMPOS, 2009). Para uns não serve mais, para outros é o ideal; para uns é exclusão, para outros é inclusão. A insatisfação que uns tiveram anos antes com o local de origem, torna-se o sonho e projeto de vida e de investimentos agora. Espaços deixados vazios por uns poderão ser preenchidos por outros em ambos os locais. Algumas famílias são recompostas com presença e outras redefinidas com ausências. A terra de origem é o espaço idealizado para voltar (ASSIS; CAMPOS, 2009; SAYAD, 2000); ou seja, ganha sentido a territorialidade vivida, talvez não de uma forma romântica, mas econômico-afetiva. *“Eu quis voltar. Na verdade, sempre pensei em investir aqui onde tenho os conhecidos, já tenho os freguêses”,* disse-nos uma cabeleireira em Dois Vizinhos/PR que visitamos em seu espaço de trabalho, a qual esteve por cinco anos entre Itália, Áustria e Inglaterra. Para ela, o local de origem tornou-se um espaço funcional, pois é nele que *“já possuía freguês”,* passou a fazer parte do seu projeto de vida. Diz ela que aprendeu o ofício na Itália, e isso lhe dá certo capital social e saber *“para melhor desempenhar aqui e atrair freguês que quer saber como é a vida lá”.*

O retorno idealizado é aquele que se realiza com *“muito dinheiro no bolso”,* para *“viver*

bem aqui” onde partiu. Esse processo conforma e confirma o sucesso da saída (AMBROSINI; BERTI, 2009). Entretanto, um entrevistado enfatizou que “não adianta você voltar com dinheiro se não souber aplicar; ele se some logo” [...]. A sede de investir, de aplicar o dinheiro em alguma coisa, para render logo, já fez gente que voltou cheio de dinheiro para cá e fez retornar de novo em situação pior do que quando foi antes” (Imigrante brasileiro, na Itália há 3 anos, oriundo de Água Doce; trabalha na construção civil). Há relatos de emigrantes que retornaram prósperos e ficaram mais empobrecidos que antes de partir em pouco tempo – “[...] se tu não sabes administrar ou escolher certo onde investir, o que levou quatro ou cinco anos para ganhar, tu detonas em quatro cinco mês”.

Vimos que o êxito do retornado induz emigrações de outros do local de origem, pois demonstram a possibilidade de ganhar dinheiro como imigrante. Alguns brasileiros retornaram para o espaço de origem quando conseguiram documentos de permanência ou dupla-cidadania, pois isso lhes permite voltar à Itália quando convier e/ou necessitarem. Nesse sentido, a documentação possui uma dimensão prática de entrada e saída, permite gerenciar melhor a vida nos dois locais, inclusive negócios/investimentos e vida afetivo/familiar. Um entrevistado do município de Água Doce disse-nos que a dupla cidadania faz dele “[...] um cara de dois mundos; me permite ir à Itália quando tem mais trabalho lá [na confecção de parreirais], e volto no período da safra aqui”. O entrevistado é um imigrante retornado e que comprou um caminhão para puxar soja e milho em período de safra. Na Itália, ele montava empresa de prestação de serviços para viticultores.

“O ir e vir de muitos”: presenças e ausências

Entrevistamos dois irmãos na cidade de Joaçaba/SC, os quais possuem restaurantes no referido lugar; ambos emigraram várias vezes para a Itália e para a Áustria:

[...], foram mais de 15 anos, indo e voltando, até a gente ir se organizando

de vez aqui. Nesse lugar a gente conhece, aqui está o nosso povo. Mas o bicho pegou várias vezes. Lembro nas primeiras vezes que retornei e, ele [irmão] também, não tinha como se acostumar aqui. Tudo parecia diferente e, eu querendo botar restaurante. Ficava difícil daí, né. Isso só foi possível depois de muito tempo, muito ralar lá na Itália, voltar pra cá, juntar dinheiro lá e investir aqui. (Entrevista em conjunto com dois irmãos retornados na cidade de Joaçaba/SC; ambos possuem restaurantes no município; residiram por vários anos na Itália e trabalharam em restaurantes e na agricultura).

Segundo os entrevistados, o retorno pode vir acompanhado por uma forte dose de ilusão nostálgica, que, em pouco tempo, transforma-se em desilusão. Já vimos que voltar com dinheiro no bolso e progredir economicamente é, aos olhos de todos os que ficam e aos próprios, possibilidade de poder dar um sentido à emigração, à própria ausência, de mostrar que o ato de sair não foi privo de resultados e de significados; é o reconhecimento testemunhado do grupo, assim como a construção de uma casa no lugar de origem recorda a ausência, a nega e a atesta ao mesmo tempo. Por isso que o ato de retornar é, também, alimentado por outras dimensões que não a econômica, elementos simbólicos inseridos nos campos culturais e sociais são importantes nesse sentido (CASSARINO, 2013). Insistimos na ideia de que o retorno ao local de origem é uma ação também de ordem moral, como obrigação; é uma experiência que integra e faz parte da vida do migrante; aliás, ele apenas continua sendo migrante se mantiver contatos e presenças com o local de origem; é um sentimento de pertença e de lealdade ao território que marca sua presença e identificação (ASSIS; CAMPOS, 2009; DURAND, 2006).

O retorno definitivo e a ruptura dessa intenção com a volta novamente para a Itália exercem também uma propaganda negativa da situação no Brasil para os que já estão fora, fazendo com que muitos repensem seu desejo de retornar ao país em um curto intervalo de tempo. Vimos em pesquisa de campo em Santa Catarina e no Paraná, muito mais do que no Rio Grande do Sul, a “facilidade com que o pessoal vai e vem”; muitos adotam a estratégia

de voltar ao país de imigração em períodos sazonais (colheita da uva com máquina, em período de forte trabalho de restauração de prédios e casas, em particular na região do Lago de Garda em período invernal, pois nessa estação os turistas saem das casas e os proprietários fazem reparos). O período pode variar em razão de atividades, remunerações e negócios e/ou atividades no local de origem. Na realidade, são racionalizações e estratégias que permitem que emigrados consigam aliar negócios e famílias, entre presenças e ausências em ambos os locais, manter vínculos que possam ser acionados em alguns períodos, tanto no campo financeiro, quanto na demanda por trabalhadores em determinados setores (SIQUEIRA, 2009). A narrativa de um interlocutor de Luzerna/SC é revelador desse *pendularismo*:

Fui três vezes e voltei, mas acho que vou de volta ainda [paá Itália]. Aqui é bom, mas tem coisa braba, até pior do que tem lá. Se lá te tratam mal. Aqui tem perigo, o que se ganha, se torra tudo. Cidade pequena, tu sabes, gira pouco dinheiro. Tu não podes arriscar fazer investimento. Acho que vou em período de colher a uva, fico lá uns quatro meses, trago uma boa grana e fico o resto aqui. Tem muito fazendo isso por aqui; os que têm filhos e esposas tão fazendo isso, mas muitas

mulheres também. Essas vão em período de turismo, no verão deles para cuidar de idosos [...]; mas tu tens que estar bem amparado lá, fazer um bom cartaz para poder voltar sempre [...]. Tu sabes que o bicho pega para os dois lados. Aqui não ta bom, mas nem lá. Então, a gente vai jogando e vendo o que ta melhor” [O interlocutor investiu na compra de um caminhão transporta cereais para uma empresa do Oeste de Santa Catarina]. (Imigrante retornado; reside na cidade de Luzerna/SC).

Essa possibilidade tende a se firmar e produzir desejos de permanência por mais tempo no país, pois faz com que indivíduos passem a redefinir algumas relações que os mantinham ao seu local de origem, produzir outras internamente com os recursos e as estratégias produzidas por eles e/ou adaptadas às já existentes (DIAS, 2000). É bom que se diga, também, que esses vínculos não são ausentes de conflitos, fator esse que pode também alterar os quadros de permanência. “Agora ele quis ir à Itália; lá é trabalhar e mandar dinheiro. Aqui tem de trabalhar também, mas o ganho é pouco; ele se desconformou. [...] Depois de sete anos fora, não se acostuma mais aqui e quer trabalhar ainda mais um tempo fora e depois vai ver”. (Esposa de imigrante, meio rural do município de Água Doce/SC).

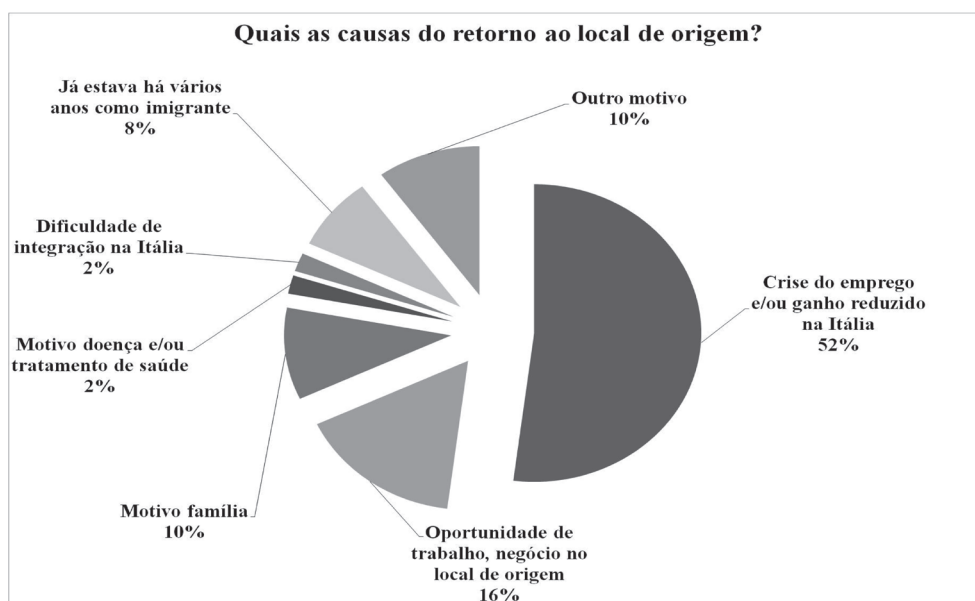


Gráfico 1 – Causas do retorno ao local de origem

Fonte: Pesquisa de campo.

Imigrantes dizem estar mais capacitados ao retornarem; porém, a grande maioria não retorna para atividades que exerciam antes de emigrar; também não exercerão o que faziam na Itália. Precisam reinventarem-se. Das 31 pessoas que indagamos, de uma forma mais estruturada, essas questões, 16 delas responderam que atuam em atividades diferentes, seis em setores que se aproximam (uma cabelereira, na Itália, durante um

breve período, exercia essa atividade; um homem, no setor metalúrgico trabalhava como soldador); cinco informaram que sim, ou seja, no setor da construção civil nos dois espaços; entretanto, dois, no local de origem montaram empresas e possuem funcionários; três nas atividades agrícolas ligadas à cultura da uva/vinho; uma não exerce mais atividade dependente, pois se aposentou.

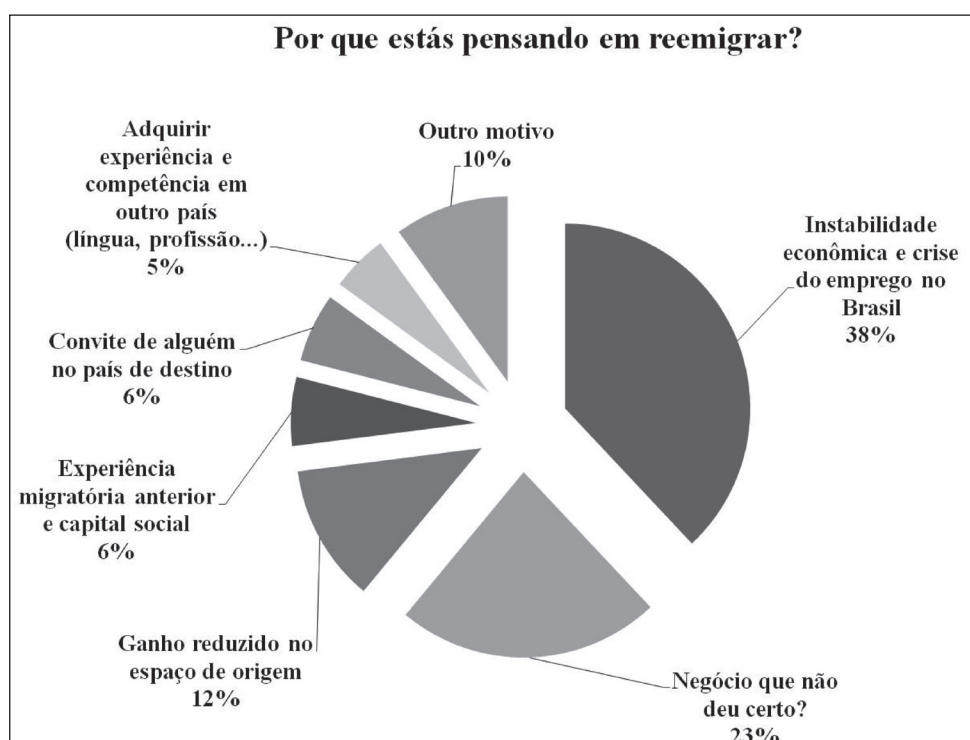


Gráfico 2 – Intenções da reemigração

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando imigrantes retornam novamente ao país de imigração, redefine-se a representação do mito do retorno às origens étnicas (ASSIS; CAMPOS, 2009); a lógica é outra, é a da maximização e racionalização. Nesse sentido, os vínculos culturais são ressignificados. Um imigrante disse que o retorno para ele foi uma nova emigração; “voltei com outra cabeça, e fiquei meio estranho aqui”; disse-nos uma imigrante em Verona, “estou aqui pra ganhar dinheiro”; não se idealiza mais a Itália como pátria-mãe, processo esse que faz reconstruir a identidade e “passar por experiências de ida e de volta”. As (con) vivências em espaços e as (situ)ações concretas vividas em ambos podem produzir representações

que se alteram no decorrer do tempo (CUNHA, 2000).

Imigrantes retornados dizem sentir falta “do ritmo da vida na Itália”. Como imigrantes acabaram perdendo “[...] o ritmo de vida daqui; a gente se sente meio estranho, parece que falta alguma coisa, parece que não se está mais preparado pra viver aqui, é incrível, nem eu acreditava nisso” (retornado que reside em Luzerna/SC).

Essas reemigrações fazem parte “de quem já começou; eu to convencida que é só começar”. Segundo Sayad (1999, p. 46), esse processo “[...], deixa as pessoas mais independentes e com desejo de sempre tomar decisões, e uma dessas decisões é

emigrar sempre”. Acreditamos que são produzidos confrontos de expectativas entre ambos os espaços, de origem e chegada. O difícil mesmo, como um retornado nos disse, é restabelecer tempos que ao passado pertencia, “*é fazer voltar e ver o que não vi; não vi os filhos crescerem; meu tio que me criou morreu e não pude ir ao enterro. É tanta coisa que não vi e queria lá para ver*”. Lacunas entre tempos se formam e experiências são reinterpretadas e perspectivas alteradas.

Considerações finais

Vimos que é difícil interpretar as ambivalências e múltiplas diversidades do ato de emigrar e retornar, permanecer e/ou reemigrar se não tivermos em mente processos subjetivos e do contexto temporal vivido pelos imigrantes. Afetividades, saudade, família, os amigos, as redes no país hospedeiro e no espaço de origem, desemprego, ganhos, doenças, obrigações etc. vão se constituindo e produzindo alterações e decisões.

Percebemos que a realidade é dinâmica, ou seja, se permanecer no país de destino não há garantia de tempo, o tempo do retorno também não há e, a volta ao local de origem também pode não ser definitiva. Há um conjunto amplo de fatores em que, para alguns momentos, poderão ser dadas prioridades que, em outros não são mais centrais. Porém, não há dúvida de que a dimensão econômica (trabalho, ganhos, investimentos, empreendedorismo, sustento da família etc.) passam a ser centrais. São aspectos que dão a identidade de emigrante, que justificam e legitimam em boa parte a ação de emigrar.

Insistimos no fato de que precisamos ver as motivações econômicas e não econômicas do retorno, que o retorno pode ser uma etapa do ciclo migratório e, não o fim. Vimos que a dupla cidadania tem favorecido isso (esse vai-e-vem-vai...); que há múltiplas etapas na construção do retorno; ele pode ser influenciado pelo que originou a saída, bem como pela duração da permanência no exterior e, sem dúvida, pelas situações e experiências que ele ocorre.

Vimos na pesquisa de campo que há dificuldade de readaptação/ambientação do

emigrante retornado em razão de remunerações baixas, expectativas frustrantes em termos das condições de vida e de possibilidades de empreender com os recursos já adquiridos pela emigração anterior. Muitos pensam e lançam mão de relações que os permitem reemigrar. Essa é também condicionada por múltiplos fatores, talvez, muito próximos aos que promoveram a saída anterior. Nesse sentido, nenhuma das ações torna-se definitiva, nem totalmente *a priori* definida.

Enfim, há um conjunto amplo e variado de situações, justificativas, explicações, racionalizações que acabam criando realidades de retorno, de volta ao país que emigrou antes, ou a outro. As situações são complexas, tornando-se difícil *encaixá-las* e agrupá-las em torno de algumas tipificações e/ou fazer generalizações. As situações específicas revelam diferenciações, vínculos, integrações, sofrimentos, enfrentamentos, racionalizações e decisões contemporaneizadas por múltiplas causalidades, o que demonstra que os migrantes passam a ser sujeitos de relações, interações e que são constantemente desafiados a tomar decisões entre partir e retornar. Há protagonismos, racionalizações movidas pelas duplas ausências e presenças ao mesmo tempo. Uns vão e outros voltam, muitos dos que voltaram, vão de novo, outros não retornam mais a ser emigrantes; porém, permitem a saída de outros membros da família. Assim, as realidades vão se alimentando por múltiplos fatores e heterogeneidades.

Notas

1 A pesquisa foi financiada pela Università di Verona, Dipartimento Culture e Civiltà, Fondi Cooperint – Cooperazione allo Sviluppo – anno 2017, a qual agradecemos muito pela concessão de bolsa, visto que nos permitiu fazer pesquisa de campo e atualizar bibliografias, bem como intercambiar questões com outros pesquisadores na Itália sobre o tema da imigração nos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

2 Tivemos a oportunidade de estudar sobre a imigração brasileira na Itália in loco em vários momentos nos últimos 12 doze anos por ocasião de dois estágios de pós-doc (2005 e 2011) nas Universidade de Verona e Milão respectivamente; foram três oportunidades de estágio de professor visitante na Universidade de Verona por meio do edital Cooperint – Cooperação Internacional

– a última oportunidade foi entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018. Portanto, construímos um lastro amplo de relações e interconhecimento com imigrantes brasileiros no referido país. Alguns dos estudos estão em: TEDESCO, J. C. **Imigração e integração cultural: interfaces**. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: UPF Editora/Edunisc, 2005; _____. Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009; _____. Entre Raízes e Rotas: identidades e culturas em movimento. Itajaí: Univali; Passo Fundo: UPF Editora, 2012.

3 Identificamos algumas questões relacionadas à emigração de brasileiros para a Áustria ou, então, retornados desse país, em razão de que muitos dos brasileiros que emigraram para a Itália, acabam indo também para a Áustria, ou vice-versa, principalmente os oriundos de alguns municípios do Oeste de Santa Catarina. O município de Treza Tílias é constituído, em grande parte, pela colonização austríaca, fato esse que promove muita saída de brasileiros para esse país, tanto do referido município, quanto de outros de seu entorno (Água Doce, Luzerna e Joaçaba), fruto de redes que se constituem entre migrantes. Desse modo, migrantes circulam pelos dois países, otimizam as possibilidades que as redes promovem para encontrar espaços alternativos de trabalho. Portanto, retornados podem ter migrado para os dois países.

4 Os entrevistados não serão identificados nominalmente no texto; optamos por informar apenas o local de origem, onde está no momento da entrevista, há quanto tempo está na Itália e onde trabalha.

5 Os “gemellagios” são acordos de cooperação, alimentados e justificados étnico-regional e historicamente entre dois espaços transnacionais (no caso, entre Brasil e Itália), em múltiplas áreas, com preponderância econômica (indústria, comércio, turismo, agricultura, cursos de profissionalização, espaço de trabalho para imigrantes brasileiros na Itália etc.), entre determinadas regiões da Itália (em geral, pequenos municípios) com alguns municípios do Brasil. Em nosso país, estão mais concentrados na região sul, com maior preponderância no Rio Grande do Sul; na Itália, os acordos concentram-se mais no norte/nordeste (Vêneto, Lombardia, Trento), regiões essas de maior fluxo de emigrantes para o sul do Brasil entre a segunda metade do século XIX até 1914. Ao que nos parece, vêm coroar esse processo histórico todo e imprimir novas ações e possibilidade em meio a outros processos associativos e de vínculos institucionais de caráter étnico de italianos do início do século XXI.

Referências

- AMBROSINI, Maurizio. **Un'altra globalizzazione**. La sfida delle migrazioni transnazionali. Bologna: Il Mulino, 2008.
- _____. Transnazionalismi e globalizzazione dal basso: questione teoriche e approfondimento empirici. In: AMBROSINI, Maurizio.; BERTI, Fabio. (a cura di). **Persone e migrazioni**. Milano: Franco Angeli, 2009, p. 21-42.
- _____. **Richiesti e respinti. L'immigrazione in Italia**. Come e perché. Milano: Il Saggiatore, 2010.
- AMBROSINI, Maurizio.; BERTI, Fabio. (a cura di). **Persone e migrazioni**. Milano: Franco Angeli, 2009.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Estar aqui... estar lá... Uma cartografia da vida entre dois lugares**. 1995. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 1995.
- _____.; CAMPOS, Emerson Cesar de. De volta para casa: a reconstrução de identidades e emigrantes retornados. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 22, p. 80-99, jul./dez. 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Dentro la globalizzazione**. Le conseguenze sulle persone. Roma-Bari: Laterza, 1999.
- _____. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BERTI, Fabio. Globalizzazione, migrazioni internazionali e cooperazione allo sviluppo. In: AMBROSINI, Maurizio.; BERTI, Fabio. (a cura di). **Persone e migrazioni**. Milano: Franco Angeli, 2009. p. 44-64.
- CARITAS/MIGRANTES. **Dossier statistico 2011**. Roma: Idos Edizioni, 2011.
- CASSARINO, Jean-Pierre. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. **REHMU**, Brasília, ano XXI, n. 41, p. 21-54, jul./dez. 2013.
- FONDAZIONE IDOS. **Dossier Statistico Immigrazione 2017**. Roma: Idos, 2017.
- CUNHA, Aparecido Soares. Migração de retorno

- num contexto de crises, mudanças e novos desafios. **Anais do Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Caxambu, MG, 2000.
- DECIMO, Francesca. **Quando emigrano le donne**. Bologna: Il Mulino, 2005.
- DIAS, Juliana Braz. A volta do filho próspero: emigrantes cabo-verdianos retornados e seus familiares. In: TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). **Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 56-73.
- DURAND, Jorge. Los inmigrantes también emigran: la migración de retorno como corolario del proceso. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XIV, n. 26/27, p. 167-189, 2006.
- HERRERA, Gomez.; CARILLO, Massimo, Carmassi. Trasformazioni familiari nell'esperienza migratoria ecuatoriana. Uno sguardo dal contexto di partenza. **Rivista Mondi Migranti**, Milano, n. 3, p. 63-83, 2010.
- MARTES, Ana Cristina Braga; SOARES, Weber. Remessas de recursos dos imigrantes. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 41-54, maio/ago. 2006.
- PERROUD, Mélanie. Migration retour ou migration detour? Diversité des parcours migratoires des brésiliens d'ascendance japonaise. **Remi – Revue Européenne des Migrations Internationales**, Paris, v. 23, n. 1, p. 49-70, 2007.
- RAMOS, Silvana Pirillo. **Hospitalidade e migrações internacionais**. O bem receber e o ser bem recebido. São Paulo: Aleph, 2003.
- SACCO, Giuseppe. Italia addio. Démographie et immigration. **Revue Française de Géopolitique**. Paris: Sorbonne, n. 17, p. 113-143, 2007.
- SAYAD, Abdelmalek. **La Double absence**. Paris: Ed. Du Seuil, 1999
- _____. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Revista Travessias**, v. 13, n. especial, p. 7-32, jan. 2000.
- SIQUEIRA, Sueli. **Migrantes e empreendedores na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno**. 2006. 201 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- _____. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil/Estados Unidos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- SOARES, Weber. Da associação entre os retornados internacionais e os intermediários da rede migratória valadarense. **REMHU**, São Paulo, n. 32, ano XVII, p. 47-59, 2009.
- ZINCONE, Giovanna. **Familismo legale**. Come (non) diventare italiani. Roma-Bari: Laterza, 2006.

Memórias de migração na Amazônia: um estudo a partir das narrativas orais dos sujeitos no território da Transxingu

Memories of migration in the Amazon: a study from the narratives subjects in the territory of Transxingu

Francivaldo José da Conceição Mendes*

César Martins de Souza**

José Queiroz de Miranda Neto***

Palavras-chave:
Território.
Transamazônica
Migração

Resumo: Esta pesquisa busca compreender quais motivos desencadearam os processos migratórios a partir da década de 1970 com destino ao território da Transxingu, uma área situada no interfluxo entre o rio Xingu e a rodovia Transamazônica que, ao longo da história, materializou as práticas sociais de diferentes sujeitos. Para isso, foram analisadas as narrativas orais de alguns desses migrantes na tentativa de compreender que tipo de relações materiais e simbólicas estes estabeleceram nesta área. No contexto desse trabalho, o conceito de território foi considerado de modo a situar o sujeito no novo espaço sem desconsiderar seu antigo território.

Keywords:
Territory
Transamazônica
Migration

Abstract: This paper tries to find out some reasons why migratory processes from the 1970s to the territory of Transxingu were launched, Transxingu is the area located between the Xingu river region and the Transamazônica road that, throughout history, materialized the social practices of different migrants. In order to do it, we analyzed oral narratives of some migrants in an attempt to better understand what kind of material and symbolic relationships they have established in this area. In the context of this paper, the concept of territory was considered in order to situate the individuals in the new space without disregarding their old territory.

Recebido em 10 de abril de 2018. Aprovado em 13 de agosto de 2018.

Introdução

Neste trabalho, aborda-se a respeito das memórias de migração dos sujeitos que se deslocaram para o território da Transxingu a partir da década de 1970. A ideia principal é compreender, a partir das narrativas orais dos sujeitos, quais motivos fizeram deflagrar o processo migratório para esta área, buscando perceber a relação estabelecida tanto com o território de origem quanto com o de chegada. Utiliza-se, aqui, a denominação “Território da Transxingu” para designar uma área no interfluxo entre o rio Xingu e a rodovia Transamazônica (BR-230), que possui

componentes materiais e simbólicos construídos historicamente nas práticas sociais e no imaginário dos sujeitos que migraram para esta área. Ao se tratar da temática da migração e de seus diferentes sentidos, entende-se que há a necessidade em problematizar alguns conceitos como o de território o qual estará pautado, sobretudo, nas ideias de Haesbaert (2005).

Para Souza Martins (1982), os moradores do Nordeste e, em menor grau de outras regiões do país, foram amplamente encorajados pelo governo federal a se deslocarem para o território da “Transxingu”, na década de 1970, o que gerou profundas transformações, impactando a vida

* Mestrando em Linguagens e Saberes na Amazônia no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: francivaldo.edfisica@gmail.com

** Doutor e Pós-Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. (UFF) Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia e do Campus de Altamira, da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: cesar@ufpa.br.

*** Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mirandaneto@ufpa.br.

das populações da região, sobretudo indígenas e ribeirinhos. Na concepção de Velho (1995), a forma como foram organizados os deslocamentos de populações para a Amazônia, durante a ditadura, consolida um projeto mais amplo de capitalismo autoritário, que ignora as populações locais e pensa as terras como forma de gerar capital, ignorando-se práticas sociais nelas existentes.

No estudo de Souza (2014), o autor narra diversas histórias envolvendo os migrantes, sobretudo nordestinos, por meio das quais são retratadas as adversidades de infraestrutura encontradas, a precariedade das políticas públicas para a região. Paralelamente a isso, coexistia no discurso institucional do governo militar que essa área deveria ser ocupada e colonizada. Por essa razão, entende-se a necessidade de encontrar, mais de 40 anos após o início desse processo, tanto as marcas da colonização deixadas na memória do migrante pioneiro como as formas pelas quais esse sujeito ficou envolto em um novo laço de significados após a chegada ao novo território.

As narrativas dos sujeitos obtidas ao longo desse trabalho constituíram-se em uma estratégia metodológica privilegiada, uma vez que facilitou a compreensão das trajetórias desses migrantes. Esses sujeitos são oriundos de três regiões distintas do Brasil, tendo chegado à região da “Transxingu” a partir da década de 1970. As entrevistas abertas utilizadas nessa pesquisa possibilitaram entender de que forma tais sujeitos remetem aos territórios de origem e de chegada e, paralelamente, indicam como essas pessoas se relacionam como o novo território.

Neste trabalho, os sujeitos entrevistados serão identificados pelas iniciais dos respectivos nomes, a fim de que se preservem suas identidades. O primeiro, P.M.M., natural de Goioerê no estado do Paraná; o segundo O.S.R., natural de Vitória da Conquista, localizada no estado da Bahia; e a terceira F.C.M., natural de Ipixuna, situada no estado do Maranhão. Entende-se que existe uma relação muito próxima entre o sentir-se pertencente ao novo território e a existência da propriedade (e do usufruto) da terra, um elemento importante para o estabelecimento de raízes territoriais na “Transxingu”.

Ciclos econômicos e a dinâmica migratória no território da Transxingu

A dinâmica migratória na Amazônia é marcada por diferentes ciclos e ações político-econômicas que constantemente (re)definiram a organização social nessa região. Com atividade extrativa das drogas do sertão e, posteriormente, com a economia da borracha, a lógica do convencimento pela fé e das disputas militares é substituída pelo poder econômico e pelo domínio político dos coronéis (WEINSTEIN, 1993).

Para Santos (1980), entre o final do século XIX e meados do século XX, os seringalistas passaram a conduzir a vida econômica e social da região dos centros de exploração da borracha na Amazônia. Na lógica do sistema de aviamento¹, a região crescia economicamente, mas ao mesmo tempo via os trabalhadores serem colocados à margem do processo em uma condição de semiescravidão. Na primeira fase de expansão da economia da borracha (final do século XIX), uma das principais dificuldades foi a ausência de mão de obra. Nesse caso, duas alternativas foram postas em prática: a utilização do trabalho indígena e a importação de colonos do exterior, ambas sem sucesso (TEIXEIRA, 1980). A solução veio com a imigração nordestina, conforme aponta Santos (1980, p. 97) “o braço externo de sustentação da atividade extrativa e agrícola foi, por excelência, o nordestino”. Uma parte importante desses trabalhadores ocupou os vales do Xingu e passou a trabalhar na extração do látex, da castanha e de outros produtos secundários.

Souza e Serra Neto (2008) analisam como Altamira, em 1911, passou da condição de vila, pertencente a Souzel, para a condição de cidade emancipada, a partir do grande crescimento populacional e econômico, principalmente a partir da borracha. Entretanto, por volta de 1940, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do município reduziu em 30% em função da crise da borracha, implicando o fechamento de seringais falência das casas aviadoras. Após esse declínio, outras atividades se

desenvolveram nas proximidades do rio Xingu, como a chamada “febre da fantasia” de comércio de peles de animais, assim como a pecuária bovina, que em 1968 já representava mais de 30% do total da produção (BRASIL, 1970).

Foi, entretanto, a partir da década de 1970 que se verificou o verdadeiro *boom* do processo migratório para a área entre o Xingu e Transamazônica. A criação de instituições como Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia S/A (BASA) e a construção da rodovia Transamazônica, possibilitou um processo de colonização em larga escala a partir da criação do Programa Integrado de Colonização (PIC). Nesse novo contexto, a área situada entre o rio Xingu e a recém-criada rodovia Transamazônica (BR-230) se consolida como um verdadeiro ponto de interseção dos processos migratórios. Como aponta Becker (1990), a maior área ocupada se situava nas proximidades do município de Altamira, com 3.759.500 hectares, para onde se dirigiram mais de seis mil colonos. Tal processo teve consequências cruciais para o crescimento populacional na região, conforme aponta Miranda Neto (2016) a população da região passou de pouco mais de 59 mil para 186 mil habitantes, multiplicando-se em três vezes.

De acordo com Souza (2014), as políticas migratórias seguiram um ordenamento de política nacional na perspectiva de preenchimento de vazios demográficos. Essa concepção foi utilizada como justificativa pelo governo militar para incentivar o processo migratório. Paralelamente, o discurso oficial trazia à tona a necessidade de se promover a “conquista da Amazônia”, aliado ao que à época convencionou-se chamar de “integração nacional”.

Em relação à política nacional para a Amazônia, Miranda Neto (2016) destaca como fato relevante a política de implementação dos grandes projetos a partir da década de 1990 na região. Para este autor, tais projetos obedecem a

uma lógica transnacional subordinada ao grande capital econômico, tendo nos recursos naturais seus maiores expoentes. Em estudo recente, o autor cita o caso da construção da Hidrelétrica de Belo Monte como sendo o maior projeto de infraestrutura do começo do século XXI na Amazônia. Para o autor, projetos como estes fazem deflagrar incontáveis reflexos ambientais e sociais, um deles é o grande fluxo migratório induzido pela construção de obras desse porte. De acordo com o autor, uma parte importante dos migrantes que veio trabalhar em “Belo Monte” é originária do Nordeste do país, a exemplo do estado do Maranhão que, sozinho, oferta 19% da mão de obra para o projeto hidrelétrico (MIRANDA NETO, 2016). Os dados relacionados a Belo Monte, ainda que não estejam diretamente no escopo deste artigo, são inseridos aqui para que se possa refletir a respeito do caráter de “fronteira de expansão” (BECKER, 1990) que envolve o território da Transxingu.

A região em torno do rio Xingu, que, segundo o viajante naturalista Henri Coudreau (1977), experimentou um grande fluxo migratório e crescimento econômico com a exploração da borracha, no final do século XIX e depois se consolida no início do XX como centro produtor da goma elástica, vivencia um período de estagnação, após o declínio da exploração do látex na Amazônia. Esse quadro somente sofreu alteração significativa, com a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici (SOUZA, 2014).

Como podemos analisar a partir de Martins (1982), a construção da BR-230, na década de 1970, inaugura um momento em que as referências identitárias dos sujeitos da região, passaram a reunir como forte elemento de coesão, a presença do rio Xingu e da rodovia Transamazônica (BR-230), suscitando a existência de um território que não se restringe aos limites municipais: o território da Transxingu (Figura 1).

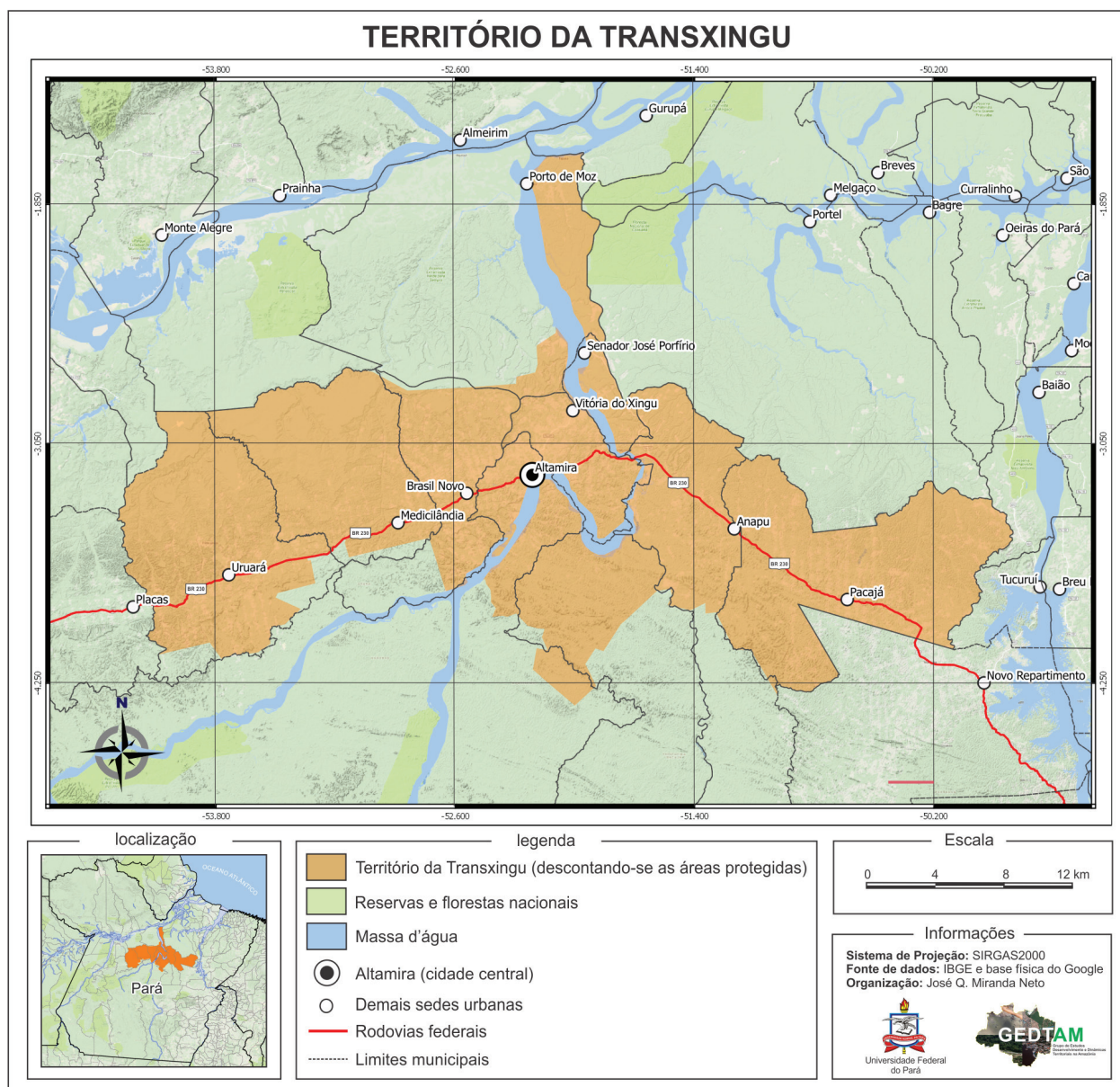


Figura 1: Território da Transxingu

Fonte: Miranda Neto (2018).

A área identificada pela Figura 1 demarca não apenas um espaço político, mas um território integrador de experiências econômicas, ambientais e simbólicas. Na perspectiva de compreender o processo migratório no território da Transxingu. Desse contexto, não se pode deixar de considerar a presença de um centro que articula várias cidades ao seu entorno. Este é o caso de Altamira, que desempenha papel estratégico na confluência da rodovia BR-230 e, também, ao rio Xingu. Na análise de Miranda Neto (2016), a cidade de Altamira desempenhou um papel centralizador do ponto de

vista da logística para que a usina Belo Monte se efetivasse.

Durante o período de construção da obra, a cidade passou por visíveis alterações. Miranda Neto e Herrera (2016) apontam para a constante mudança demográfica pela qual passa a cidade de Altamira. Neste estudo, afirmam que a cidade saiu de uma população de 75 mil para algo em torno de 120 mil habitantes apenas no seu perímetro urbano (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Os dados trazidos ao debate reforçam esse quadro histórico de migração que acompanha a área

ao longo da Transamazônica, com ênfase na cidade de Altamira. Pode-se perceber que a dinâmica de ocupação dessa região obedece a períodos que quase sempre coincidem com a implementação de grandes obras. Foi assim ainda no século XIX com a exploração da borracha e em meados do século XX, fruto de uma política nacional desenvolvimentista, com a abertura da rodovia transamazônica e, atualmente, com a construção de hidrelétricas e projetos de extração de minérios, ampliando-se a presença de migrantes nessa região.

Conforme já foi mencionado, em 2017 é estimada para a cidade de Altamira uma população

de 111.435 habitantes. Além disso, é importante observar o gráfico da Figura 2, pois este evidencia o surto demográfico pós-1970, período da abertura da rodovia Transamazônica. É válido frisar que, à exceção dos anos anteriores a 1970, a maior parte da população encontrava-se na área urbana da cidade, o que confirma seu papel articulador e de polo na prestação de serviços aos demais municípios da região. Em 2010, observou-se que das 98 mil pessoas residentes no município mais de 80 mil encontravam-se no perímetro urbano da cidade.

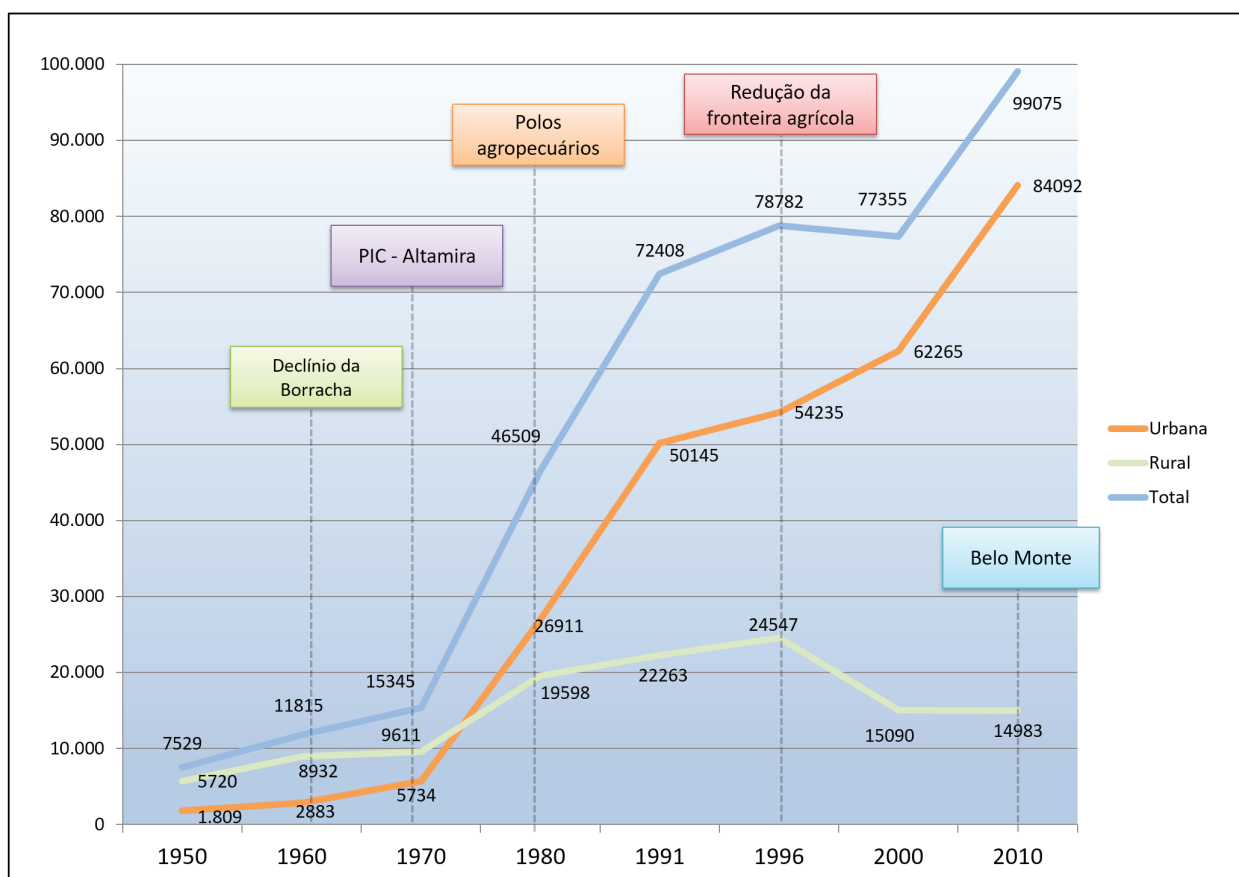


Figura 2: Evolução da população urbana, rural e total do município de Altamira

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Tendo em vista a definição do território em estudo e das condições estruturais ligadas ao processo migratório para esta área, parte-se

agora para a composição do marco analítico necessário para a análise, conforme se verá a seguir.

Dos processos migratórios à constituição de novos territórios

Em que pesem as discussões acerca da migração, os estudos de Sayad (1998) podem vir a se constituir em um relevante referencial teórico para compreender os processos investigados nesse estudo. Nos estudos desse autor, algumas características evidenciam os principais motivos que levam as pessoas a migrarem, indo desde eventos naturais até ações no campo político-econômico.

No caso dos migrantes ouvidos nesse trabalho, os motivos de terem saído dos seus espaços são variados, mas em comum tem-se o fato de procurarem terra para cultivarem e se estabelecerem em outro território. É importante mencionar esse aspecto do território, pois exige muito desses sujeitos que, a rigor, enfrentaram desafios de ordem multifatorial no novo espaço.

Na tentativa de relacionar os processos migratórios com a perspectiva da territorialidade os estudos Haesbaert (2005) podem indicar uma boa articulação. Para esse autor, a dimensão do território não é somente física, mas também simbólica e demarcadora de identidades. Assim, território e migração implicam, a depender do tempo-espaço, variadas conotações, uma vez que assumem diversos sentidos para quem o exerce.

Em linhas gerais, no caso da colonização da transamazônica, podem-se notar duas formas de inserção das pessoas no território. A primeira, induzida pelo governo, com fomento e uma razoável assistência. A segunda, diz respeito a um processo relativamente independente. Nos dois momentos, os sujeitos que migraram para o território possuíam características elementares que os diferenciava, quer seja pela motivação do processo migratório, quer seja pelo espaço que passou a ocupar no novo cenário.

Para Haesbaert (2005), é preciso distinguir a desterritorialização dos “dominantes” e de outros grupos. Para exemplificar, o autor cita no caso de um migrante nigeriano sem posses e a de um executivo. Embora ambos estejam na condição de migrantes, uma diferença social significativa os separa, pois socialmente os dois ocupam posições bem definidas na hierarquia social e conclui seu

raciocínio por afirmar que nem sempre migração pressupõem mobilidade social. Para o autor, os ricos vivenciam uma forma de migração muito diferente das demais classes, que pressupõem uma situação segura do ponto de vista social. Por outro lado, os indivíduos desfavorecidos socialmente experimentam, ao migrarem, uma situação de incerteza e de insegurança social.

Considerando as ideias de Haesbaert (2005) e de Sayad (1998) sobre território e processos migratórios, chega-se à questão central do trabalho proposto: “de que maneira o sujeito que migrou para o território da Transxingu a partir da década de 1970 se situa diante dessa nova área geográfica?”. Esses e outros apontamentos norteiam essa análise. Em Sayad (1998), inexistente “inocência” em processos migratórios; afinal, pois quem o faz, age dentro de uma lógica de ordenamento subjetivo ou induzido por outros fatores.

Memória dos migrantes no território da Transxingu

Falar de migração no território da Transxingu é lançar o olhar para o interior de um Brasil, por vezes, não conhecido nos relatos oficiais. Assim, é se esforçar para compreender que os homens e mulheres que aqui chegaram, em geral induzidos por uma forte propaganda oficial, viram-se num dado momento desassistidos e, às vezes, impotentes ante a realidade que se colocava diante deles. Os recorrentes problemas sanitários e as dificuldades de locomoção são algumas das características que fazem desse território um espaço desafiador para quem por aqui chegou e viveu nesse espaço nessas mais de quatro décadas.

Ao conversar com o entrevistado P.M.M., este afirma que as pessoas que chegavam em Altamira advinham quase sempre do nordeste do Brasil, influenciados pela propaganda oficial. Os relatos desse migrante, narram o frenesi que era a cidade naquela época: tudo nos pequenos mercados acabava rapidamente, as caminhonetes saíam em direção a oeste a todo momento levando os recém-chegados para a tão propagandeada “terra”. Em geral, faziam uma parada no Km 23 Altamira-Itaituba na

“vila do João Pezinho”, uma espécie de representante local do governo federal, e, então, seguiam no sentido do que hoje são as cidades de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis.

Ao analisar o processo migratório de italianos para a Amazônia, da segunda metade do século XIX a primeira metade do XX, Emmi (2008) afirma que tais pessoas carregavam consigo o sofrimento pelo que deixam e a ansiedade pela nova realidade desconhecida. Dessa forma, as lembranças de sua antiga cidade, de seus antigos vizinhos, de suas redes de sociabilidade davam agora lugar a um novo cenário, uma nova configuração marcada por uma dinâmica social diferenciada. Coutinho (2005) retrata as narrativas de uma migrante gaúcha que muito estranhava o novo espaço com os novos sujeitos e costumes. O relato dessa migrante gaúcha se passa quando esta, hospedada na “vila do João Pezinho”, sentia-se muito incomodada com homens nordestinos que transitavam com naturalidade sem estarem vestidos com uma camisa.

Em Halbwachs (1990), entende-se que há tantas memórias quantos os grupos existentes e que nós nunca nos lembramos sozinhos. Para esse autor, a manutenção de um grupo pressupõe a existência da sua memória, de modo que a memória tem fortes ligação com o “espaço” vivido coletivamente, implicando no que o autor chamou de “quadros sociais”. São, portanto, esses quadros que dão sentido a estruturação da memória no aspecto coletivo.

Em sua tese sobre as mulheres migrantes na Transamazônica, Coutinho (2005) narra as estratégias coletivas criadas pelas migrantes e suas famílias no novo território. Essas estratégias vão desde a “almoços comunitários, grupos de vizinhos”², até a inserção em campos políticos estratégicos, como a presidência de sindicatos, associações, legislaturas municipais, estaduais e até federais. Para a autora, essas estratégias coletivas diante do novo território imprimiram novos significados ao fazer cotidiano de todos os sujeitos que saíram dos seus espaços, em geral do nordeste do Brasil. Dessa forma, as ações coletivas como as narradas acima fortalecem o grupo diante das inúmeras dificuldades encontradas no novo espaço.

Em seu livro “Anamã: fogo nas águas do Amazonas”, Portugal (2016) narra a história de

migrantes que iam em direção ao município de Brasil Novo (cidade a 46 quilômetros de Altamira). Nesta obra, é evidenciado o trágico acidente ocorrido com o barco que navegava pelo rio Amazonas vindo a pegar fogo naufragando e matando dezenas de pessoas. Em geral, os sujeitos que carregam consigo a ideia de conseguir “terra” para trabalhar e prosperar, mas quase sempre o cenário encontrado é bem diferente, impondo a quem chega um enorme desafio de permanência no espaço.

Tendo a Transamazônica como cenário, Miranda (2000) também conta, por meio de uma literatura de cordel, as várias histórias ocorridas com migrantes da região nordeste que se deslocaram para Brasil Novo na década 1970. Na obra, o autor cita o papel importante desempenhado pela igreja católica a partir dos seus representantes locais (padres, irmãs e o bispo D. Erwim³) e destaca a capacidade dessas pessoas em resistir mesmo diante dos vários problemas por ele elencados.

O que se percebe, a partir do que é descrito nas três obras anteriormente mencionadas, é uma vasta história de homens e mulheres que muito se assemelha com as narrativas dos sujeitos entrevistados nesse trabalho e que, do ponto de vista formal, são silenciadas ante a história nacional. Nesse sentido, torna-se relevante ouvir as vozes dos sujeitos, para que possamos conhecer suas próprias versões sobre as memórias de importantes momentos históricos, como a construção da Transamazônica, por eles vivenciado.

Para o migrante P.M.M., sair de seu local de origem era uma possibilidade de conseguir terra para plantar, um recurso que ele não possuía em sua cidade de origem e que gerava dificuldades de sobrevivência. Assim, ao ouvir a propaganda do governo federal, resolveu partir do estado do Paraná para esta terra que, segundo diziam, tinha tudo em abundância. O ano que chegou em Altamira foi 1976, com recursos próprios extremamente limitados, trazendo consigo sua esposa. A seguir o migrante relata o motivo da saída de sua cidade: *“É falta de terra pra trabalhar, porque na época que eu sai de lá... Eu me bati pra arrumar ao menos um mei alquere⁴ de terra pra trabalhar e não achei nada”* (Entrevistado P.M.M., 2017).

Resposta similar foi dada pela moradora do km 140, distrito do município de Uruará, cidade a 180 km de Altamira (sentido Itaituba). Para F.C.M, o motivo que a levou a migrar para o estado do Pará foi:

Ah! A gente veio para cá em busca de tirar um lote, na época meu cunhado tava aqui no estado do Pará e ele ligou pra nós pra nós vim pra cá que era no tempo que o INCRA tava buscando as pessoas no nordeste [...] em qualquer lugar do Brasil que quisesse vim aqui pro Pará ai eles trazia chegava aqui dava um lote [...] pra nós [...] nós viemos nesse prissuposto de tirar um lote [...]. (Entrevistado F.C.M, 2017.)

Sem dúvida, a falta de terra para trabalhar aliada à forte propaganda do governo federal fez com que dezenas de pessoas migrassem para Altamira dos anos de 1970 em diante. O que se pode notar das narrativas dos sujeitos entrevistados é que eles tinham como referência apenas a possibilidade da terra. Haesbaert (2005) chama isso de território simbólico, a perspectiva de conquista de algo que pode reordenar o rumo de vida de quem almeja, nesse caso a terra.

O migrante P.M.M. narra a dificuldade encontrada por ele naquele momento. Faltava desde os recursos para se deslocar de sua cidade até a estrutura mínima para continuar a se manter no novo espaço. O diálogo estabelecido evidencia as precárias condições encontradas pelo sujeito que chegou no novo espaço, que não dispunha sequer de condições para fazer um abrigo para morar ou, ainda, condições de manter uma alimentação nutritiva. Pelo que se pode notar, mesmo diante de todas as dificuldades, ele não conseguiu ter acesso a tão esperada terra.

[...] Vim muitas vezes da 11⁵... Que é praticamente cinco quilômetros da faixa lá, vim de lá aqui no Brasil Novo⁶ e voltar com 20 ...25 quilos de compra nas costas e o dinheirinho que eu trazia era só pra comprar aquilo ali. Não tinha espaço pra mais nada, vinha a pé e voltava de a pé... Eu gostava de um cigarrinho branco, gostava de um golin de pinga, mas eu não comprava nem um litro de pinga nem uma carteira

de cigarro, nem nada... Chegava aqui fazia a comprinha... botava aquilo nas costas, as vezes no inverno que quando você passava do Jarucu⁷. Ali você pode perguntar a qualquer pessoa que lá no Jarucu corria uma água assim que você via trairinha⁸ na beira da estrada desse tamanho assim... Lama naquele tempo.... Tinha lama no mei da estrada, calçado numa bota de borracha [...]. (Entrevistado P.M.M., 2017).

Mesmo com esse cenário narrado nem todos os que chegavam conseguiam de imediato se estabelecer em uma terra, foi o caso da entrevistada F.C.M. que afirmou não ter conseguido se estabelecer de imediato em um lote, somente conseguindo a “terra própria” passados dez anos no atual município de Uruará e que, durante todo esse tempo, a estratégia de sobrevivência era trabalhar em sistema de diárias plantando cacau, pimenta do reino, cultivando lavouras em geral para os patrões. Do mesmo modo, P.M.M. afirmou que a estratégia para sobreviver naquela época era trabalhar de diárias, sobretudo no período chuvoso, momento propício para diversas plantações e reconhece que havia naquele tempo mais possibilidade de ganhar dinheiro do que no momento atual.

Nos dois casos, fica evidente que o motivo principal da migração foi a busca por terra para trabalhar. As duas histórias narradas apontam para um território desassistido por parte do governo e com inúmeras dificuldades de várias ordens, uma das principais tem a ver com a mobilidade e infraestrutura de maneira geral. Há, porém, casos de migrantes que vieram por outros motivos em outras épocas e em condições sociais diferente em relação aos dois casos já narrados. Este é o caso do migrante O.S.R., natural da cidade de Vitória da Conquista no estado da Bahia. Este ocupa uma posição social diferenciada em relação aos demais migrantes desta análise:

[...] fui pra São Paulo e, de repente, não tive sucesso em São Paulo. E retornei para a cidade de Vitória da Conquista na Bahia onde eu ingressei na Polícia Militar do Estado como recruta. Fui soldado e no ano de 79 eu fui pra escola de Sargento. Passei dois anos como Sargento, fui

delegado de polícia e depois fui pra escola de Oficiais onde fui declarado aspirante no ano de 1984. Sai aspirante, fui 2º Tenente fui promovido a primeiro depois e encerrei a minha carreira militar no ano de 1992 quando me elegi vereador de Vitória da Conquista e por força constitucional fui pra reserva “Ex officio”... Uma reserva remunerada como 1º Tenente. (Entrevistado O.S.R., 2017).

Percebe-se que, socialmente, esse migrante ocupa outro espaço muito diferente dos demais, conforme já ensinou Sayad (1988) e Haesbaert (2005), visto que, embora este esteja em constante migração, não está na situação de insegurança ou vulnerabilidade social, uma vez que já foi parlamentar, oficial da polícia militar e atualmente é aposentado como militar. Juntos, esses atributos lhes permitem uma diferenciação social. Observa-se que o tempo que o mesmo migrou pela primeira vez para o território da Transamazônica foi em 1997, como afirma: *“Posteriormente, depois de muito tempo trabalhando com comércio, eu fiz o curso técnico agrícola e eu vim pra Canaã dos Carajás, onde comprei uma pequena propriedade... No Pará”* (Entrevistado O.S.R., 2017).

Dois fatores ratificam a afirmação da sua posição diferenciada: a primeira diz respeito a sua formação e acesso à educação, não observada nos demais migrantes; a segunda se refere ao fato de o migrante já ter chegado ao novo espaço com recursos suficientes para aquisição da propriedade. Aliado a isso, é possível verificar que, de fato, a sua perspectiva de sujeito migrante é diferenciada dos daquela época do início da década de 1970:

[...] também resolvi vender a propriedade. Fui embora e no ano de 99 (de Canaã dos Carajás) eu fui morar em Tocantins na cidade de Formoso do Araguaia. Em Formoso do Araguaia foi quando eu tive a ideia de vim mexer trabalhar com cacau na Transamazônica vindo pra cidade de Uruará, com objetivo de aproveitar minha formação técnica na área agrícola e como meu curso foi feito na CEPLAC⁹ Bahia, né? [...] A gente aplicar os nossos conhecimentos na área da Melhoramento Genético e reforma de lavoura em cacau na Transamazônica. (Entrevistado O.S.R., 2017).

Percebe-se que a visão do sujeito O.S.R. não é a de um “desbravar inicial” e sim de um melhoramento, de uma verticalização da produção, sempre no sentido de agregar valor ao produto da região. A narrativa do sujeito em questão denuncia uma postura de alguém que se identifica apenas parcialmente com o território, quando afirma que já esteve mais de três vezes na área e não permaneceu definitivamente em nenhuma das vezes. Esse cenário é bem diferente da moradora F.C.M., para quem é perceptível a relação de identidade com o espaço, uma vez que, quando perguntada se tem vontade de ir embora daquela região, afirma: *“não, eu não tenho vontade de ir embora daqui não, só se fosse ali pra Uruará. Mas aqui mesmo no estado do Pará. Eu não tenho vontade de ir embora daqui não”* (Entrevistada F.C.M., 2017).

Nas conversas empreendidas com os migrantes, é perceptível que o território da Transxingu é carregado de significados para essas pessoas, demonstrando relações muito bem estabelecidas que envolvem, sobretudo, a existência da propriedade da terra. De fato, o lugar representa uma espécie de recomeço, de construção e de intensa identidade, porque, apesar de todas as dificuldades narradas e elencadas, os migrantes não cogitam possibilidades de sair dessa área. Em suas narrativas, é perceptível que o espaço possibilitou avanços pessoais, sobretudo associados ao acesso à terra.

Considerações finais

As três histórias, brevemente narradas neste trabalho, evidenciam a face de um Brasil ainda desconhecido para a maioria dos brasileiros, é uma região historicamente vinculada a grandes projetos e, por isso mesmo, portadora de grandes reflexos e impactos sociais.

O território, neste caso, é visto como um espaço capaz de possibilitar mobilidade social, carregando na sua estrutura variados sentidos para quem migrou para este território. Ficaram evidentes as várias estratégias criadas e implementadas pelos sujeitos entrevistados ante a realidade, assim como as fortes marcas de identificação ao novo espaço.

As narrativas evidenciam, que os sujeitos vieram para esse território motivados pela

expectativa da conquista de uma propriedade que lhes possibilitasse lidar com uma terra. Destaca-se como indutor desse cenário, a forte propaganda oficial da época, somada a inúmeras dificuldades enfrentadas seus locais de origem. Por outro lado, a perspectiva de obtenção da terra não sublima as dificuldades de várias ordens encontradas pelos sujeitos no novo espaço. As narrativas demonstram a resiliência e as várias estratégias individuais e coletivas estabelecidas pelos sujeitos com vistas a superar a desassistência governamental entre outras dificuldades. De um modo geral, os que permaneceram no território narram histórias de dificuldades, mas também de superação e de forte relação identitária com o novo espaço.

Percebeu-se que, via de regra, as políticas de Estado corroboraram para que a migração se efetivasse mesmo não sendo suficientemente efetivas na assistência desses sujeitos. De outro modo, as aspirações contidas nas narrativas de cada um dos sujeitos indicam diferenças e sinalizam para a complexa tarefa que é compreender os motivos que estão por trás dos processos migratórios.

Notas

1 Um sistema de exploração da força de trabalho derivado do escambo onde, segundo Santos (1980) “o seringueiro ficava de tal forma isolado, pela própria disposição geográfica das atividades produtivas regionais”.

2 Programações vinculadas à igreja católica.

3 Bispo emérito da prelazia do Xingu e com grande influência religiosa neste território desde os anos de 1970.

4 Unidade usada para medir extensões de terra. No Brasil existem diferentes medidas, a adotada no trecho em estudo é o alqueire mineiro, área correspondente a um quadrado de lado igual a 220 metros.

5 Vicinal pertencente ao município de Brasil Novo.

6 Município a 46 km de Altamira sentido Santarém.

7 Igarapé a 4 km do município de Brasil Novo.

8 Peixe de escama muito comum nos igarapés da região.

9 Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira.

Referências

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990 (Série Princípios).

BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU). **Relatório Preliminar de desenvolvimento integrado do município de Altamira**. São Paulo: SERPHAU, 1970.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu**. São Paulo: Editora da USP, 1977.

EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém: NAEA, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Migração e Desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População municipal entre 1872 e 2010**. Planilha (MS Excel). 2010a. Acesso em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 set. 2017.

_____. **Estimativa demográfica em 2017**. Acesso em 15/12/2017. disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS DE SOUZA, César; SERRA NETO, Itamar Zuqueto. De migrantes nordestinos a seringueiros no Xingu: história, memória e literatura em *A batalha do Riozinho do Anfrísio*. In: MARTINS DE SOUZA, César; CARDOZO, Alírio. **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades**. Belém: EDUFPA, 2008, p. 215-234.

MIRANDA, José Pereira de. **Transamazônica sonhos e realidade**. São Paulo: Casa do Editor, 2000.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. UHE BELO MONTE E A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA: Agentes, processos

e redefinições espaciais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11 out. 2015. Anais eletrônicos. Presidente Prudente. São Paulo, 2015. Disponível em: <www.enanpege.ggf.br/2015>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos de reestruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência.** 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP – São Paulo.

_____.; HERRERA, José Antônio. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. *Confins*, 28, 2016. Disponível em: <<https://confins.revues.org/11284>>. Acesso em: 5 set. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez.1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://www.uel.br/cch/cdp>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PORTUGAL, Sônia Feiteiro. **Anamã: fogo nas águas do Amazonas.** Recanto das Letras, 2016

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política.** 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, César Martins de. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. *Revista contemporânea – dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão*, v.1, n. 5, ano 4, 2014, p. 1-19, 2004.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **O aviamento e o barracão na sociedade do seringal: estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia.** 1980. 250 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1980.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** Rio de Janeiro: Difel, 1995.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).** São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.

O discurso da insegurança: os imigrantes perigosos – uma etnografia no Bairro Veronetta (Verona, Itália, 2015-2016)

*The discourse of insecurity: the dangerous immigrants
– ethnography in Veronetta (Verona, Italy, 2015-2016)*

Fabiane Cristina Albuquerque*

Palavras-chave:
Imigração
Representação
Insegurança

Resumo: Atualmente, a maneira mais difusa de representar a imigração é aquela da metáfora de uma “invasão”, criada por diversas estruturas de poder (mídia, governos, partidos políticos). Este artigo contribui para a reflexão sobre a recepção desse discurso pelos próprios imigrantes em uma realidade delimitada, o bairro Veronetta (na cidade de Verona, Itália), escolhido entre os anos de 2015 e 2016 como campo de pesquisa para uma etnografia ao longo de quatro meses. O objetivo era entender se os imigrantes desse bairro incorporavam ou não a representação dominante sobre eles próprios ligada ao problema da segurança, da ameaça à ordem, do “roubo” dos postos de trabalho e, ainda, se viam ou não a si mesmos nessa representação, e quais as resultantes formas de resistência ou os fatores que influenciavam na reprodução de tais discursos. A escolha do campo em questão se deu através da experiência da pesquisadora como imigrante na cidade e por frequentar Veronetta que, segundo dados da Prefeitura de Verona, tem o maior índice de imigrantes por habitantes autóctones, carregando o estigma de ser um bairro “de má fama”, “perigoso” e “inseguro”.

Keywords
Immigration
Representation
Insecurity

Abstract: Today, the most diffuse way to represent immigration is that of the metaphor of an “invasion”, created by various power structures (media, governments, political parties). The article contributes to the reflection on the reception of this discourse by the immigrants themselves in a delimited reality, the neighborhood Veronetta (in the city of Verona, Italy), chosen between the years of 2015 and 2016 as a field of ethnography research along four months. The aim was to understand whether or not the immigrants in this neighborhood incorporated the dominant representation of themselves in connection with the problem of security, the threat to order and the “stealing” of jobs, and whether or not they saw themselves in that representation, and which are the resulting forms of resistance or the factors that influenced the reproduction of such discourses. The choice of the field in question occurred through the researcher’s experience as an immigrant in the city and by frequenting Veronetta who, according to Verona city hall, has the highest number of immigrants by native inhabitants, bearing the stigma of being a “bad neighborhood”, “dangerous” and “unsafe”.

Recebido em 02 de abril de 2018. Aprovado em 30 de julho de 2018.

Introdução

Esse artigo deriva da minha pesquisa de mestrado, cuja dissertação traz o título de “Imigração e Insegurança: representações aprisionam? Uma etnografia no bairro Veronetta”.¹ Entre outros

aspectos, o termo “insegurança” é utilizado como metáfora das condições atuais de vida no mundo globalizado, como em Beck (2001), quando fala de “sociedade de risco” e Giddens (1990, 2002) de “cultura de risco” inerente à modernidade. Já outros utilizam “incerteza” e “perigo” como características

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestra em Filosofia pela Università di Verona (Itália), mestra em Comunicação Intercultural pela Università di Verona (Itália), mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutoranda em Sociologia pela Unicamp com o tema “O Corpo do Imigrante”. Ligada ao departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Unicamp e membro do grupo de pesquisa sobre gênero PAGU, da Unicamp.

de uma contemporaneidade que incide nos aspectos mais íntimos da vida e do caráter dos indivíduos, a exemplo de Bauman (2005) e Sennett (2009). Sabendo que tais termos não são sinônimos e que os autores os entendem de forma diferente, em linhas gerais o objetivo em meu mestrado foi investigar o contexto para a difusão de um crescente sentimento de insegurança e entender o desenrolar de uma abordagem securitária das sociedades, presente, sobretudo, nas leis, nos discursos e nas práticas sociais que criminalizam alguns grupos, com destaque para o caso do imigrante.

Interessa discutir no presente artigo como a imigração se tornou o canalizador e a representação social dominante, em muitas sociedades, desse tipo de sentimento de insegurança, enquanto muitos imigrantes são construídos individual e coletivamente por meio dessa força – a exemplo do que se encontra atualmente, no contexto socioeconômico, político e cultural do bairro Veronetta (escolhido como campo de pesquisa para uma etnografia ao longo de quatro meses). Para Lourenço e Lisboa (1992), o sentimento de insegurança é a expressão de uma representação social do meio, em que lógicas culturais, de identidade e circunstâncias desempenham um papel importante no modo de representar a insegurança. Logo, e como salienta Frias (2008), não é algo dado, mas construído. Por seu lado, a Escola de Copenhague fornece uma importante reflexão sobre o que seus estudiosos chamam de “teoria da securitização”², a partir do entendimento de que a ameaça à segurança é também uma construção social. Dentre outras coisas, isso implica a “impossibilidade de avaliar plenamente se as ameaças são reais ou não”; mais ainda, não existiriam problemas de segurança, mas sim problemas que foram “securitizados” (LEONARD, 2010, p. 235). A securitização resulta, como visto, centrada no discurso e nas práticas que criam determinado problema como questão de segurança – neste caso, os imigrantes.

A cidade escolhida para a pesquisa foi Verona, pois apresenta o maior número de imigrantes da Região Veneto, sendo Verona uma das cidades mais ricas da Itália que, paradoxalmente,

é considerada “fechada” para imigrante e para os italianos do sul. Situada no norte do país, fica entre as cidades de Milão e Veneza, e é conhecida como a cidade de “Romeu e Julieta” (onde se passa a peça homônima de Shakespeare entre 1594 e 1596). O bairro Veronetta, campo da presente pesquisa, embora irrelevante dentro da ordem econômica mundial e “invisível” diante de outras cidades globais e bairros de maior fama e presença de imigrantes, possui, no entanto, uma realidade interessante para se perceber a “recepção” de um discurso securitário sobre a imigração, bem como as transformações advindas desse discurso em relação às mudanças no espaço físico e nas relações sociais, seja entre imigrantes, seja entre os autóctones.

Uma das características que mais destacam Veronetta dos demais bairros habitados por imigrantes nas grandes cidades italianas é que ele se encontra a apenas um quilômetro (cerca de dez minutos a pé) do centro da cidade, bem como de suas principais atrações turísticas, como a Arena de Verona e a Casa de Julieta. Portanto, não é um bairro periférico – no sentido de “periferia” como entendido nas metrópoles, geralmente distante e com difícil acesso aos pontos centrais, com precária infraestrutura etc. O que separa Veronetta do centro histórico de Verona, por exemplo, é o Rio Adige, o principal da cidade, sendo o acesso ao bairro feito por mais de uma das grandes pontes que cruzam o rio (a principal delas é San Fermo). Assim, vivi em Veronetta durante quatro meses, entre os anos de 2015 e 2016, onde foram realizadas, ao todo, 37 entrevistas semiestruturadas com imigrantes de diferentes nacionalidades (brasileiros, cingaleses, mexicanos, albaneses, romenos, indianos, chineses, marroquinos, entre outros), além de também ter sido interessante perceber as falas sobre a própria cidade e a região italiana.

As principais nacionalidades presentes em Veronetta são: Sri Lanka (25%), Romênia (9,9%), Brasil (6,2%), Albânia (6,2%), Nigéria (5,9%), Marrocos (5,2%) e Gana (4,3%). Em 2006, os imigrantes do bairro consistiam em 19,7% de sua população, ou seja, 2.090 imigrantes sob um total de 10.411.³ O bairro é, ainda, caracterizado pela degradação física dos prédios e das ruas, o

que muitos relacionam tanto ao “problema” dos imigrantes que se encontram pelas ruas como ao descaso das políticas urbanas locais existentes. Veronetta também foi um bairro que atraiu muitos italianos do sul da Itália⁴ nos anos 1960, tendo, na verdade, passado de “Terronetta”⁵ para “Negronetta” (BRIATA, 2011, p. 4). Uma das ruas que frequentei era habitada por famílias provenientes do sul, mas que estão ali há mais de 30 anos.

A entrevista qualitativa tem como objetivo adentrar na visão do sujeito estudado e, para que a voz predominante seja realmente aquela do entrevistado, tal instrumento precisa ser flexível e adaptável às suas diversas personalidades, podendo “mudar de sujeito a sujeito” (CORBETTA, 1999, p. 407). As entrevistas feitas se caracterizam como semiestruturadas⁶ através de um questionário organizado com nove perguntas, cuja flexibilidade foi de suma importância: não sendo o italiano a língua materna da pesquisadora, nem dos imigrantes, palavras que a alguns eram conhecidas e familiares, a outros não eram.

Tabela 1: Imigrantes entrevistados por sexo e nacionalidade

Imigrantes entrevistados		
País de origem	Masculino	Feminino
Marrocos	1	1
Brasil	7	2
Sri Lanka	1	1
Índia	0	1
Nigéria	1	0
Gana	1 (refugiado)	1
Albânia	1	1
Romênia	3	3
China	0	1
Peru	0	1
México	1	1
Guiné Bissau	1	1
Senegal	1	0
Japão	1	0
Macedônia	1	0
Kosovo	1	0
Mali	1 (refugiado)	0
Total (homens e mulheres)	23	14
Total de imigrantes	37	

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O discurso dos imigrantes sobre a insegurança

Durante as entrevistas, percebi que muitos imigrantes se referiam aos “marginais” que viviam em determinados pontos do bairro como causadores de insegurança, e outros indicavam algumas ruas como “zona de degrado”. Assim, percebi que precisava chegar a esses imigrantes estigmatizados, ao mesmo tempo em que tomaria maior consciência, através desta experiência, de que meu corpo de mulher e latina, sozinha em locais predominantemente masculinos, era um problema.

Nas zonas indicadas como local de perigo, logo conheci alguns brasileiros, a exemplo de trabalhadores de construção civil como Jerry, um rapaz de 28 anos oriundo da região sul do Brasil, que me explicou a vida do bairro e descreveu que o local era como o “Brooklin de Verona”. Por outro lado, confirmou que se tratava de um local seguro, embora eu tivesse de tomar cuidado somente com “alguns marroquinos”. A alusão ao “marroquino” como fator de perigo também foi recorrente em outras entrevistas, visto que referiu esse povo como causador de insegurança no bairro (de modo que estabelecer contato com um desses imigrantes se tornou um objetivo importante para minha pesquisa). E, quando conheci o brasileiro Márcio, em um primeiro contato, eu mesma pensei que ele fosse um imigrante oriundo de Marrocos devido às características físicas: escuro de pele e cabelos crespos. De fato, Márcio demonstrou bastante sofrimento pela rotina de ser confundido com um “marroquino” – no sentido pejorativo da acepção dessa palavra no contexto local. Daí, quando o questionei se já havia sofrido algum tipo de preconceito, respondeu prontamente: “Todos os dias. Olha só a minha cara de marroquino”.

Percebi, então, a amplitude deste termo: “marroquino”, ali, era usado para se referir a qualquer pessoa de cor escura e cabelo crespo (tendencialmente com implicações desfavoráveis), a exemplo de alguns imigrantes provenientes da Tunísia que conheci, e que eram chamados dessa mesma forma por outros moradores do bairro. Quando encontrei realmente um marroquino nesta

zona estigmatizada apontado por um brasileiro como sendo dessa nacionalidade, eu me aproximei e perguntei se ele poderia me ensinar a fazer o chá marroquino, pois eu estava voltando da loja do senhor Mohamed naquele momento com as mãos cheias de hortelã. Com uma visível satisfação, ele me indicou a quantidade que eu deveria colocar na água. Animada com o primeiro contato perguntei se ele era marroquino, o que fez com que sua fisionomia mudasse por completo: “Mais ou menos” foi sua resposta. Então, percebi que havia cometido um grande erro e perdido a ocasião de falar com ele, pois a palavra “marroquino” traz, em si, uma carga muito negativa para alguns deles, sendo muitas vezes usada como forma de ofensa.

Uma senhora da Romênia, Oxana⁷, dona de casa a procura de trabalho e formada em direito em seu país, revelou durante a entrevista:

Eu penso que são muitos aqueles que chegam aqui e fazem com que eles [italianos] tenham medo. [...] Eu respeito todas as nações, mas as pessoas têm medo, isso prejudica também os outros e muitos dizem “é a crença deles”. Não. Eles não têm educação, não têm uma educação certa. Tem mulçumanos que se comportam bem como os cristãos, mas é preciso antes de tudo se dar o respeito e respeitar [...] Os italianos são bons, querem tratar bem a todos, mas entenderam que nem todos podem ser tratados como humanos. Daí eles pedem comida e depois começam a atrapalhar [...] brasileiros, romenos, moldavos são nações trabalhadoras. [...] As nações que não trabalham (fala em baixa voz e olha ao redor), os marroquinos. Eles falam demais, não gosto. Os chineses são trabalhadores, mas são fechados, trabalham fechados.

Pela sua fala, vê-se que a ideia que Oxana faz de “perigo” e “ameaça” está ligada a certos tipos de comportamentos, como “pedir esmolas”, “falar demais”, fato confirmado em outras entrevistas com imigrantes. É este perigo que, para Quasoli (2001), se baseia em uma ideia de “ordem”, e o simples fato de um imigrante não jogar uma latinha no cesto de lixo é um sinal de “incivilidade”⁸, e mesmo de “ameaça”.

O depoimento de Caique⁹, um jovem brasileiro que vive na Itália há quase dez anos, entre outros aspectos, repõe algo do abandono do espaço público por parte do Estado, colocado como um problema de imigração.

A maioria é do Marrocos. Eles saem já do país deles com a cabeça errada. Eles são mulçumanos, né? Não podem fumar, não podem beber, chega aqui eles fazem pior, né? É o dinheiro fácil que levam eles, nem fácil é. Eles ficam aí o dia inteiro vendendo (se refere a substâncias ilícitas) por 20, 30 euros por dia. E falam que não têm trabalho. Pra mim, é mentira. Se você levanta cedo e vai procurar, você acha. Tem oportunidade. Não é que todo mundo vai te bater a porta na cara. Um dia alguém te abre. Eles têm essa cabeça, e nem gosto de sair com eles. Eu tenho só um amigo do Marrocos. Ele tem outra cabeça. Ele é mulçumano, reza cinco vezes por dia, não come carne de porco, não bebe, não fuma, mas é um cara respeitador total. Eu conheci ele na escola. Colega de classe. Esses aqui são todos bandidos, né? [...] Mas se bem que não vejo maldade neles de roubar as pessoas [...] Eu fecho à 1 da madrugada, sozinho, dinheiro do caixa na mão. Mas não tenho medo. Aqui não é Brasil. O cara lá já te aponta uma arma na cara e é dois segundos. Aqui o máximo que fazem é te ameaçar com uma faca. [...] Eu conheço bem a zona. Sempre estudei aqui. Antes não era assim. Começou nos anos 2000 quando os estrangeiros começaram a entrar na Europa, Itália. Aí começaram a vir pra cá, se instalaram todos aqui. O aluguel é mais barato aqui. Aqui tá perto do centro.

De um lado, o jovem brasileiro afirma que “não se sente seguro de noite”; por outro, diz não ver “maldade” nos marroquinos, ao ser visto fechando seu bar de madrugada, portando dinheiro consigo, e não ter problema com isso. Essa mecanicidade em reproduzir o discurso dominante apareceu várias vezes nas falas dos entrevistados. Mas, quando falavam da própria experiência, referiam nunca ter tido problemas com “aqueles” que eles apontam como “perigo” e “ameaça”. Parece existir, então, uma grande diferença entre o discurso e a prática, uma vez que, para alguns imigrantes, a negação

de que existe racismo, preconceito ou qualquer forma de discriminação (ou que são estereotipados) também é um modo de dizer que estão integrados, que os italianos gostam deles e os aceitam, se livrando, assim, da “culpa” que muitos pensam existir na presença dos próprios imigrantes ali, devido, justamente, ao peso de tais representações negativas. Uma senhora, Alina¹⁰, da Romênia, que tem um comércio de alimentos no bairro, afirmou: “*Eu nunca tive problemas aqui. Precisa se comportar bem pra viver aqui. Estou aqui há 12 anos e meu marido há 30. Nunca tive problema com meu filho na escola. Conheço muitos italianos. Eles trabalham e cumprem suas obrigações*”.

A necessidade de encontrar uma figura que encarnasse essa representação da insegurança esteve presente em diversos discursos. Sales (1999) verificou que, no caso de brasileiros nos Estados Unidos, a alusão a uma figura que encarnasse a “alteridade” e a quem fosse, assim, transferido todo o mal da imigração era comum: devido à desigualdade social no Brasil, para muitos imigrantes brasileiros de classe média, igualar-se com outros brasileiros era algo não habitual e isso fez com que muitos daqueles entrevistados pela autora apontassem um “outro” inferior, criando, assim, um mito ou o “outro imaginário” que prejudicava a própria imagem dos brasileiros. No entanto, não parecia ser esse o caso dos brasileiros entrevistados em Veronetta; as mesmas nacionalidades apontadas por eles como “problema”, ou como “bons” e “maus”, são idênticas àquelas indicadas pela própria sociedade italiana. Além do mais, a percepção da própria condição de ser brasileiro também foi apreendida no ambiente no qual vivem, experiência essa que, para a maioria, era positiva. Ainda de acordo com o brasileiro Jerry:

Eu moro aqui há dez anos, no bairro. Antes não era assim. Tinha poucos marroquinos, africanos. A gente se reunia na Rua San Nazarro, porque tem uma internet de um brasileiro chamado Lázaro. Lá se reunia uns 40 brasileiros. A polícia chegava e mandava todo mundo embora. Mas a gente voltava (risos). Era o ponto para procurar trabalho. Um fala para o outro. Eu fui parado várias vezes, mas veem que sou brasileiro e me deixam. Os brasileiros são mais aceitos que os marroquinos. Se tem três

marroquinos e entram cinco brasileiros, eles dão trabalho para os brasileiros. Eles gostam da gente. Já tive experiência de racismo. Tem italiano que diz que a gente vem pra roubar o trabalho deles.

Outro elemento interessante apontado pelos imigrantes é essa comparação entre um “agora” e um “antes”. Muitos afirmavam que “agora está melhor”, pois havia sido feito esse tipo de “limpeza” que vários apontaram como sendo a expulsão de muitos imigrantes indesejáveis do bairro. Outros, ao contrário, expressaram certo saudosismo com relação ao passado (“antes”) que, para alguns, significava cerca de 20 anos atrás, e mesmo não tendo vivido propriamente nesse período ali no bairro, aludem a uma época boa devido à menor presença de imigrantes. Para alguns, a percepção da diminuição do número de imigrantes no bairro está ligada à ação do Estado através da polícia e à “limpeza” operada por ela. Antony, atendente em um Centro de Imigração de Verona¹¹, no entanto, disse que muitos deixaram o bairro e o país por causa da crise econômica de 2008.

Como visto, e conforme também se verificou na afirmação anterior de Caique (na Itália desde 2007) de que há uns 20 ou 30 anos “o bairro não era assim”, algumas falas remetem a um tempo imaginário que justifica a presente frustração pela atual fama do bairro. Hiroki, japonês há muitos anos na Itália, conclui que “[...] a impressão que tive com a cidade de Verona 40 anos atrás era de uma cidade tranquila. Agora com os imigrantes, os veroneses não estão preparados para recebê-los da maneira certa”. Já para outros, esse “tempo melhor” é certamente o agora. Para Mohamed, o bairro já foi pior, mas melhorou com a “limpeza”. Para Margarida¹², a realidade “melhorou muito. Estão mais abertos. As pessoas entendem mais e aceitam os estrangeiros”.

Reprodução do discurso dominante, incorporação das nacionalidades “perigosas” e o marroquino como problema

Como é sabido, algumas nacionalidades foram construídas de forma estigmatizadas. Para

o sociólogo estadunidense Goffman (2004), o termo “estigma” é um aspecto negativo dado pela sociedade que marca um indivíduo ou um grupo. Embora o autor não trabalhe com as mudanças nas sociedades e como os “estigmas” podem mudar, sabe-se que essa estigmatização não é estática, tendo sempre sofrido mudanças no decorrer da história. Entre outros, ele aponta como exemplo o caso dos deficientes físicos, para quem, ao longo dos anos, houve uma grande mudança em relação ao modo de serem vistos pelas diversas sociedades, que não mais os isolaram ou excluíram como outrora.

Já através da indústria da “islamofobia”, Basso e Perocco (2003) afirmam que opera um “Racismo de Estado” que criminaliza a população muçulmana, ação extensiva, ainda, à criminalização dos ciganos, de grupos do leste europeu, dos árabes em geral e dos negros (que sofrem uma “opressão a mais”). Existiria entre nacionalidades e raças, além disso, certa “hierarquização” (BASSO; PEROCCO, 2003, p. 37), pois a visão europeia dos povos do Terceiro Mundo seria de que esses são “povos criança”, “predadores”, “violentos, sanguinários”, “forçados a serem como são devido à própria cultura e religião” (BASSO, 2010, p. 15). Segundo dois depoimentos de brasileiros:

Os italianos não gostam de romenos, eslavos, marroquinos, aqueles que a gente sabe que aprontam mais. Tem muita delinquência aqui. Dos africanos nunca ouvi nada, nem do pessoal do Sri Lanka, chineses... Isso tá ligado ao modo de vida deles. Não são pessoas confiáveis. Eu me sinto segura aqui. Não saio sozinha à noite, eu tenho medo de grupos. Grupos de estrangeiros, de italianos não. Principalmente jovens. Mas Verona é ainda segura. (Margarida).

Ah, tem gente que nem estudou e diz “ah, o estrangeiro vem roubar trabalho”, mas eles não entendem que é culpa da “roubalheira” dos políticos deles, por isso está assim. Eles são muito racistas com chineses, porque os chineses estão comprando tudo, geral. Muitos italianos fecharam as portas, restaurantes, bares. Eles falam dos chineses “essa merda”, “essa raça é igual cogumelo, cresce em qualquer lugar”. Isso eu escuto muito.

Também dos indianos e do Bangladesh eles falam muito mal. Não é que eles generalizam, mas falam que é a maior parte. Falam muito dos refugiados. Agora que estão chegando da Síria, África. Muitos amigos meus são contra completamente, falam: “Eu afundaria o barco que eles estão”, “Pô, esses caras vêm pra cá, já estamos na merda. Vão roubar nosso trabalho”, “o governo ajuda eles e não nos ajuda, que somos italianos”. É isso que você escuta aqui. (Caique).

Em uma entrevista de grupo com três moradores de rua, percebi que eles tentavam distanciar deles a noção de “perigo”, afirmando a todo o momento que são “homens de bem” ou “tranquilos” (como repetiram várias vezes):

[P.] As pessoas nos tratam bem. Eu te digo uma coisa. Se eu for no Brasil ou você for na Romênia e trata bem as pessoas, te tratam bem; se trata mal, as pessoas te tratam mal. Aqui é a mesma coisa, elas te tratam bem, se trata mal, te tratam mal. Chega a polícia “Ciao” (o policial diz) e “Ciao” (como ele responde). “Estejam tranquilos rapazes” (como diz o policial).

[B.] Pegam o documento. Não somos gente que faz bagunça, perigosos. Não somos desses, não. Que roubam, não, não. Não somos perigosos.

[P.] As pessoas não têm medo de nós, não, não. Os italianos nos conhecem todos. Esse rapaz lá (aponta para um deles) está aqui há 15 anos, todos nos conhecem. Antes trabalhávamos, pagávamos aluguel. Já tem uns dois meses que não trabalhamos.

Ao perguntar se eram ciganos, responderam em tom de defesa, em coro: “não, não tem nada a ver com nós!”. Na sequência, um deles disse:

[P.] Sabe como distinguir um cigano? É simples, vou te falar. Aqueles que estão sempre pedindo esmolas com os cachorros na cidade são ciganos, não romenos. Os que pedem são ciganos. Os que estão estacionando carro não. Esses não são ciganos, fazem pra viver. Na Praça Erbe [centro da cidade], têm muitos que fazem assim [sinal de pedir com as mãos].

Perguntei se era perigoso falar com eles, e responderam: “[P.] Não, não, pode falar. Fica atenta! Têm ciganos que tem coração. Não são todos iguais. Mas, olha sempre o bolso, o celular”. Ao terminar a entrevista, um deles pegou na minha mão e a beijou, e os outros dois fizeram o mesmo gesto. O primeiro deles, então, disse que era “*um respeito pela mulher*” e acrescentou: “*Se fossemos ciganos, fazendo assim*” – pegou minha mão para beijar de novo – “*you já não teria mais*”, e mostra o meu anel. E outro deles logo confirmou: “*é verdade! Te digo a verdade*”.

Segundo Buttler (2004), a situação dos mulçumanos e árabes piorou bastante depois dos atentados de 11 de setembro nos EUA, perseguidos como “inimigos” do Ocidente e gerando efeitos devastadores nas condições de vida desses grupos. Soma-se a isso a formação do Estado Islâmico, os atentados de Charlie Hebdo e Bataclan Concert Hall em Paris em 2015, e do caso recente da violência contra mulheres alemãs na noite de ano novo em 2016, por parte de rapazes “árabes” e “norte-africanos”, que fazem difundir o estereótipo da “incivilidade” e do “terrorismo”.

Considerações finais

Como unidade menor e um espaço “ideal” para se entender a reprodução de um discurso sobre o espaço social e seus moradores que afeta as interações sociais com os imigrantes, percebe-se que o bairro Veronetta já era motivo de uma imagem negativa com a presença de italianos do sul, antes mesmo de o bairro ser definitivamente estigmatizado com a chegada “em massa” do imigrante. Este número crescente, entre outras coisas devido ao baixo custo dos aluguéis, como visto, passou a ser relacionado com a degradação da região, quando, na verdade, teria ocorrido um processo contrário, a saber: a “degradação” das moradias é que teria atraído os imigrantes. Não por acaso, porque não raramente um inquilino é quem aluga ali uma única cama, e não um quarto, uma casa ou apartamento. Portanto, são estas condições de moradia de Veronetta que primeiramente acabaram dificultando as relações sociais desses imigrantes (principalmente do sexo masculino) à

condição de conviverem muito tempo nas ruas da cidade, especificamente neste bairro. Resulta daí serem apontados certos comportamentos (estar parado diante de locais, fumar e beber em grupos) como causa de insegurança, e as ruas com a maior concentração de imigrantes serem aquelas “mais perigosas”. Como bem lembra Bertani (2006), alguns comportamentos de ordem moral e de ofensa ao decoro social se tornaram um problema de segurança pública, como consumir bebidas alcoólicas pela rua, permanecer em grupos até tarde da noite fora de casa, falar alto ou “atrapalhar” os demais moradores. Comportamentos “desordeiros” e “indecorosos” podem criar, também nesse caso, uma imagem do bairro como espaço degenerado.

Ao final, confirma-se que muitos dos imigrantes entrevistados internalizaram esse discurso sobre o próprio bairro onde vivem, ou seja, como um lugar “inseguro” e “perigoso”. No entanto, durante as falas, percebeu-se uma grande contradição entre a experiência vivida e seu discurso, uma vez que muitos apontaram o bairro como local para ser evitado, principalmente em relação a outros grupos, enquanto, por outro lado, nenhum entrevistado afirmou haver sofrido algum tipo de ação violenta ou que, em algum momento, tivesse sido colocado sob ameaça.

Notas

1 A pesquisa de mestrado foi desenvolvida no Departamento de Sociologia da Unicamp sob orientação do Prof. Dr. Michel Nicolau Netto, e a dissertação foi apresentada em março de 2017.

2 A Escola de Copenhague, ao elaborar a “teoria da securitização”, tem como principal representante o estudioso Ole Waver (LEONARD, 2010), para quem não existe um “problema de segurança”, mas problemas que foram “securitizados”. Daí a imigração estar sendo tratada como problema de segurança, sobretudo, pelos governos dos países centrais como Estados Unidos e membros da União Europeia.

3 Ver: Os dados mais recentes sobre a população do bairro (incluindo o percentual de imigrantes) são de 2006, e se encontram disponíveis no site da Prefeitura de Verona, no Departamento de Estatística: <https://www.comune.verona.it/media//_ComVR/Cdr/Statistica/Allegati/recupero_gennaio_2008/Il_quartiere_Veronetta_2006.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

4 Existe na Itália uma construção da região Norte em relação à região Sul de forma a representar esta última de forma pejorativa e preconceituosa. Diversos são os fatores que contribuíram para isso, e não iremos nos atear à história dessa construção, mas acenar para as principais teorias pseudocientíficas que contribuíram para a inferiorização da população do sul em relação ao norte. Uma delas está no pensamento de Cesare Lombroso que consolidou a ideia de que existem propensões ao crime por parte de algumas “raças”, estando o sul da Itália incluído nessa sua teoria. Outra teoria aponta a diferença em termos de cultura e tem como um dos precursores o norte-americano Edward Banfield, que sustentava a ideia de que as famílias do sul pensavam somente no próprio núcleo familiar. A diferença econômica entre as regiões e a industrialização do Norte da Itália veio a corroborar essas ideias de superioridade e inferioridade entre a população das duas regiões.

5 Neologismo criado a partir das palavras “terrone” e “Veronetta”. “Terrone” é um modo pejorativo para se referir aos italianos do sul.

6 No caso de “entrevistas semiestruturadas”, Corbetta (1999, p. 421) diz que o questionário representa apenas uma pista ou um primeiro “arremesso”, pois será a realidade que mostrará ao pesquisador a maneira de adaptar as perguntas e o modo de perguntar.

7 Nome fictício.

8 O termo “incivilidade” é usado aqui como o avesso de civilidade. Por “civilizado” podemos dizer, de acordo com Norbert Elias em *O processo civilizador* (1990), que é aquele que apreendeu os padrões ocidentais de conduta dado por tipos de comportamentos e ações no dia a dia, tais como a forma de comer, sentar, andar, falar, se dirigir às pessoas etc. Elias (1990) descreve ainda em seu livro que cuspir no chão ou arrotar na mesa eram permissivos antes do processo de civilização protagonizado pela Corte.

9 Brasileiro, 20 anos, desde 2007 na Itália.

10 Nome fictício.

11 Este Centro de Imigração, conforme se encontra escrito na porta do local, atende imigrantes que precisam de orientação quanto a documentos e trabalho. O atendente informou que o local é mantido por um advogado que trabalha pela causa da imigração, sendo gratuito todo o material fornecido aos imigrantes, como fotocópias de documentos e informações.

12 Brasileira, proveniente de Fortaleza, 50 anos, há 25 anos na Itália.

Referências

- BASSO, Pietro. Tre temi chiavi del razzismo di stato. In: _____. (Org.). **Razzismo di Stato**: Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: FrancoAngeli, 2010.
- _____.; PEROCCHO, Fabio. Gli immigrati in Europa. In: _____.; _____. (Org.). **Gli immigrati in Europa**: Disegualianza, Razzismo, Lotte. Milano: Franco Angeli, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BECK, Ulrich. **La società del rischio**. Verso una seconda modernità. Roma: Carocci, 2001.
- BERTANI, Michele. Capitale sociale e reti informali in aree ad alta densità di immigrati: il quartiere di Veronetta”. **Dalla società civile al capitale sociale**. A cura di Paola Di Nicola. Milano: Franco Angeli, 2006.
- BRIATA, Paola. “Dall’immigrazione come risorsa alle risorse dei quartieri multietnici. Pianificazione e ‘Città delle differenze” (Paper for the Espanet Conference). In: **Innovare il welfare**. Percorsi di Trasformazioni in Italia e in Europa. Conferência Espanet. Milão, set./out. 2011. Disponível em: <<http://docplayer.it/9128050-Dall-immigrazione-come-risorsa-alle-risorse-dei-quartieri-multietnici.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.
- BUTTLER, Judith. **Precarious life: The Powers of Mourning and violence**. London: Verso, 2004.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Formação do estado e civilização. vol. II. Tradução Ruy JUNOMANN. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FRIAS, Graça. A Construção Social do Sentimento de Insegurança em Portugal na Atualidade. **SociNova**, Lisboa, p. 1-14, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.
- _____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Sabotagem, 2004.

LEONARD, Sarah. EU border security and migration into the European Union: Frontex and securitization through practices. **Journal of Contemporary European Research**, v. 5, n. 3, p. 371-388, 2010.

LOURENÇO, Nelson LISBOA, Manuel. **Representações da violência**. Percepção social do grau, da frequência, das causas e das medidas para

diminuir a violência em Portugal. Lisboa: Centro de estudos judiciais, 1992.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

O Museu de Favela e a produção do espaço no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Rio de Janeiro/RJ)

Museu de Favela and the and space production in Pavão-Pavãozinho and Cantagalo (Rio de Janeiro/RJ)

Aline dos Santos Portilho*

Palavras-chave:
Museu de Favela
Território
Práticas Espacializantes

Resumo: O artigo apresenta reflexões sobre as “práticas espacializantes” desenvolvidas por sujeitos mobilizados em torno do Museu de Favela (MUF). Serão tomadas como fontes para a análise as representações instituídas no livro “Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela” (2012). Dialogando com os trabalhos de Michel De Certeau (2011) e Benedict Anderson (2008), procura-se, a partir dos conceitos de “espaço” e “comunidades imaginadas”, problematizar as maneiras pelas quais estes sujeitos, ao cooperarem para a proposição de ações de resgate e registro de memórias dos moradores e das favelas, acabam por desencadear práticas que fazem daquele lugar, espaço, propondo também novas imaginações para aquela comunidade.

Keywords
Museu de Favela
Territory
Spatial Practices

Abstract: The article presents reflections about “spacial practices” developed by individuals mobilized around the Museu de Favela (MUF). Will be taken as sources for the analysis the representations instituted in the book “*Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela*” (2012). Dialoging with the works of Michel De Certeau (2011) and Benedict Anderson (2008), it is sought, from the concepts of “space” and “imagined communities”, to problematize the ways in which these subjects, by cooperating for the proposition actions of rescue and registration of memories of the residents and shanty towns, end up triggering practices that make of that place, space, also proposing new visions for that community.

Recebido em 31 de maio de 2018. Aprovado em 02 de agosto de 2018.

Michel De Certeau, no livro *A invenção do cotidiano*, afirma que “espaço é lugar praticado” (DE CERTEAU, 2011, p. 184). Assim, “[...] a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática no lugar constituído por um sistema de signos – um escrito” (DE CERTEAU, 2011, p. 184). O autor propõe passar “das estruturas às ações”; para isso, sua reflexão se concentra nas “ações narrativas” que produzem o espaço. Ou seja, concentra-se nas “práticas espacializantes”, que são “[...] algumas formas elementares das práticas organizadoras de espaços: a bipolaridade ‘mapa’ e ‘percurso’,

os processos de delimitação ou de ‘limitação’ e as ‘focalizações enunciativas’ (ou seja, o índice do corpo no discurso)” (DE CERTEAU, 2011, p. 183-184).

Seguindo este pensamento, proponho refletir sobre como, a partir de um território estabelecido geográfica, política e economicamente – os morros do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo –, determinados usuários cooperam para a proposição de práticas que fazem daquele lugar, espaço, que serão tomadas ao longo do artigo como “práticas espacializantes”. O foco da análise estará principalmente nas ações que são efetivadas pelos gestores do Museu de Favela, não desconsiderando, porém, a contribuição de agentes do governo e

* Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Produtora Cultural no Instituto Federal Fluminense, Campus Campos Centro. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e Linguagens (NECEL). E-mail: asportilho@gmail.com

membros de outras organizações da sociedade neste processo.

Pretendo chamar atenção, ao longo deste artigo, para o conjunto específico de práticas propostas pelos operadores do MUF que produzem as favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo como um espaço com uma significação específica e que coloca questões tanto sobre a representação das favelas quanto sobre a historicidade desta construção. Considero que toda prática humana em determinado lugar o torna espaço. Desse modo, não pretendo afirmar que aquelas favelas apenas se tornaram espaço a partir da ação do MUF. Pelo contrário, as diversas práticas realizadas naquelas favelas, ao longo da existência de cada uma, produziram-nas de tal modo carregado de significação que, inclusive, permitiram aos gestores do MUF introduzir novidades neste processo, reafirmando ou desafiando as antecedentes.

De modo articulado a esta ideia, é possível entender este empreendimento como a construção de uma “comunidade imaginada”, seguindo a proposição de Benedict Anderson. Afirma o autor que “[...] na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 2008, p. 33). A investigação de Anderson é sobre a produção dos nacionalismos, desnaturalizando seus processos, o que guarda importante distância de tempo e escala do objeto aqui analisado. Ainda assim, entendo que suas proposições possam ajudar a refletir sobre os empreendimentos realizados pelo MUF uma vez que o ponto que nos interessa da reflexão do autor não é a discussão propriamente dos nacionalismos, mas a maneira como se engendram os mecanismos de constituição de comunidades.

Lilia Moritz Schwarcz, na apresentação à edição brasileira do livro de Anderson (2008), afirma uma defesa do uso do termo “imaginação” e da relevância do trabalho daquele autor para o estabelecimento desta definição. Afirma Schwarcz que “[...] mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejo e projeções” (ANDERSON, 2008, p. 10).

Anderson analisa a utilização do censo, do mapa e do museu como instrumentos do Estado colonial para produzir a imaginação de seus domínios no Sudeste asiático. Afirma que este “estilo de criação imaginária não nasceu do nada” e é profundamente tributário das tecnologias desenvolvidas no período para a expansão colonial e a dominação de suas conquistas (ANDERSON, 2008, p. 254). Afirma, ainda, o autor que “[...] o mapa e o censo modelaram a gramática que, no devido tempo, possibilitaria o surgimento da ‘Birmânia’ e dos ‘birmanianos’, da ‘Indonésia’ e dos ‘indonésios’” (ANDERSON, 2008, p. 254). Ou seja, são as tecnologias que produzem os entes que julgamos estarem apenas descrevendo e nomeando. Mas, a consolidação desta imaginação somente foi possibilitada pela instituição do museu, responsável pelo “tipo específico de criação de imagens do Estado colonial em relação à história e ao poder” (ANDERSON, 2008, p. 254).

Salienta-se que a produção desses instrumentos institui uma gramática do poder que não se restringe à experiência específica da colonização do Sudeste asiático. O termo imaginação remete, fundamentalmente, àquele agrupamento de indivíduos que, embora desconhecido em sua quase totalidade, comunga de uma identidade produzida pela imaginação. Nesse sentido, experiências como a do Museu de Favela são tentativas de apropriação de instrumentos como o mapa e o museu, como forma de amplificar as possibilidades de suas “maneiras de operar” (DE CERTEAU, 2011) a partir de uma busca por constituir novas imaginações para sua comunidade. O uso destes instrumentos tem por objetivo, justamente, mobilizar a identificação dos habitantes do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo utilizando-se especialmente da memória.

O Museu de Favela

O Museu de Favela foi fundado no ano de 2008, como uma Organização Não Governamental (ONG). Sua existência resulta da mobilização de parcela dos moradores em torno das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fruto de parceria entre governo federal e estadual e iniciado

no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo em novembro de 2007. No âmbito do PAC, propunha-se realizar investimentos em infraestrutura e desenvolver ações que possibilitassem o desenvolvimento econômico e social local.¹ Entre as obras de infraestrutura, estavam previstas a requalificação do “Beco do Amor Perfeito”, que abre acesso entre Copacabana e o Pavão-Pavãozinho, ampliação das galerias de drenagem pluvial, ampliação do reservatório de água potável e construção de 120 apartamentos para o reassentamento de famílias cujas casas foram atingidas pelas obras do programa.²

Pelo Programa, criou-se, também, a Base de Inserção Social e Urbana (BISU), um escritório dirigido pela KAL Projetos e Territórios, empresa de arquitetura que desenvolve ações de intervenção social atreladas à intervenção urbana. O objetivo deste escritório era estabelecer estratégias de desenvolvimento econômico e social local, que ficariam conhecidas como “trabalho social do PAC”.³ Dentre os associados da KAL Projetos e Territórios, estava Kátia Loureiro, que posteriormente faria parte da diretoria do MUF.

O Conselho Comunitário do PAC (CCOMP) foi o espaço criado dentro do PAC para estabelecer a interlocução entre gestores do programa e moradores com o objetivo de discutir com a comunidade local as diretrizes das intervenções, assegurando o princípio da participação àqueles que serão atingidos pelas obras. A partir das reuniões deste conselho, diversos moradores começaram a se aproximar das ações do trabalho social promovidas no BISU, dentre as quais estava a realização de cursos de qualificação profissional que colaborassem para a criação de um “legado do PAC” para aquelas favelas. Este legado consistia na criação de uma empresa, associação ou cooperativa que, após o término da execução do PAC, permanecesse no território e gerasse trabalho e renda para a população.

Como resultado dos debates do CCOMP, que reunia moradores, gestores públicos e a empresa KAL, e incorporava ideias de ambos, boa parte das ações foi direcionada para a criação de um museu que operasse também o turismo. Foram realizados, entre outros, dois cursos em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), um de Museologia e outro de

Turismo para moradores interessados em se engajar na criação daquele museu.

Em decorrência dessas ações, foi formada uma Comissão Pró-Museu composta por dois moradores do Cantagalo, Rita de Cássia e Sidney Silva; e dois moradores do Pavão-Pavãozinho, Carlos Esquivel, conhecido como Acme, e Valdete Viana. Esta comissão registrou, por meio de entrevistas, as memórias dos moradores mais antigos das duas favelas e frequentou os cursos acima citados. Dessa maneira, o museu começou a ser organizado.

O MUF é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, o que lhe confere o caráter de associação de utilidade pública. É definido por seus gestores como um “museu territorial e vivo sobre memórias e patrimônio cultural de favela”.⁴ O termo museu de território, ou territorial, integra o campo semântico articulado pela noção de museologia social e define experiências nas quais o acervo se compõe não apenas de objetos, mas do próprio território que opera. Essa definição também articula uma noção ampliada de patrimônio a que se presta preservar. Associada à ideia de museu comunitário, designa aqueles empreendimentos cujos patrimônios são reconhecidos

[...] como tal pela comunidade e por seus membros. É o capital cultural coletivo da comunidade. Ele é vivo, evolutivo, em permanente criação. Os responsáveis do museu utilizarão esse capital para atividades inscritas na dimensão cultural do desenvolvimento do território e da comunidade. A conservação é uma responsabilidade e uma tarefa coletiva da comunidade, os profissionais do museu sendo essencialmente apoio técnico e científico. (VARINE, 2005).

Ao definir seu empreendimento como museu de território, os promotores do MUF buscam colocar no centro de suas preocupações o espaço produzido pelas ações que desenvolvem. Além disso, por ser um empreendimento que valoriza os patrimônios das favelas entendidos como capital por aqueles que as habitam, a relação dos moradores com o espaço da favela será também central nas ações desenvolvidas pelo MUF.

Estas ações se orientam pela produção de uma memória coletiva em conjunto com os moradores das duas favelas a partir da qual seja possível erguer nova representação para aqueles territórios. Os gestores do museu procuram construir essa nova representação deslocando-se da chave da violência associada à carência que, frequentemente, marca a discursividade produzida em torno da favela.

Licia do Prado Valladares (2005), investigando a “construção social das representações das favelas” (p. 23), aponta como, já em sua origem, a favela foi interpretada como uma presentificação do “mundo rural na cidade” (p. 22). Segundo a autora, o mito de origem da favela se alimenta da imagem de Canudos produzida no livro “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. Essa imagem “[...] também corresponde àquela vislumbrada pelos primeiros visitantes da favela do Rio, quando transpuseram em suas descrições a dualidade ‘litoral *versus* sertão’ para a dualidade ‘cidade *versus* favela’” (VALLADARES, 2005, p. 23).

Esta construção alimentou a percepção da favela como problema, designação que, segundo a autora, qualificou esta formação urbana desde o seu surgimento. Afirma Valladares (2005, p. 36) que: “[...] a descoberta da favela foi logo seguida por sua designação como problema a ser resolvido. Aos escritos de jornalista vêm juntar-se vozes de médicos e engenheiros, preocupados com o futuro da cidade e sua população”; ademais, “[...] a ‘problematização’ precedeu a extensão do fenômeno ao conjunto da cidade e ocorreu enquanto o processo de favelização ainda não se havia generalizado na capital federal”. E, ainda, “[...] essa problematização contou com forte respaldo do diagnóstico higienista aplicado à pobreza e ao cortiço, servindo este como uma das matrizes das primeiras representações da favela” (VALLADARES 2005, p. 39).

Essa visão sobre a favela, amparada em discursos científicos e técnicos, como os da medicina e da engenharia, por exemplo, cooperou para a consolidação da representação da favela como o lugar da ausência e da carência. Ou seja, a favela era, segundo aquela visão, o avesso da cidade que se desejava construir. Esta visão está na

base da discursividade sobre as favelas ainda hoje e é justamente com ela que o MUF concorre na produção de suas ações.

Produzindo imaginações para o Pavão-Pavãozinho e Cantagalo através do livro “Circuito das Casas-Tela” e dos mapas do MUF

No ano de 2012, foi produzido o livro “Circuito das Casas Tela: caminhos de vida no Museu de Favela”. É uma produção do próprio museu, que foi financiada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), através do Programa Pontos de Memória, e em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).⁵ Seus três autores participaram da fundação do museu e permaneceram por algum tempo na sua direção. Acme, morador do Pavão-Pavãozinho e grafiteiro de reconhecimento internacional, foi presidente do MUF em sua primeira gestão e desligou-se da instituição em 2012. Kátia Loureiro, então moradora de Ipanema, era dona da empresa KAL Engenharia, responsável pelos projetos do PAC Social, ação a partir da qual ocorreram as articulações que deram origem ao MUF e se desligou do museu em 2013. Rita Santos, moradora do Cantagalo, continua pertencendo ao quadro do museu como Diretora Social e “curadora de memórias”. As cópias do livro foram distribuídas gratuitamente para moradores de Pavão-Pavãozinho e Cantagalo e durante o 5º Fórum Nacional de Museus. A obra está também disponível para compra na Base Operacional do museu.

O livro é assinado pelos três; porém, ao mesmo tempo, é uma publicação chancelada pelo museu. Ou seja, é uma leitura produzida por agentes autorizados a falar em nome da instituição, o que nos permite pensá-lo como uma representação institucional do MUF. É composto por 12 capítulos e seu projeto gráfico tem o grafite como referência estética fundamental. Há duas apresentações, uma assinada pelo então presidente do Ibram José Nascimento e outra assinada pelos três autores. O prefácio é assinado por Mário Chagas, “[...] poeta, museólogo e doutor em Ciências Sociais.

Professor da Unirio e da ULHT [Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Lisboa]” (LOUREIRO; PINTO; SILVA, 2012, p. 14). O texto não revela, porém, Mario Chagas havia sido diretor do Departamento de Processos Museais do Ibram, até meses antes do lançamento do livro. Do Departamento, fazia parte a Coordenação de Museologia Social e Educação, responsável pela condução do Programa Pontos de Memória.

A presença de textos destes agentes governamentais no livro demonstra que o modo como se produz esta representação decorre da inter-relação com as políticas de governo. Esse aspecto também fica evidente quando analisamos a dedicatória e os agradecimentos. O livro é dedicado às instituições que fazem parte do Programa Pontos de Memória, nomeados como “resistentes culturais”. Os agradecimentos são voltados para instituições do governo e organismos internacionais; Ibram, Ministério da Justiça e OEI.

Entretanto, o empreendimento não se resume às relações governamentais. O conteúdo do

livro é feito a partir do depoimento dos moradores das três favelas que cederam suas casas para a produção do circuito. Isso demonstra que a produção de uma imaginação para aquela comunidade tem como interlocutores tanto os agentes “de fora” da favela quanto os “de dentro”.

A análise de seu conteúdo permite refletir sobre as maneiras pelas quais os gestores MUF produzem novas imaginações para seu território. O texto “Eu: Território do Museu de Favela” é bastante peculiar ao revelar as intenções e proposições desses autores para o museu, este que, na concepção deles, é todo o território. Narrando como se fosse o próprio morro, apresenta as visões dos autores sobre as favelas em questão e sobre a comunidade imaginada que almejam produzir. Acompanhamos, dessa forma, uma narrativa em primeira pessoa, na qual o morro é tomado como indivíduo e metáfora do corpo. Esta estratégia fica mais explícita quando analisamos a Figura 1, uma ilustração da primeira página do texto.

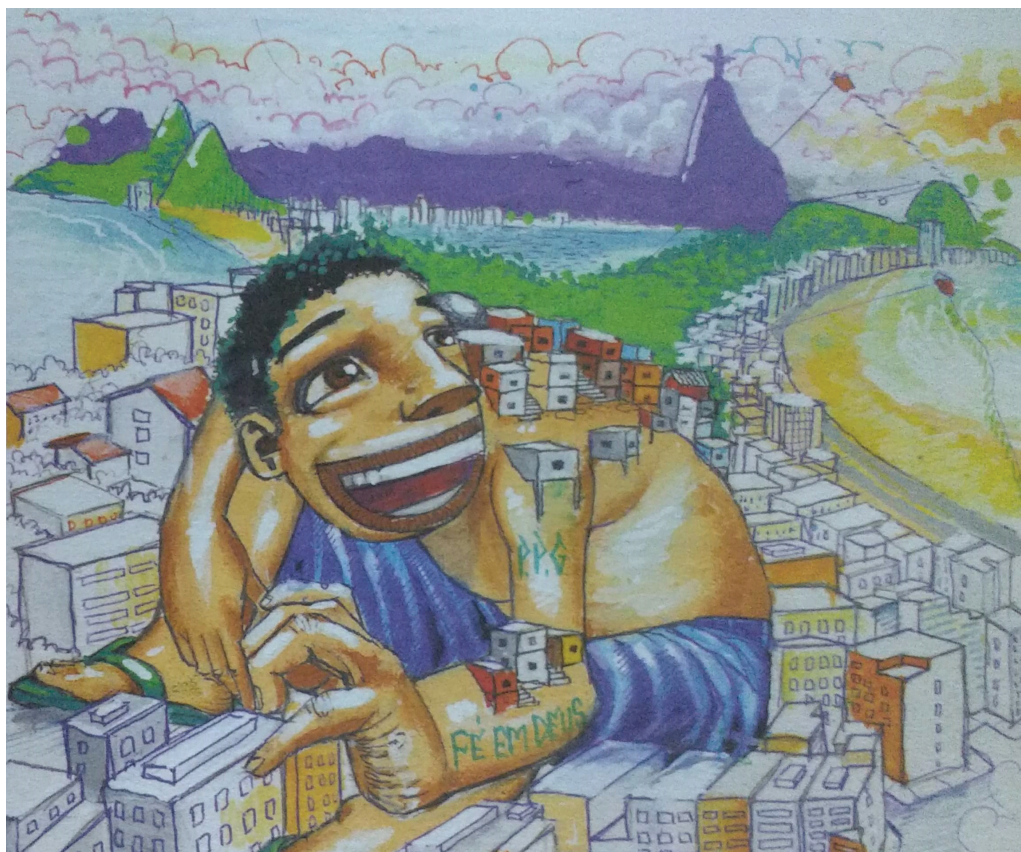


Figura 1: Ilustração do texto “Eu: território do Museu de Favela”

Fonte: Loureiro, Pinto e Silva (2012, p. 29).

Na Figura 1, observa-se que o rapaz carrega em suas costas as moradias que ocupam o morro. É preciso reparar que o rapaz está vestido de bermudas e chinelo de dedo, vestimenta que produz a identificação com os moradores reais, que habitam o morro. Esta identificação também é produzida pelas feições do corpo que simboliza o morro: os cabelos crespos e a pele negra remetem às características de grande parte da população que habita aquelas favelas, formada, basicamente, por negros, migrantes dos estados da região nordeste do Brasil e seus descendentes.

A estratégia de corporificar o morro produz um intenso efeito de humanização, que se aproxima das experiências das pessoas que o ocupam. Ao longo do texto, esta estratégia discursiva promove a aproximação entre o morro e os moradores. Em certo ponto, o morro “fala”: “Sofri compressões, trações e torções até chegar nessa minha forma. Os homens que me ocupam também passaram por compressões, trações e torções. As minhas de origem geológica, as deles, de origem social” (LOUREIRO; PINTO; SILVA, 2012, p. 30).

Segundo o ponto de vista defendido no texto, ambos os corpos são sujeitos aos enquadramentos das estruturas que lhes são externas. O morro está sujeito às estruturas de origem geológica que o regulam. As pessoas, tais como o morro, passam pelo “assujeitamento” da estrutura que as condiciona; porém, esta é de ordem social.⁶ Esta passagem é particularmente interessante para refletir sobre as maneiras pelas quais o grupo produz interpretações sobre suas realidades. Uma “interpretação estruturalista” da realidade, na qual tanto as pessoas quanto o morro, equiparados, sofrem as sujeições da estrutura. Sozinhos, não podem alterar esta estrutura, mas exercem sua agência ao denunciar que ela existe e é injusta. É, portanto, uma representação que carrega forte caráter de denúncia e posicionamento político. O texto fala para quem não conhece aquela realidade, em um esforço de produzir pontes de comunicação com agentes externos e criar visibilidade para as dificuldades enfrentadas por quem é do morro.

Falando sobre sua história, no início do texto, o morro “reclama” das 5 mil moradias que

ocupam suas encostas, articulando uma narrativa de intenso sofrimento.

Sinto-me pesado, me pesam, sofro de pressão alta sobre minhas encostas. Já sofri um derrame, não consegui segurar uma caixa-d'água no alto de minhas encostas. [...] Se prestassem atenção, perceberiam que, apesar de forte eu tenho os meus limites. (LOUREIRO; PINTO; SILVA, 2012, p. 39).

Entretanto, mais à frente, essa posição que parece uma hostilidade com os moradores transforma-se em solidariedade: “[...] compreendo a favela que me cobre como solução de moradia, uma escolha na falta de escolha” (LOUREIRO; PINTO; SILVA, 2012, p. 40). A partir de então, o morro toma seu partido em favor dos moradores, afirmando-os como o lado mais frágil de uma “estrutura social”, de onde viria sua vulnerabilidade. Nesse sentido, afirma ter aprendido “[...] que entre os homens também há predadores e predados. Que, na ausência de Estado, prevalece a lei do mais forte” (LOUREIRO; PINTO; SILVA, 2012, p. 40). O morro assume, então, uma postura solidária diante dos moradores que ocupam suas encostas.

Nesse ponto, entra na narrativa produzida pelos gestores do MUF um agente que estava, até então, não nomeado no texto – o Estado – por meio da denúncia de sua suposta ausência. Entretanto, esta retórica da ausência do Estado precisa ser problematizada. Encontramos registros de sua ação nestes territórios em diversos momentos, ainda que não tenha desenvolvido políticas suficientes, nem permanentes. O Estado surge também como uma entidade abstrata, desconsiderando, por exemplo, que a existência do próprio livro em que o texto está publicado foi possibilitada pela ação de determinadas pessoas que fazem parte de instituições de governo. Nesse sentido, cabe considerar que, ainda que não diretamente nomeados, os agentes de instituições de governo atuam diretamente na produção das novas imaginações para o Pavão-Pavãozinho e Cantagalo propostas pelo MUF.

É importante chamar atenção para outro instrumento de produção de imaginações de que os gestores do MUF lançam mão, estratégia de poder

inegável na produção de comunidades imaginadas: o mapa. Benedict Anderson, refletindo sobre as imagens produzidas pelos Estados coloniais da África e da Ásia, defende que estas foram modeladas não somente a partir dos estados dinásticos europeus. Uma “genealogia próxima” era necessária na composição da gramática que possibilitaria a produção destas imagens. Para o autor:

[...] poucas coisas mostram mais claramente essa gramática do que três instituições de poder, as quais, embora inventadas antes de meados do século XIX, modificaram a sua forma e função quando as zonas colonizadas ingressaram na era da reprodução

mecânica. Essas três instituições são o censo, o mapa e o museu: juntas, elas moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio – a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado. (ANDERSON, 2008, p. 227)

Guardadas as diferenças de escala e temporalidade entre os mapas produzidos pelos estados coloniais do século XIX, objetos de Anderson, e os mapas produzidos pelo Museu de Favela em diálogo com agências do governo brasileiro no século XXI, suas reflexões colaboram para a compreensão dos elementos que temos em tela.

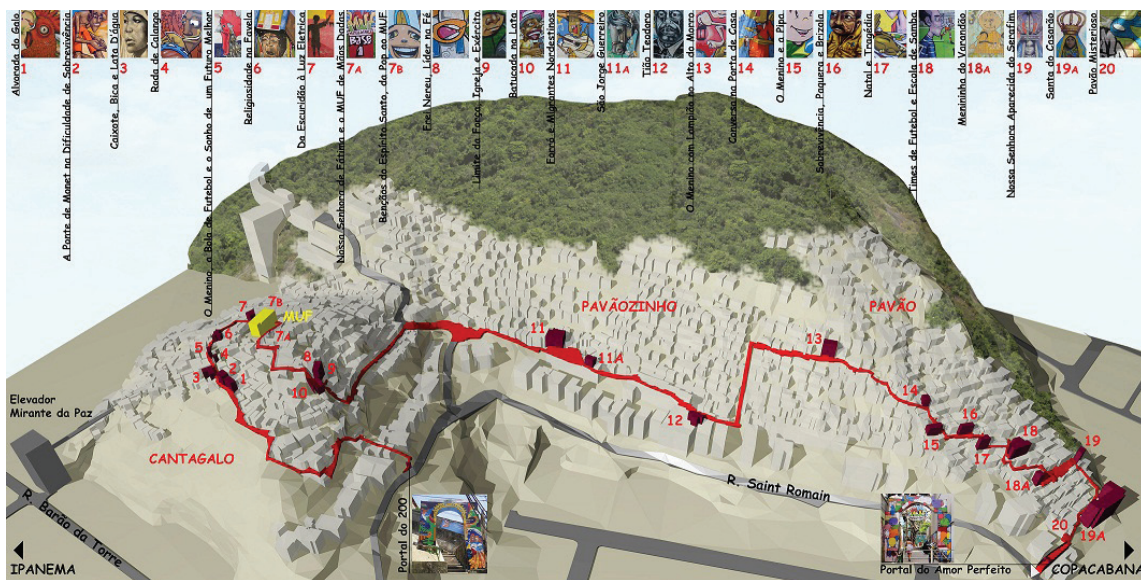


Figura 2: Mapa do Circuito das Casas Tela
 Fonte: Loureiro, Pinto e Silva (2012, p. 66-67).

No mapa da Figura 2, a vista enquadra a totalidade da ocupação do maciço do Cantagalo. As duas favelas, Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, aparecem como um todo contínuo. Há o fato de as construções de ambas as favelas terem se espalhado pela encosta até tornar imperceptível qualquer separação entre os territórios. Entretanto, para além desse fato, é preciso considerar os mapas como formas de representar que revelam as escolhas daqueles que os produziram dentro de um universo de possibilidades. Dessa forma, ligadas pela representação cartográfica proposta, as favelas repetem o formato “Complexo Pavão-Pavãozinho-

Cantagalo”, que atende a um projeto que pensa as duas favelas como um todo. A linha vermelha que cruza o maciço pelo meio das moradias, iniciando em Ipanema e terminando em Copacabana, demarca o “Circuito das Casas Tela”. Este circuito atravessa e unifica os dois territórios por meio das memórias dos moradores representadas pelos grafites nas fachadas das casas.

Entretanto, Juliana Blasi Cunha (2014) demonstra que, historicamente, as relações entre os moradores das duas favelas foram produzidas com base em rivalidades e diferenciações. A despeito das diferenças que separavam Pavão-Pavãozinho

e Cantagalo, como afirma a autora, a chegada do grupo de narcotraficantes do Comando Vermelho foi importante elemento para a produção da unificação desse território:

[...] a relação de rivalidade entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho é anterior ao início do tráfico na região e, inclusive, orientou a forma como os antigos bandidos locais, as chamadas “quadrilhas”, atuaram na região. Tais quadrilhas, no entanto, foram substituídas pelo Comando Vermelho, que, após dominar os pontos de venda de drogas das duas favelas, buscou, ao seu modo, unificá-las, alterando a dinâmica da vida local. (CUNHA, 2014, p. 146).

A unidade entre os territórios de Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, produzida primeiramente pelos agentes do tráfico de drogas, foi apropriada pelo Estado. Esta apropriação seguramente se efetiva por meio da ação policial naquela região que, para traçar as estratégias de enfrentamento ao tráfico, levou em consideração a sua maneira de operar o território. Posteriormente, foi adotado o formato “Complexo do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” para o desenvolvimento de ações do Programa de Aceleração do Crescimento, uma atualização daquela unidade dos territórios produzida pelo tráfico que impactou o desenho das ações promovidas pelo MUF.

Outras fontes demonstram como a proposta do PAC informou a produção desta representação unificada do território de Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Rita de Cássia aborda essa questão em entrevista (SANTOS, 2014). Segundo a diretora do MUF, antes da chegada do PAC, as ações desenvolvidas individualmente pelos agentes que se mobilizaram para a criação do museu eram concentradas em seu próprio território. E, antes das ações do PAC, segundo ela, essa percepção unificada das três favelas como um único Complexo não era mobilizada no desenvolvimento de ações culturais.

Acompanho Juliana Blasi Cunha na sua afirmação de que existe um “nós relacional” entre os moradores de Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. A autora desenvolve esta ideia para analisar as relações

entre os moradores do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo no contexto da implantação da UPP e da segunda fase do PAC naquele território. Afirma que

[...] o sentimento de pertença dos moradores à favela é relacional. Quase sempre se sentem pertencendo a uma ou outra favela, marcando as diferenças entre eles. Em algumas situações, no entanto, é possível que esse sentimento de pertencimento assuma um sentido mais amplo de todo o “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”. (CUNHA, 2014, p. 113).

Também acredito que esse sentimento de pertença relacional exista entre os gestores do MUF, e isso impacta as maneiras de realizar o trabalho do museu. Assim, se a instituição do museu busca consolidar uma unificação dos territórios sob a forma “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”, na prática de seus gestores pode ser ou não acionada, dando lugar a possibilidades diversas para a produção de sua identificação.

Em princípio, é possível considerar a representação do território no formato “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” como uma imposição do Estado diante dos moradores da favela em questão. No entanto, entendo ser importante perceber como os gestores do MUF se movimentam diante dessa imposição com o objetivo de alcançar ganhos frente à política pública que lhes foi apresentada. Assim, definem seu território de atuação e criam suas representações a partir do que foi estabelecido pelo PAC. Sabendo que a gramática da política vigente impunha que eles se pensassem como complexo de favelas, e não separados em suas especificidades territoriais, organizaram seu empreendimento nesse sentido. Mobilizar as categorias de acordo com a política em vigor seria, talvez, a única possibilidade de diálogo com o Estado e de ver atendidas suas demandas.

Ao mesmo tempo, recuperando a ideia de que há um “nós relacional”, é importante notar que o formato “complexo de favelas” não é o único de que lança mão o museu para representar seu território. É o que se verifica ao analisarmos a Figura 3, outro mapa que compõe o livro “Circuito das Casas Tela”.



Figura 3: Representação do território do MUF com suas subdivisões

Fonte: Loureiro, Pinto e Silva (2012, p. 28)

Este mapa também apresenta o enquadramento do alto, que representa a totalidade da ocupação do maciço. Entretanto, a divisão espacial que se evidencia é mais complexa. Aparecem nele os nomes das localidades que subdividem as favelas. Estes nomes foram produzidos por seus moradores na prática de habitar aqueles espaços, como se vê em um trecho do texto “Eu: Território do Museu de Favela”:

Os homens criaram nomes interessantes para partes menores de mim. Serafim tem esse nome por conta do Hotel Serafim, o Vietnã porque seus ocupantes chegaram muito pobres e meio esfarrapados, pareciam voltar da Guerra do Vietnã, Caranguejo lá no alto, porque começar a vida aí era (e ainda é) tão penoso que parecia que se andava para trás, tal um caranguejo; Quebra-braço, porque muita gente se

acidenta nessa ocupação, de cima das lajes e pirambeiras, Caixa d’Água por motivo do reservatório da CEDAE, Nova Brasília [...]. (LOUREIRO; PINTO; SILVA; 2012, p. 29).

No centro da imagem, lê-se a frase “De longe parece igual, mas não é!!”. A inscrição revela a existência de representações específicas dos territórios em questão somente apreensíveis quando se está de dentro da favela ou se observa de perto seu espaço, mas não somente isso. Revela a proposta de afirmar especificidades dentro de um programa de governo em que a representação da favela planifica e homogeneiza as diferenças. Mostra que há também uma concorrência entre as representações que projetam consolidar no MUF e as que são produzidas pelos agentes de Estado mais ligados ao planejamento e à segurança pública.

A existência das duas formas de mobilizar as representações dos espaços em questão não configura uma contradição. Mostra que é possível para as pessoas que estão à frente do museu transitar por múltiplas definições, mobilizando uma ou outra em momentos específicos, a depender de sobre o que e com quem se fala.

Como pretendi demonstrar, as representações articuladas pelo MUF produzem uma imaginação para aquele território, importante aspecto do seu projeto museal. Na experiência do MUF, busca-se desafiar a imagem das favelas produzida, no decorrer do século XX, por diversos meios, na chave da carência associada à violência. Como resultado, almeja desvelar as favelas, consolidando-as como espaços dotados de passado relevante ainda que desconhecido da cidade.

Em suas “práticas espacializantes”, os sujeitos mobilizados em torno do MUF produzem diversas maneiras de imaginar as favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Apropriam-se de representações produzidas de fora para dentro ao mesmo tempo em que reafirmam suas próprias construções simbólicas que constituem a espacialidade daquele museu.

Ao lançarem, ao centro da representação, as formas de nomear elaboradas na experiência dos moradores em habitar o território, tornam a própria experiência um patrimônio do museu. Buscam comunicar aos sujeitos que a constituem que suas práticas devem ser reconhecidas e valorizadas; portanto, é uma comunidade detentora de memória, um importante capital. Ao mesmo tempo, essas pessoas que se mobilizaram reafirmam aos de fora que a favela é parte relevante da cidade, que seus modos de habitar devem ser reconhecidos, os seus patrimônios preservados e os seus direitos respeitados.

Notas

1 Seção “O PAC”. Disponível em: <www.pac.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2016.

2 Informações retiradas de: “Informação pública – PAC Comunidade Pavão-Pavãozinho/Cantagalo – Urbanização”, disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036865>> e de Cunha, 2014.

3 Além do projeto desenvolvido no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, alguns dos projetos conduzidos pela empresa são: o “Programa de Regularização Urbanística e Fundiária do Complexo da Tijuca” e o “Programa Social Morar Carioca – Babilônia e Chapéu Mangueira”. A empresa mantém uma página na internet; porém, não há informações atualizadas: www.kal.com.br. Os veículos em que encontramos informações mais recentes sobre o PAC Social no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo são as páginas na rede social Facebook mantidas pela empresa: “KAL Projetos e Territórios” e “PAC Social Pavão-Pavãozinho e Cantagalo”. Todos os acessos em: 24 fev. 2016.

4 “Sobre o MUF”. Disponível em: <<http://www.museudefavela.org/sobre-o-muf/sobre-o-muf>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

5 A Organização dos Estados Iberoamericanos é, conforme consta em seu site, “[...] um organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional”. Com sede em Madri, Espanha, é composta pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Informações disponíveis no texto “Quem somos”, em: <www.oei.org.br>. Acesso em: 16 fev. 2016.

6 Antônio Carlos de Souza Lima utiliza “assujeitamento” e assim o justifica: “[...] traduzi propositalmente *subject* – no sentido de subordinado a um poder – por assujeitado (assujeitamento), de forma a marcar ao mesmo tempo a diferença e a duplicidade contidas no termo sujeito, mais claramente expressas em inglês” (LIMA, 1989, p. 85). É nesse sentido que uso o termo.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CUNHA, Juliana Blasi. “**Nossa casaca é dupla face**”: dinâmica sócio-espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. 2014. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano** – as artes do fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz**. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOUREIRO, Kátia; PINTO, Rita de Cássia S.; SILVA, Carlos Esquivel G. da. **Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela**. Rio de Janeiro: Museu de Favela, 2012.

SANTOS, Rita de Cássia dos. **Entrevista** [agosto de 2014]. Entrevistadora: Aline dos Santos Portilho. Rio de Janeiro, 2014. 1 arquivo mp3 (109 min).

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARINE, Hugues. **O museu comunitário é herético?** 2005. Disponível em: <<http://www.hugues-devarine.eu/textes-inedits/38-2005-o-museu-comunitario-e-heretico-.html>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

Práticas de “racialização” observadas em narrativas de camponeses que se deslocaram na década de 1950 a cidade de Sobral/Ceará

Practices of “racialization” observed in narratives of peasants who moved in the 1950s to the city of Sobral/Ceará

Maria Antonia Veiga Adriaio*

Palavras-chave:

Migração

Diversidade

Práticas de Racialização

Resumo: Neste artigo, analiso práticas de “racialização” observadas em narrativas de migrantes que entrevistei para a pesquisa de doutorado, quando investiguei o movimento migratório realizado por camponeses moradores da região “Sertão Centro Norte Cearense” que, em grande medida, teve como destino a cidade de Sobral, também situada nessa região. As fontes que trouxe para este artigo foram narrativas orais; relatórios demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e uma bibliografia interdisciplinar que ajudaram a compreender como os entrevistados colocaram em prática seu aprendizado geracional para justificarem suas escolhas na convivência social nessa cidade.

Keywords:

Migration

Diversity

Practices of Racialization

Abstract: In this article, I analyze practices of “racialization” which I observed in migrant narratives that I interviewed for doctoral research, when I investigated the migratory movement carried out by peasants living in the North Center Ceará “Sertão” region, what mostly had the destination the city of Sobral, also located in this region. The sources I brought to this article were oral narratives, demographic reports from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and an interdisciplinary bibliography that helped to understand how the interviewees put into practice their generational learning to justify their choices in social coexistence in this city.

Recebido em 06 de junho de 2018. Aprovado em 07 de agosto de 2018.

Os Caminhos da Pesquisa

Analiso, neste artigo, um problema observado nas narrativas de migrantes entrevistados para a pesquisa de doutorado, quando investiguei o movimento migratório realizado por camponeses, moradores da região “Sertão Centro Norte Cearense”,¹ que em sua maioria teve como destino a cidade de Sobral,² também situada nessa região. Ainda que alguns tenham ensaiado morar em outros centros urbanos do Ceará e do Brasil, centrei a pesquisa no movimento intermunicipal com destino a essa cidade, por meio, maiormente,

das recordações e percepções das experiências vivenciadas nessa urbe.

Apresentarei inicialmente algumas explicações metodológicas, quando reproduzi muitas das reflexões que realizei na Introdução e em tópicos do Segundo Capítulo do citado trabalho.

Considero necessário destacar que muitos estudos migratórios analisam as dificuldades que migrantes enfrentam no campo da moradia, do trabalho, da qualificação profissional, das dificuldades de adaptação às novas circunstâncias, importantes porque refletem problemas estruturais os quais uma vez superados, contribuem para a

* Doutora em História Social Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em História do Brasil Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciatura em História Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professora adjunta Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: mavaadri@hotmail.com

fixação da residência, embora esta fixação exorasse mais, porque passa pelo campo da estabilidade emocional e psíquica do migrante ao se ver “desterritorializado” ou desinstalado de seu tempo social (HAESBAERT, 2005).

No que se refere ao grupo entrevistado³ não foi diferente, já que igualmente colocaram em destaque esses problemas; contudo, alguns enfatizaram nas relações com os vizinhos, algo que chamou atenção, porque ficou no campo das “relações de racialização”, tomando emprestado essa noção desenvolvida por Rios e Mattos (2005), a qual retornarei mais adiante.

Trouxe neste artigo, portanto, uma reflexão sobre **as práticas de “racialização”** observadas nas recordações das vivências na cidade de Sobral.

Ainda que nas décadas de 1950 a 1980 (período da pesquisa), houvesse um movimento de camponeses cearenses para outros Estados brasileiros, sobretudo para o Sudeste do país, ligado aos ciclos econômicos e às secas bem maior do que o existente na atual conjuntura, movimento que pude observar com alguns dos inquiridos que se deslocaram para outros estados (mas não permaneceram) ou que possuem parentes migrados fora do Ceará, considerava importante conhecer outras interpretações, em uma perspectiva talvez de “ego-história” (CHAUNU et. al, 1989), por também ser filha de camponeses que migraram a Sobral nos anos de 1970.

Porquanto, entre aqueles que se deslocaram no decorrer da seca de 1958⁴ a Sobral, por exemplo, quatro dos 27 (vinte e sete) entrevistados, um homem e três mulheres, apenas este ressaltou esse fenômeno climático como provocador. As senhoras justificaram obrigações familiares, o que vai de encontro a situações recorrentes que não reverberam nesses estudos como os valores culturais da época.

É preciso lembrar que o IBGE, ao incluir na pesquisa demográfica de 1960 a mobilidade intermunicipal, pois até então abrangia apenas a inter-regional, apresentou dados que revelaram que o movimento migratório interno compreende um dinamismo não circunscrito à busca por empregos nas fábricas das grandes cidades, uma ideia defendida a partir dos anos de 1940, conforme Santos (2009).

Conclui-se, pelas estatísticas, que todos os municípios e todas as regiões do país atraíam, assim como perdiam populações rural e urbana (tomando estes conceitos do IBGE que orientava suas estatísticas entre populações: urbana, suburbana e rural).

É fundamental perceber que essa mobilidade de populações rural e urbana surge equilibrada, não se percebendo os centros urbanos ganhando mais populações como passou a acontecer a partir dos anos de 1970 (por razões que não serão analisadas neste texto), com alguma exceção (SANTOS, 2009). Nesse sentido, no Censo IBGE 1970, já se percebe alteração significativa do movimento populacional, com um deslocamento maior de populações às zonas urbanas, não necessariamente saídas das zonas rurais. Contudo, não estudei os camponeses que emigraram dessa cidade no período, nem outro segmento social que entrou ou saiu, apenas o grupo referendado.

Não obstante, Sobral surge como o maior núcleo urbano do interior do Estado ainda no século XIX (BARBOSA et al., 2000), com uma economia comercial que aglutinava a produção regional em seu mercado, e em consequência, ingressou na fase industrial ainda na segunda metade desse século, mantendo-se com uma produção extrativista de sementes (AGUIAR JUNIOR, 2005), até a renovação de sua indústria com os subsídios e incentivos da Superintendência Para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na década de 1960 e 1970, quando esta cidade assumiu a posição de “Cidade Polo”, ou “Polo de Desenvolvimento regional”, uma das políticas de incremento à economia, alvitrada pela ditadura civil militar.⁵

Ressalto ainda que, na década de 1950 (período em que os entrevistados começaram a chegar, pois o primeiro chegou em 1951), o IBGE constatou que: “Dos 79 Municípios cearenses, oito tinham população superior a cinquenta [sic] mil habitantes: Fortaleza (270.169), Sobral (70.011) [...]”. Portanto, esse município já possuiu a segunda maior população do Ceará e, por sua vez, uma das maiores populações do país consoante se observa no Anuário Estatístico do Brasil de 1950, surgindo entre àqueles com mais de 50 mil habitantes, total de 77 (setenta e sete municípios), enquanto os 1.817

(mil, oitocentos e dezessete) restantes, possuíam menos de 50 mil habitantes.

Apesar disso, não estou querendo afirmar que, por Sobral posicionar-se na região do Sertão Centro Norte do Ceará como o maior município e, por conseguinte, a maior cidade, e mesmo em nível nacional estando entre os maiores municípios, isso ocasionasse a migração para seu centro urbano, o qual não concentrava como já assinalai, a exemplo das outras cidades brasileiras,⁶ a maior população, pois esta se situava maiormente, na zona rural.

Todavia, pelo que observei, o centro urbano dessa cidade atraía por dois motivos: por possuir características comerciais e industriais, e, por outro lado, nas suas fronteiras ou na sua área periférica, como já sinalizava o IBGE, porque orientava seus relatórios dividindo os distritos municipais entre urbano, suburbano e rural; assim, ao atravessar o centro urbano dessa cidade podia-se até plantar um roçado, como alguns migrantes o fizeram.

Considero interessante destacar, ainda, a maneira como os entrevistados representaram o lugar onde moravam: “Sertão” e “sertãozim” aparecem nas falas juntamente com “Lugarzim”, “Interiorzim” e “Povoadozim”, os quais substituem o nome da comunidade onde nasceram.

Logo não analisarei o aspecto conceitual do entendimento “fisiográfico” respectivo à divisão realizada pelo IBGE, ou as circunstâncias da divisão política que se estabeleceu com a criação da república brasileira, menos as diferenças históricas elaboradas no decorrer da colonização que elaboraram o par sertão e litoral, nem como permanecem sendo ressignificadas. Ou historicar como as categorias “sertão”, “campo”, “rural” e como seus opostos surgem nos discursos e nas práticas sociais, acadêmicas e políticas, nem como se confundem ou se alternam nesses discursos ou nessas práticas.

Contudo, autores como Arruda (2000), Ivone Barbosa (1998), Queiroz (1978), Williams (1990) refletiram a respeito, concordando cada um no seu campo que, a divisão social, cultural e política observada entre sertão e cidade, rural e urbano, campo e cidade ignora, citando Queiroz (1978, p. 267), que: “[...] quando concebidos como

dualidades, tradicional-moderno, rural-urbano, e outros pares de conceitos que se acredita opostos, a dedução lógica é de que são mutuamente exclusivos; dedução lógica dizemos, e portanto, que não apela para a experiência humana [...]”.

Apelando para a “experiência humana” é que respeitei os termos utilizados pelos entrevistados, não por parecer natural que se colocassem dessa maneira, mas pelo fato de “sertão” representar um lugar de suas referências sociais, que nesse sentido não é “atemporal”, embora nas narrativas emerja como se fosse, segundo Ivone Barbosa (1998, p. 28), “[...] a categoria sertão não guarda nenhuma essencialidade fora das experiências sociais dos sujeitos que o nomeiam”.

Desse modo, concordo também com Edward Thompson (1998, p. 20), quando percebeu que a identidade social era apropriada pelos trabalhadores investigados por ele conforme seus interesses: “[Era] possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde.” (ADRIAO, 2017, p. 16).

Portanto, como não foi meu objeto de estudo, não pude me aprofundar, mas cogitei que remeter-se a “sertão” era uma forma de opor temporalidades. Isso porque os migrantes na cidade experimentaram uma descontinuidade temporal, neste caso, de incertezas, que abrangia um novo endereço com vizinhos desconhecidos, uma nova moradia, novos amigos, novo trabalho, novas espacialidades que representavam perdas materiais e simbólicas difíceis de serem superadas a não ser, ressaltando suas experiências em um lugar que precisava ser melhor, neste caso, diverso da cidade, questão refletida por pesquisadores como Haesbaert (2005) quando observou que os migrantes se sentiam “destituídos” do que fazia sentido em suas vidas e procuravam compensar reelaborando o passado, fazendo-o parecer melhor.

Como a fonte oral foi central neste trabalho, inclusive, por esta oportunizar àqueles que emigraram a essa cidade relatarem suas “percepções” ou suas formas de “expressão do mundo social”, no motivo do deslocamento para Sobral, e na razão de permanecer, o que estavam elegendo como importante “no campo de forças e

como campo das lutas” políticas, citando Bourdieu (2000, p. 164-165).

Portanto, acreditando nessa possibilidade, não tratei os entrevistados como simples informantes ou como testemunhas de ocorrências do passado, evitando trazer suas narrativas como anexos. Procurei percebê-los como segmentos de uma cidade que se refazia com suas chegadas e com suas atuações sociais, porque mesmo ignotas, mesmo silenciosas e até “licenciosas” abriram percursos e refizeram mapas (CERTEAU, 1994).

Desse modo, propus-me a um diálogo sobre suas recordações a respeito do movimento que realizaram e em como estabeleceram residência em Sobral. Para tanto, realizei visitas sistemáticas às suas residências ou aos locais indicados. Esse método sugerido por Portelli (2001) constituiu-se, inicialmente, de trocas de informações com abertura para indagações do tipo: “por que você precisa gravar nossa voz aí?”, “por que você precisa filmar?”, “o que você vai ganhar com isso?”, portanto, para exporem suas dúvidas a respeito da pesquisa.

Quando optei, entre conversas informais e formais, sendo estas últimas as que foram gravadas em áudio e vídeo, pela elaboração de uma interlocução que representasse interesses mútuos e, assim, até certo ponto, fluida de espontaneidade, sem um questionário dirigido a não ser com as perguntas básicas de identificação,⁷ embora tendo claro que, meu propósito era um, e o deles era outro.

Possibilidade analisada por autores como Avelino (2001, p. 225), pois: “[...] permite-nos entender a dimensão do outro que constrói o seu próprio domínio do passado, com serenidade, na organização da sua memória a partir daquela situação.”

No entanto, elaborar uma análise que consiga expressar esse diálogo e a relação de confiança que se construiu não tem sido fácil, porque se estabeleceu um compromisso ético indefinido, de não exceder suas reflexões, ou mais bem explicando, não extrapolar seus relatos representativos de suas experiências e impressões do vivido (KHOURY, 2001).

Não obstante, não extrapolar seus relatos não significa deixar de fazer críticas ou não colocar

suas narrativas em perspectiva temporal e analisá-las refletidamente no contexto no qual se inserem. Significa afirmar, por exemplo, que não posso determinar se os entrevistados silenciaram ou omitiram circunstâncias deliberadamente como se tivessem planejado. Mas, por outro lado, posso cogitar que algo foi silenciado, sobretudo quando a voz embarga e o silêncio passa a falar pelos entrevistados. E ainda posso cogitar que tal situação foi esquecida. No entanto, em ambas as situações, quando acontecem, o inquirido apresenta sinais.

Assim, revelo um dos motivos de ter feito também a opção de analisar as narrativas e até as outras fontes de forma “indiciária”, pensando desse modo, nas proposições de Ginzburg (1989). Quero demonstrar com isso que os excertos das entrevistas e os relatórios do IBGE apenas apresentam sinais de como foi viver nessa “urbe” sob resquícios do período pós-abolição, sobretudo porque, pelo espaço reservado para este artigo, não há como aprofundar o assunto.

O outro motivo de optar pelo método proposto por esse autor foi que não objetivei investigar as práticas de racialização entre os migrantes; portanto, não houve como já sublinhado, um questionário dirigido aos migrantes para que respondessem ou narrassem situações de discriminação social e racial ou de preconceitos de quaisquer tipos. A ideia era ouvi-los a respeito da decisão de emigrar, das circunstâncias que consideravam provocadoras do deslocamento e sobre as vivências em Sobral.

Nesse sentido, a questão surgiu quando alguns migrantes relatavam situações vividas nessa cidade relacionadas com lazer, namoro, casamento, relações com vizinhos. Ao sistematizar os relatos, percebi que precisava refletir a respeito em razão de essa questão se fazer presente nessas sessões das narrativas.

E, embora o diálogo com esses interlocutores tenha sido permeado pelos cuidados recomendados à pesquisa com a fonte oral, mormente, dos cuidados necessários quando se constroem relações de reciprocidade, isso não quer dizer que não haja a possibilidade de discordâncias após a escrita divulgada, o que obviamente será respeitado,

porque desencontros temporais entre o pesquisador e entrevistados podem acontecer quando se trata da fonte oral.

Portelli (2000, p. 298) advertiu que: “As histórias de vida e os relatos pessoais dependem do tempo, pelo simples fato de sofrerem acréscimos e subtrações em cada dia da vida do narrador”. Nessa perspectiva, é possível que um entrevistado, ao ter acesso a este artigo ou a minha Tese, faça uma crítica à minha interpretação ou uma autocrítica à experiência relatada, e, desse modo, possa dissentir e até solicitar a alteração do seu relato.

Quem trabalha com entrevistas ou com relatos orais tem muito claro que se trata de uma abordagem aberta à intervenção do narrador em qualquer época. “Portanto, uma história de vida é algo vivo. Sempre é um trabalho em evolução, pois os narradores examinam a imagem do seu próprio passado enquanto caminham”, esclarece Portelli (2000, p. 298).

Igualmente Schmidt (2012, p. 87) defendeu que as recordações não representam “essências” intactas a serem “resgatadas”, uma vez que são resultados de vivências passadas, mas também da interpretação dessas vivências; nesse sentido, perceber como os sujeitos reelaboram suas recordações deve compor o método de análise (SCHMIDT, 2012, p. 87).

Ainda é preciso explicar que, embora a escrita seja um processo solitário, não havendo como mensurar o que representava para os inquiridos, assumi o compromisso de entregar uma cópia das entrevistas gravadas em *Digital Versatile Disc-Recordable* (DVR-R). Todos assistiram sozinhos ou com familiares e comentaram positivamente, nomeadamente por se verem na “televisão”, e pela comoção que causou recordar de situações vividas coletiva ou individualmente, sendo algumas desconhecidas para os mais jovens.

Outro ponto de relevo é que não houve censura no que assistiram, ou seja, na gravação audiovisual. Os pontos das entrevistas criticados aconteceram do modo como acredito, acontecem em toda pesquisa, quando um inquirido solicita para “tal parte” não ser gravada.

No que concerne às outras fontes, procurei analisá-las principalmente com a perspectiva

metodológica sugerida por Revel (1998), pois não se tratava de um movimento circunscrito às vivências dos migrantes e às suas interpretações. Perscrutei, assim, outras fontes que apresentassem vestígios da migração investigada, ou que refletissem a situação da população habitante da região, ou da cidade de Sobral, ou os problemas acentuados pelos entrevistados. Assim, cheguei a artigos e enunciados de um periódico local (fundado em 1918), a relatórios dos Censos Demográficos do IBGE, a mapas cartográficos, à legislação trabalhista e sobre a terra, a cópias de fotografias do centro urbano de Sobral e dos migrantes, a arquivos de uma escola, de sindicatos, do setor pessoal de uma fábrica, entre outros.

A própria cidade foi pensada como um “documento-monumento” (LE GOFF, 1996) ou como um “imenso arquivo” (GINZBURG, 1991) de memórias sobrepostas materiais e imateriais, ao observar as ruas citadas, os bairros, as fábricas em funcionamento ou falidas, as escolas pleiteadas, os santuários, as residências onde boa parte reside desde que chegou, o mercado, quando quase dá para vê-los labutando, pelejando, exorcismando o tempo. E, enquanto trabalhavam em prol de suas permanências, essa cidade modificava sua paisagem, seus percursos, suas fronteiras, seus parâmetros de convivência, reformava, portanto, seu centro urbano, uma questão que abordei no quarto capítulo.

“Assim A Sociedade Era Muito Boa!”

Retomando o problema inicial, no respectivo às práticas de racialização observadas nas recordações dos migrantes, destaquei a paráfrase: “Assim a sociedade era muito boa” como enunciado para esse Tópico do artigo, porque refere-se à narrativa de uma das migrantes citadas, indica maneiras de viver as normas sociais e familiares na cidade de Sobral.

Trouxe, inicialmente, Dona Maria da Conceição Aguiar⁸, considerando que ela se remete ao seu aprendizado geracional sem expandi-lo a práticas fora do âmbito familiar, restritas principalmente, às recordações das vivências com

sua genitora, não associando esse aprendizado a outras circunstâncias de suas vivências, de modo que apresentasse indícios de como essas práticas reverberavam no âmbito social maior. Já as outras migrantes citadas na sequência abrem a esta perspectiva.

– Ah! Aqui era coisa pouca, só assim, de gente passando. Sei lá, as coisas, os homens eram diferentes, eram diferentes! Os rapazes, os homens eram diferentes nesse tempo! [...] A mamãe? Só se for mais outra pessoa, só não, andar aqui em Sobral só? Pelo menos no nosso sertão, ela não deixava a gente sair, mas [...] só que a mamãe, a mamãe me amarrava, porque não deixava eu sair não. A mamãe dizia num dá certo não, na casa de comade Júlia tem um rapazim lá, que tem uma bodeguinha, mas ele é moreno, mas ele é moreno Não dá certo não, não vai cair na conversa dele não! Ai eu fiquei tristonha aqui em Sobral [...], com saudade, porque lá se juntava as moças, os rapazes, a gente brincava do anel [...]. Eu sempre com saudade, saudade do meu sertãozim [...] aquelas missas que a gente ia em São Vicente [...] eu tinha voltado com muito gosto [...], mas, depois com a continuação do tempo. né? Aí começaram: – Maria vamo pra missa? Ai a gente ia na Santa Casa [capela do hospital]; ia no Sumaré [bairro vizinho], – bora Maria pra missa? [...] com a continuação do tempo né, nós se acostumamos aqui, porque foi o jeito mesmo, era coisa de precisão mesmo, porque nós num tinha mais nada [...], com a continuação do tempo nós tava assim, gostando, gostando. Fui acostumada no sertão, fui acostumada no sertão e fiquei nessa arrumação. A Graça aí, ia muito pras festa nos Vinte [clube social], mas eu não ia não [...], e outra coisa, eu não queria deixar minha mãe só não [...]. Sei lá, fulano de tal moreno e, além disso, minha filha, também bebe [...], tudo isso ela botava na minha cabeça, [...] porque era moreno mesmo, se bem que moreno não era problema pra mim não, mas [...]. (AGUIAR, 2014).

Mariazinha, como preferia ser nominada, recebeu-me na cozinha de sua residência de forma extrovertida e satisfeita pela oportunidade

de colocar suas impressões a respeito de seu deslocamento para Sobral. Aposentada, dona de casa, então com 74 anos, residia na mesma rua do bairro da Santa Casa desde que chegara nessa urbe. Colocou-se como solteira em razão de ter preferido cuidar de sua genitora, mas especialmente por ouvir suas recomendações, suas notações a respeito dos rapazes, em particular, seus vizinhos “morenos” – como acentua no relato.

Morava com sua irmã (casada) na residência da família, espólio dos tempos difíceis, da migração e da ideia que se refez através dos anos, também lugar-comum entre os entrevistados, de que as famílias deviam morar conjuntas para superar mais facilmente as dificuldades financeiras e o estranhamento cultural.

Sua entrevista foi realizada em várias sessões principalmente pela forma como exteriorizou suas recordações, repletas de pleonasmos textual e gestual, quando procurou deixar claro, teatralizando até, os motivos de sua nostalgia ao lembrar-se das brincadeiras dos tempos de moça, as canções que ouvia e as danças que executava com os rapazes (valsa; xote), narrando as tardes agradáveis que passava com parentes e vizinhos, no “alpendre” da residência da família, onde morava.

Essa senhora apresentou-se como filha de “pequenos proprietários”, termo o qual esse segmento dos entrevistados se autoconferia. Essa foi uma categoria difícil de ser definida entre os migrantes, porque eram jovens quando se deslocaram e dessa maneira, não recordavam ou não sabiam mensurar⁹ o que possuíam como herdeiros.

Enquanto alguns migrantes preferiram inicialmente ressaltar suas impressões a respeito de outros deslocamentos que realizaram, ou a respeito das dificuldades com a moradia, ou com o desemprego até encontrar alguma estabilidade trabalhista, ou sobre a falta que fez a escola,¹⁰ essa migrante apresentou sua versão dos acontecimentos vivenciados em 1958 provocadores do deslocamento, para, em seguida, enfatizar como vivenciou os primeiros anos em Sobral, a solidão que sentia, a nostalgia e os conselhos de sua genitora que tentava, pelo que fica dito, conformá-la diante das novas circunstâncias.

O relato dessa senhora revelou um lado das vivências dos migrantes importante de pôr em evidência por esclarecer que as dificuldades experienciadas pelos camponeses caracterizavam-se por idade, por gênero e pela posição assumida no âmbito familiar ou social. Sua genitora (viúva) e seus irmãos mais velhos se concentraram em aumentar a renda familiar e em como “criar” um negócio para a família, e depois de “criado”, como mantê-lo rentável, (uma “bodeguinha” adquirida com a venda de uma das propriedades da família, elaborada na sala principal da casa onde residiam), a qual se manteve até seu irmão, que a gerenciava, desistir e emigrar para Fortaleza, capital do Estado.

Portanto, essa senhora dividiu essas urgências do cotidiano com a ideia de refazer seu círculo de convivência. Mas, como isso não foi possível, passou a viver “tristonha”. É importante notar que uma das aprendizagens mais difíceis que Mariazinha teve de enfrentar foi o distanciamento das relações sociais cultivadas anteriormente, sem poder retomá-las em Sobral, sem poder desenvolver novas relações afetivas com pessoas que ela aprendeu a perceber como não seguras a essa possibilidade, como seus vizinhos já aludidos.

A narrativa oral é importante nesses casos porque introduz perspectiva. Enquanto procurava conhecer os problemas que teriam gerado a migração dos camponeses, assim como as dificuldades enfrentadas com a moradia em Sobral, pensando neste caso a cidade como uma “continuidade” temporal e espacial¹¹, quando os problemas estariam ligados somente à sobrevivência material, não obstante, essa senhora trouxe outras circunstâncias que excederam minha proposição.

Maria da Conceição praticamente iniciou sua narrativa acentuando sua aversão à migração para Sobral e à vida celibatária, revelando sua decepção com toda a situação, esforçando-se para acentuar as minúcias de sua experiência, e assim, recordando os motivos que a fizeram desistir dos pretendentes a matrimônio que apareceram, ao relatar os pareceres de sua genitora para que evitasse se envolver com os “rapazes morenos” que lhe demonstrassem interesse. Ela pode ter recusado a se casar por outro motivo; entretanto, pela ênfase

que deu à questão, trouxe o indício de que poderia ter-se casado com o jovem pleiteante, se não fossem os conselhos de sua mãe.

Ressalto que essa senhora não reivindicou o lugar de descendente de colonizadores e de proprietários de escravos, como fizera a outra senhora citada na sequência, nem se distinguiu de seus vizinhos contemporâneos, ou de seus vizinhos pretéritos, apesar de, ao rememorar às tardes que passava com amigos, tenha deixado sinais de que dispunha de tempo livre e de pessoas que compartilhavam da mesma posição. Posição que talvez a distanciasse dos “rapazes morenos” da comunidade onde morava e motivo de – é possível presumir – ter provocado as preocupações de sua genitora.

Não obstante, quem sabe o grau de não urbanização de bairros como o Santa Casa onde Mariazinha residia, tenha contribuído para exacerbar seu estado de desconfiança e de insatisfação, porque a população ali residente, além de desconhecida, era rarefeita como ela observa: “Ah! Aqui era coisa pouca. Só assim, de gente passando”. Então, essa declaração leva a imaginar um bairro sem ruas definidas, sem capina, com frentes de residências e quintais descontraídos e espaçados, onde à noite não era possível transitar considerando a escuridão, pois não havia iluminação pública, entre outras dificuldades relatadas não por dona Maria da Conceição, mas pela irmã dessa migrante, Dona Maria das Graças da Silva¹², também entrevistada.

E não estou querendo afirmar com isso que o “sertão” fosse dessemelhante se comparado a essa estética urbana; todavia, era diferente no sentido de permitir caminhar com confiança sem temer surpresas. E os costumes do local, em relação ao uso comum dos espaços, possuíam regras elaboradas na convivência que legitimava possivelmente até as diferenças entre os segmentos sociais.

Todavia, se a mãe dessa senhora fazia recomendações discricionárias a propósito de com quem ela deveria se relacionar, classificando os jovens pela tonalidade da pele, pode-se pensar que ela vivia em uma conjuntura que reverberava essa situação. Assim, o problema entrava em relação com o tempo presente de forma naturalizada, como

herança cultural que podia apenas ser repassada à nova geração da melhor forma.

Entretanto, essa é uma reflexão que pode ser avaliada apenas pelo modo como se inscreve na narrativa e nas práticas cotidianas relatadas, já que não investiguei mais profundamente, como já assinalado, e a questão foi abordada sem que houvesse o objetivo de investigá-la.

E não se pode esquecer, concordando com Candau (2011, p. 141), que se trata de uma “reapropriação” ou reelaboração do que foi vivenciado com sua genitora. Porque segundo esse autor: “Ao mesmo tempo em que constrói sua identidade pessoal por uma totalização provisória de seu passado, o indivíduo realiza, portanto, a aprendizagem da alteridade”.

Não obstante, Dona Maria da Conceição não foi a única inquirida a acentuar relações discriminatórias apreendidas em sua educação geracional. Dona Zenite Carneiro Soares¹³ igualmente relatou práticas nesse sentido em sua experiência como moradora da cidade de Sobral:

– Pois é, nessa época o bairro do Tamarindo era um bairro grande, num tava tão dividido como é hoje não! Tinha os bazares. Eu mais minhas duas irmãs, nós frequentávamos o bazar da casa da dona Quinquinha, [...] quem dançava na casa da Dona Quinquinha não dançava lá na casa da dona Maria, que era uma mulher que morava ali perto da beira do rio. Ninguém era intrigado. As moças eram divididas, os rapazes muito pretos assim, não dançavam na casa da Dona Quinquinha [...]. A gente não podia trocar de rapaz. Quando você fosse ao bazar, você levava seu par. Nem bêbado, ninguém fumava cigarro dentro da sala, naquele tempo tinha respeito. Hoje num tem não! Ia bem vestido, num tinha negócio. E quem era que falava em bermuda naquela época? [...] Eu me sentia feliz com aquilo, minha mãe ficava na calçada [...] meu pai também, várias vezes, dançou nos bazares. E assim a sociedade era muito boa! [...]. (SOARES, 2014).

Dona Zenite Soares é pedagoga com especialização na área de Educação pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA),

aposentada como professora do município de Sobral, tinha 77 anos de idade quando a entrevistei. Emigrou para essa cidade também na década de 1950, mas não em decorrência da seca de 1958. Chegara antes, “foi entre os anos de 53 para 54 que minha mãe veio pra cá” (SOARES, 2014).

Essa senhora, diferentemente de Dona Maria da Conceição, reconhece-se como descendente de proprietários de terras e de escravos, por conseguinte, como integrante do segmento de brancos moradores dessa cidade, e aprendeu a considerar importante preservar seu aprendizado geracional e seu “lugar social”.

Sua entrevista foi dividida em oito sessões, quando em cada uma procurou explorar melhor um tema de seu interesse. Dessa forma, foi mais do tipo autobiográfico, tendo também como característica um tom professoral e explicativo de quem tinha muito a ensinar, muito ao estilo defendido por Benjamin (1994), quando chamava atenção para situações às quais sua geração vivenciou que faziam falta aos jovens.

No que se refere ao trecho da sua narrativa, a exemplo de Maria da Conceição, não pesquisava essa questão quando a entrevistei porque não é preciso enfatizar que, precisaria de uma abordagem mais elaborada, inclusive, fundamentada não apenas em como acontecera a abolição nessa cidade e na região, e em como ficou a população remanescente da escravidão; porém, precisaria apresentar uma conjectura que justificasse estudar como se estabeleceram as práticas de racialização pós-abolição, nessa cidade.

Trata-se, portanto, de um problema que carece de exclusividade pela complexidade que apresenta. Não que não me interessasse de forma até autobiográfica; no entanto, não foi meu objetivo. E, embora fosse previsível que esse assunto reverberasse nas narrativas – considerando que as questões trazidas por Dona Zenite não eram desconhecidas quando propus pesquisar a mobilidade da população que morava adjacente a Sobral –, permaneci com o plano de construir diálogos com os entrevistados de modo a deixá-los livres nas suas narrativas o mais possível, e analisar as circunstâncias recorrentes, mas relacionadas à migração para Sobral.

No que respeita ao relato de Dona Zenite, esta senhora falou de sua experiência nos clubes sociais da cidade, todavia, já casada, dos “bailes” que frequentava e da etiqueta que precisava ser seguida pelas senhoras, mesmo acompanhadas de seus esposos. E, desse modo, recordou as práticas de discriminação social existentes que separavam ricos e pobres, brancos e pretos (vou empregar esta categoria reportando-me ao trecho citado dessa senhora), homens e mulheres, e outras frações sociais, a exemplo do que acontecia nos “bazares” realizados no bairro onde residia, antes de se casar.

Não obstante, a grande maioria dos entrevistados nasceu na primeira metade do século XX – entre 1930 e 1940 –; nesse sentido, é provável que resquícios da cultura escravocrata ainda estivessem impregnados nos seios das famílias fossem estas proprietárias, fossem expropriadas, fossem ricas, fossem pobres, fossem brancas, fossem pretas, fossem sobralenses ou migrantes dessa região do Sertão Norte do Ceará, ou de outras regiões.

A despeito disso, concordo com Rios e Mattos (2005, p. 31), quando defenderam a necessidade de estudar as “relações de racialização” existentes no Brasil e não apenas o “preconceito racial”. Porquanto, essa questão, ou seja, o processo de “racialização e discriminação racial” vivenciado pelas populações derivadas da escravidão passou por descontinuidade temporal com a abolição, no sentido de essa prática ter-se renovado nas décadas que se seguiram.

Logo, essas autoras defendem que o racismo que se observa ainda no presente vivido, não deve ser naturalizado como consequência da escravidão e da organização social predominante na época. São abordagens distintas quando se analisam os anos logo após a abolição do regime escravocrata, em comparação com as décadas posteriores, porque as relações entre os segmentos sociais passaram por alteração não apenas em decorrência da abolição e do advento do capitalismo industrial que criou novos estratos sociais, mas porque reverberam, por exemplo, a política de Estado de embranquecimento da população brasileira com a imigração estrangeira, entre outras circunstâncias.

Não obstante, Dona Zenite aprendeu a defender a discriminação social entre “pretos” e “brancos” e entre trabalhadores e proprietários como necessária para manter a “boa sociedade”. Além da frequência aos clubes sociais da cidade, explicou sua participação em espaços menos formais constituídos por jovens de suas relações, denominados de “bazares”. Em algumas passagens de sua entrevista, procurou deixar evidentes as suas opções, o seu “aprendizado de berço” e os valores que aprendeu a defender, ao assinalar os “bons modos” dos rapazes e das moças com os quais se relacionava, o que abrangia conhecer o “lugar social” que ocupavam.

Essa senhora igualmente sublinhou as inquietações no atinente ao consumo de bebida (alcoólica), e acrescentou o cuidado com o consumo de “cigarro”, observando, ainda, a etiqueta do vestuário adequado e todo o procedimento esperado nos “bazares” – onde os jovens de seu bairro se dividiam: alguns compareciam à residência de “Dona Quinquinha” e outros, à residência de “Dona Maria”.

Uma categorização que, como se nota, abrangia objetivamente também os jovens pela tonalidade da pele, porque aqueles “muito pretos” podiam comparecer somente à casa de Dona Maria, deixando dito que, o outro grupo, de “brancos”, comparecia à outra residência. Embora essa orientação compreendesse, igualmente, a preocupação com a conduta social aguardada – ensinada por indicações dos genitores e nos exemplos de como proceder na vida social – não importava apenas o tom da pele.

Isso em razão de essa senhora comparecer aos bazares acompanhada de seus pais, os quais se posicionavam na “calçada”, onde ocorriam essas reuniões, ou dentro, participando também. As conseqüências sociais notadas na narrativa de Dona Zenite Soares, diferentemente das sugeridas na narrativa de Dona Maria da Conceição, ganharam sentido e se resignificaram nessas vivências. Estendiam-se provavelmente a outras situações do cotidiano não relatadas por essa senhora.

Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 141) defenderam que: “[...] a etnicidade é uma forma de

organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores.” Nessa perspectiva, percebe-se uma legitimação dessas práticas culturais, embora não seja possível mensurar até que ponto os grupos citados por essa migrante se dividiam, aceitavam ou até “astuciavam” alterações nas normas de convivência social.

É oportuno lembrar que Dona Maria das Graças da Silva, mencionada anteriormente, também migrou nos anos de 1950. Apesar de ser irmã de Dona Maria da Conceição, não relatou sua experiência nesse campo com sua genitora. No entanto, recordou também que a assiduidade aos clubes sociais de Sobral estava submetida grosso modo, “ao que as pessoas faziam” “porque podiam pegar fama”. Nesse sentido, assinalou que existia um clube alcunhado de “Panela”, porque era frequentado pelas “empregadas domésticas”, e que “quem não queria pegar fama não frequentava o Panela”. Ocasão em que preferiu explicar por metáfora, porque passou a relatar como educara seus sobrinhos-filhos, porque ajudara a criar três órfãos antes de casar-se e conceber seu próprio filho.

Veja que “doméstica” estava associado a algo indesejável, que ninguém deveria querer ser ou parecer ser; logo, é presumível que a segregação notada tivesse relação com o lugar social ocupado pelos “pretos” em Sobral naqueles anos, exemplificado pelos bazares recordados por Dona Zenite Soares. E ambos representam indícios de mais práticas de racialização nessa cidade, e que essas práticas podiam ser percebidas nos espaços sociais, mas, igualmente, nos espaços físicos da cidade.

Essa questão pode ser observada em outras pesquisas como a de Weimer (2015). Esse autor analisou narrativas de migrantes que realizaram o movimento “rural-urbano” no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1920 e 1950, os quais, ao contrário dos que eu trouxe neste artigo, inscreveram-se como descendentes de escravos que vivenciaram “Interlúdios de racialização”, como assinala o autor, no espaço urbano onde tentaram estabelecer residência. O que não significa, como

nos casos que ora analiso, que não houvesse práticas semelhantes onde moravam, Percebo apenas que, ao relatarem suas vivências no centro urbano, denunciaram estágios de “racialização”, como esse autor igualmente defende, sublinhando entre outros exemplos, a “cor da pele” “como critério seletivo da entrada em bailes” (WEIMER, 2015, p, 158).

Como objetivei apenas refletir sobre as práticas de racialização que podem ser observadas em algumas narrativas, e, por conseguinte, nas maneiras de viver de alguns migrantes, não será possível aprofundar essa questão de modo a deixar mais esclarecido como se elaboraram essas fronteiras nos espaços da cidade de Sobral, e mais, como foram perdendo força no decorrer do século XX. Contudo, analisei mais refletidamente na tese já referendada.

Ainda é preciso ressaltar que, as relações de racialização nunca foram totalmente “inflexíveis” nem no período da escravidão, como é possível observar em estudos como o de Guedes (2008). Para esse autor, a “cor da pele” era uma “categoria móvel” para escravos e trabalhadores livres; por essa razão, precisa ser percebida como “histórica” em uma perspectiva de abrigar a diversidade social que a classificava e a deslocava, de forma a corresponder aos interesses variados das camadas sociais, e por outra, das políticas estatais.

É importante entender que esses valores observados nas narrativas citadas responderam a interesses diversos e intercambiáveis, ou seja, a interesses em movimento de adaptação às novas situações, sem querer dizer, dessa forma, que a realidade anterior não fosse permeada por racismos. Contudo, na convivência em Sobral, os migrantes precisaram rever noções, acrescentar parâmetros, abrir-se às junções e disjunções de outra sociedade, de outras práticas sociais.

É preciso deixar claro, nesse sentido, que famílias como a de Mariazinha e a de Dona Zenite não se colocavam cingidas em si mesmas. Acautelavam-se nas interações com os sobralenses classificados como “morenos” e “pretos”, sem que se possa refletir apenas com suas narrativas, o que significaram essas noções, como fizeram Guedes (2008) e Weimar (2015), que estudaram como se

formaram as diversas categorias de negros no Brasil escravocrata e pós-abolição.

Não obstante, não significa dizer que essas famílias se recusaram a integrar-se às novas situações que modificaram às circunstâncias relatadas, porque um destaque da narrativa de Dona Zenite não citada neste trabalho é que ela relata o casamento de uma filha com “um negro”, fato que sofreu desaprovação familiar, mas a união aconteceu, sinalizando, portanto, uma alteração nas maneiras de viver dos entrevistados.

Notas

1 A região do percurso dos migrantes até a década de 1960 compreendia três “microrregiões fisiográficas” distintas: **Litoral**, com 18 municípios; **Sertão Centro Norte**, com 24 e **Ibiapaba** com 12 municípios (IBGE, 1960, p. 80; 90). No entanto, como a maior parte dos municípios de onde se originaram os migrantes assim como Sobral estão situados na região **Sertão Centro Norte**, tomei essa região como referência.

2 A cidade de Sobral passou à década de 1970 como cidade polo e cidade líder da microrregião homônima (Sobral). A respeito: “Além da definição das Grandes Regiões do país, esta divisão regional proposta no final da década de 1960 buscou ‘**demarcar espaços homogêneos e espaços polarizados**’ no território brasileiro [...]. Em relação à definição dos espaços homogêneos, pode-se dizer que estes foram tidos como uma ‘forma de organização em torno da produção’ e seriam expressos ‘por combinações de fatores físicos, sociais e econômicos’” (CONTEL, 2014, p. 8, grifo meu).

3 Entrevistei 27 migrantes ex-moradores de comunidades, povoações, vilas urbanas, fazendas, sítios situados em municípios como Meruoca, Alcântaras, Massapê, Cariré, Santana do Acaraú, Acaraú, Martinópole, Coreaú, Santa Quitéria, Canindé, Tianguá, Itapipoca, entre outros.

4 Sobre a seca de 1958, é importante ver a seguinte pesquisa: Duarte, 2002.

5 Muito esclarecedoras as reflexões de Contel (2014) referendadas na nota 2.

6 Para Santos (2009, p. 29) “O Brasil foi, durante muitos séculos, grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos [sic] dinâmicos internos.”

7 Sobre as diversas formas entrevistas, consultar Thompson (1998).

8 Entrevista de Maria da Conceição Aguiar concedida a Maria Antônia Veiga Adriaio. Sobral, set. 2014. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

9 A respeito das noções de grande, média e pequena propriedade, ver: Andrade, 1980.

10 Para uma atualização dessa questão, ver: Adriaio, 2016.

11 Sobre as temporalidades distintas observadas na cidade, consultar: Lefebvre, 1991.

12 Entrevista de Maria das Graças Aguiar da Silva concedida a Maria Antônia Veiga Adriaio. Sobral, ago. 2014. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

13 Entrevista de Zenite Carneiro Soares concedida a Maria Antônia Veiga Adriaio. Sobral, out. 2014. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Referências

ADRIÃO, Maria Antonia Veiga. Introdução. In: _____. **Os Caminhos do Sol: Atravessar Veredas na Cidade Escurece a Vista (Migração Sertão-Cidade de Sobral 1950-1980)**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017, p. 15-35.

_____. “Pra botar os filhos no colégio”: educação escolar na perspectiva de um migrante. **Cadernos do CEOM: Acervos Para História da Educação**, Chapecó, v. 29, n. 44, p. 89-97, jun. 2016, disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

AGUIAR, Maria Da Conceição **Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adriaio**. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2014.

AGUIAR JUNIOR, Paulo Rocha. O Rio Acaraú e a Cidade de Sobral – Ce. In: _____. **A cidade e o Rio: Produção do Espaço Urbano em Sobral-Ceará**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005, p. 25-59.

ANDRADE, Manuel Correia De. Latifúndio, Expropriação e Miséria. In: _____. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980, p. 24-25.

- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: Entre a História e a Memória**. Bauru: EDUSC, 2000.
- AVELINO, Yvone. Dias. Experiências e Trajetórias de Vida. As Tramas da Memória Universitária a Partir de Depoimentos Orais. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 223-238, jun. 2001.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; et al. Introdução. In: _____. **Sobral: Patrimônio Nacional**. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2000, p. 7-10.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. Sertão: O Espaço do Outro. In: _____. **Sertão: Um Lugar-Incomum...** 1988. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação Doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 27-55.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura**. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BOURDIEU, Pierre. A Representação Política: Elementos Para Uma Teoria Do Campo Político. In: _____. **O Poder Simbólico**. Trad. de F. Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 163-207.
- CANDAU, Joël. O Jogo Social da Memória e da Identidade (2): Fundar, Construir. In: _____. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo, 2011, p. 137-179.
- CERTEAU, Michel de. Práticas de Espaço. In: _____. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Trad. de E. F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 169-217.
- CHAUNU, Pierre; et al. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- CONTEL, Fábio Betioli. As Divisões Regionais do IBGE no Século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis: (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, Rio de Janeiro, v. 3, p. 1-20, 2014. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/990-3-document-sans-titre.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- DUARTE, Renato Santos (Org.). A Seca de 1958: Uma Avaliação Pelo ETENE. In: _____. **A Seca de 1958: Uma Avaliação Pelo ETENE**. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, p. 11-21.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Relação dos Municípios de População Superior a 50.000 Habitantes. **Anuário Estatístico Brasileiro**, Ano XI, 1950. Rio de Janeiro, 1950, p. 44. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- _____. **VI Recenseamento Geral do Brasil: Censo Demográfico 1950 Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. p. 12-19. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_ce.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2013.
- _____. População: Resultados Segundo as Zonas Fisiográficas e os Municípios. **Censo Demográfico de 1960 Ceará: VII Recenseamento Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. p. 79-93. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2013.
- _____. Relação Dos Municípios do Estado do Ceará... **Censo Demográfico Ceará: VIII Recenseamento Geral 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. p. LXXIII-LXXVI. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/720/cd_1970_v1_t7_ce.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de Um Paradigma Indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. Trad. de F. Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.
- _____. O Nome e o Como: Troca Desigual e Mercado Historiográfico. In: _____. **A Micro-História e Outros Ensaio**. Trad. Ayala Monteiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 169-178.

- GUEDES, Roberto. A Todos é Permitido Empregar-se Naquele Ministério Que a Condição de Cada Um Tem Adotado. In: _____. **Egressos do Cativoiro:** Trabalho, Família, Aliança e Mobilidade Social (Porto Feliz, São Paulo, c, 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 69-125.
- HAESBAERT, Rogério. Migração e Desterritorialização. In: FERREIRA NETO, HELION Póvoa e; PACELLI, Ademir. (Org.). **Cruzando Fronteiras Disciplinares:** Um Panorama dos Estudos Migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-46.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas Oraís na Investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001.
- LEFEBVRE, Henri. Continuidades e Descontinuidades. In: _____. **O Direito à Cidade.** Trad. R. E. Frias. São Paulo: Moraes, 1991, p. 51-57.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória.** Trad. Suzana Ferreira Borges. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 535-549.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Itinerários Migratórios e Trajetórias Sociais. In: _____. **Rede e Enredos nas Trilhas dos Migrantes:** Um Estudo de Famílias de Camponeses-Migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002, p. 45-86.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral Como Gênero. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.
- _____. “O Momento da Minha Vida”: Funções do Tempo na História Oral. Trad. H. Hughes; Y. A. Khoury. Estórias no Tempo. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Muitas Memórias**, Outras Histórias. São Paulo: Olho d’Água, 2000, p. 296-313.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. O Domínio da Etnicidade: As Questões-Chave. In: _____. **Teorias da Etnicidade:** Seguido de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth. Trad. E. Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 141-172.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira De. Dialética do Rural e do Urbano: Exemplos Brasileiros. In: _____. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil:** ensaios. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 263-311.
- REVEL, Jacques (Org.). Microanálise e Construção do Social. In: _____. **Jogos de Escalas:** a Experiência da Microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe. Experiência e Narrativa – O “Pós-Abolição” Como Problema Histórico. In: RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativoiro:** Família, Trabalho, e Cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 13-34.
- SANTOS, Milton. A Urbanização Pretérita. In: _____. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 19-30.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Do Que Falamos Quando Empregamos o Termo “Subjetividade” na Prática da História Oral? In: LAVERDI, R. et al. **História Oral, Desigualdades e Diferenças.** Recife: Editora Universitária da UFPE; Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p. 83-96.
- SILVA, Maria das Graças Aguiar da. **Entrevista Concedida a Maria Antonia Veiga Adriaio.** Transcrição Manuscrita, Sobral, ago. 2014.
- SOARES, Zenite Carneiro. **Entrevista Concedida a Maria Antônia Veiga Adriaio.** Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2014.
- THOMPSON, Paul. A Entrevista. In: _____. **A voz do Passado:** História oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 254-278.

THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: Costume e Cultura. In: _____. **Costumes em Comum**: Estudos Sobre a Cultura Popular. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: Na História e na Literatura. 1. impr. Trad. Paulo

Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 11-20.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Geração de Migrantes. In: _____. **Felisberta e Sua Gente**: Consciência Histórica e Racialização Em uma Família Negra no Pós-Emancipação Rio-Grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 137-182.